



UNIVERSIDADE FEDERAL Relatório de Gestão
DE MINAS GERAIS Exercício 2018





UNIVERSIDADE FEDERAL Relatório de Gestão **DE MINAS GERAIS** Exercício 2018

Relatório de Gestão Individual, do exercício de 2018, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições das Decisões Normativas TCU nºs 170 e 172/2018 e da Portaria TCU nº 369/2018.

EXPEDIENTE

Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida

Vice-reitor: Alessandro Fernandes Moreira

Pró-Reitor de Administração: Ricardo Hallal Fakury

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis: Tarcísio Mauro Vago

Pró-Reitora de Extensão: Cláudia Andrea Mayorga Borges

Pró-Reitora de Graduação: Benigna Maria de Oliveira

Pró-Reitor de Pesquisa: Mário Montenegro Campos

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Maurício Freire Garcia

Pró-Reitor de Pós-Graduação: Fábio Alves da Silva Jr.

Pró-Reitor de Recursos Humanos: Maria Márcia Magela Machado

Diretora de Divulgação e Comunicação Social:

Maria Céres Pimenta Spínola Castro

Projeto Gráfico e diagramação: Marcelo Lustosa Cabral de Almeida

Elaboração e revisão: Joana Aline Vasconcelos Gomes

Endereço: Prédio da Reitoria, Campus Pampulha, Av. Antônio Carlos, 6.627,
CEP 31270-901, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Telefone: (31) 3409-4124

É permitida a reprodução de textos, desde que seja citada a fonte.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

AG	Auditoria-Geral
AGU	Advocacia-Geral da União
Andifes	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
AH (%)	Análise horizontal (em porcentagem)
AV (%)	Análise vertical (em porcentagem)
BF	Balanço Financeiro
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
CAD	Centro de Atividades Didáticas
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGD	Comitê de Governança Digital
CGRC	Comitê de Governança, Riscos e Controles
CGU	Controladoria Geral da União
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COLTEC	Colégio Técnico
CPPD	Comissão Permanente de Pessoal Docente
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CTE	Centro de Treinamento Esportivo
CTIT	Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica

DAF	Divisão de Acompanhamento Funcional
DAP	Departamento de Administração de Pessoal
DAST	Departamento de Atenção à Saúde do Trabalhador
DC	Despesas Correntes
DCF	Departamento de Contabilidade e Finanças
DEA	Despesas de Exercícios Anteriores
DEMAI	Departamento de Manutenção e Infraestrutura
DGA	Departamento de Gestão Ambiental
DGI	Diretoria de Governança Informacional
DLO	Departamento de Logística de Suprimentos e Serviços Operacionais
DO	Departamento de Obras
DP	Despesas com Pessoal
DRH	Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos
DTI	Diretoria de Tecnologia da Informação
DVP	Demonstrações das Variações Patrimoniais
EAD	Educação a distância
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
EEFFTO	Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
e-OUV	Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal
e-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
FAFICH	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
FALE	Faculdade de Letras
Fapemig	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
Finep	Financiadora de Estudos e Projetos
FNS	Fundo Nacional de Saúde
Forplad	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e de Administração das Instituições Federais de Ensino Superior
FUMP	Fundação Universitária Mendes Pimentel
GRU	Guia de Recolhimento da União
HCL	Hospital das Clínicas
HU	Hospital Universitário
ICA	Instituto de Ciências Agrárias
ICB	Instituto de Ciências Biológicas
ICEx	Instituto de Ciências Exatas
IFES	Instituição Federais de Ensino Superior
iGovTI	Índice de Governança de Tecnologia da Informação
IIRC	International Integrated Reporting Council
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
kg	Quilograma
LAI	Lei de Acesso à Informação

LED	Light Emitting Diode
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MCP	Movimento Credor Patrimonial
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MDP	Movimento Credor Patrimonial
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais
MLP	Movimento Líquido Patrimonial
MP	Ministério Público
MPDG	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
MPO	Moradia Universitária Ouro Preto
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NAI	Núcleo de Acessibilidade e Inclusão
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
NUPAD	Núcleo de Ações e Pesquisa em Apoio Diagnóstico
PAINT	Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PDA	Plano de Dados Abertos
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PETI	Planejamento Estratégico em Tecnologia da Informação
PF	Procuradoria Federal
PLS	Plano de Gestão de Logística Sustentável
PMBOK	Project Management Body of Knowledge
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PPP	Plano de Providências Permanente
PRA	Pró-Reitoria de Administração
PROCONVE	Programa de Controle de Poluição de Ar por Veículos Automotores
PRORH	Pró-Reitoria de Recursos Humanos
PSI	Política de Segurança Institucional
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RPNP	Restos a pagar não processados
RPP	Restos a pagar processados
SECEX	Secretaria de Controle Externo do TCU
SeCI	Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses
SEGEP	Secretaria de Gestão Pública
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados

SESu	Secretaria de Educação Superior
SIADS	Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SICPAT	Sistema Interno de Controle Patrimonial de Bens Móveis
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
SPCIP	Sistema de proteção contra incêndio e pânico
SPDA	Sistema de proteção contra descargas atmosféricas
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TAE	Servidor Técnico-Administrativo em Educação
TCU	Tribunal de Contas da União
TED	Termo de Execução Descentralizada
TOEFL ITP	Test of English as a Foreign Language Institutional Testing Program
TST	Tribunal Superior do Trabalho
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
USEC	Unidade Seccional de Correição
VPA	Variações patrimoniais aumentativas
VPD	Variações patrimoniais diminutivas

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fomento à pesquisa 36

Quadro 2 - Fomento às ações de extensão universitária com a utilização de recursos da LOA..... 37

Quadro 3 - Propostas e bolsas distribuídas no Edital de Fomento a Programas e Projetos de Extensão, por área temática 37

Quadro 4 - Número de residentes das moradias universitárias por categoria 38

Quadro 5 - Indicadores de gestão - 2014-2018 42

Quadro 6 - Investimentos financeiros em ações de capacitação 55

Quadro 7 - Balanço Patrimonial..... 70

Quadro 8 - Demonstração das Variações Patrimoniais 71

Quadro 9 - Balanço Orçamentário 72

Quadro 10 - Balanço Financeiro..... 73

Quadro 11 - Demonstração de Fluxo de Caixa 73

Quadro 12 - Resultado Patrimonial do Exercício de 2018 81

Quadro 13 - Acórdãos recebidos pelo DAP/PRORH por tipo e objeto 96

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Macroprocessos finalísticos 13

Figura 2 - Organograma sintético 14

Figura 3 - Fases da evolução do planejamento na UFMG 19

Figura 4 - Órgãos de deliberação superior 21

Figura 5 - Administração superior..... 22

Figura 6 - Administração das unidades acadêmicas..... 22

Figura 7 - Administração dos departamentos e cursos de graduação e pós-graduação..... 22

Figura 8 - Proporção dos servidores públicos docentes e técnicos-administrativos de acordo com o gênero 53

Figura 9 - Geolocalização dos imóveis da UFMG 58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Alunos atendidos e valor aplicado em 2018 por tipo de benefício estudantil..... 40

Tabela 2 - Demais Créditos e Valores de Curto Prazo (R\$) 74

Tabela 3 - Passivo Imobilizado – Composição..... 75

Tabela 4 - Bens Móveis – Composição..... 75

Tabela 5 - Composição Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas..... 76

Tabela 6 - Bens Imóveis – Composição..... 76

Tabela 7 - Bens de Uso Especial – Composição 77

Tabela 8 - Intangível – Composição 78

Tabela 9 - Fornecedores e Contas a Pagar – Composição..... 79

Tabela 10 - Fornecedores e Contas a Pagar – Por Unidade Gestora Contratante 79

Tabela 11 - Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor 80

Tabela 12 - Fornecedores – Principais Transações..... 80

Tabela 13 - Ajuste de Exercícios Anteriores em 2018 81

Tabela 14 - Receitas Correntes/Capital – Composição (R\$) 85

Tabela 15 - Execução Orçamentária – Despesa Corrente/Capital – UFMG (R\$) 87

Tabela 16 - Execução Orçamentária Despesa Corrente/Capital- Recursos Descentralizados (R\$).. 87

Tabela 17 - Detalhamento da Execução por Rubrica - Outras Despesas Correntes (R\$) 87

Tabela 18 - Resultado da Execução Orçamentária da UFMG (R\$) 88

Tabela 19 - Restos a Pagar Não Processados Inscritos e Reinscritos (R\$)..... 88

Tabela 20 - Restos a Pagar Inscritos e Reinscritos - Ano de inscrição (R\$) 89

Tabela 21 - Total de Ingressos 89

Tabela 22 - Total de Dispendios 90

Tabela 23 - Resultado Financeiro – Metodologia 1..... 90

Tabela 24 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa – Atividades..... 91

Tabela 25 - Ingressos das Atividades Operacionais..... 91

Tabela 26 - Desembolsos por Função do Governo – Atividades Operacionais Operacionais 92

Tabela 27 - Função Educação – Composição..... 92

Tabela 28 - Ingressos e Desembolsos das Atividades de Investimentos..... 93

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução dos recursos do PNAES (em milhões de reais) – 2015-2018 16

Gráfico 2 - Evolução dos recursos previstos na LOA para investimento
(em milhões de reais) – 2015-2018 17

Gráfico 3 - Origem dos trabalhos realizados pela Auditoria-Geral em 2018 23

Gráfico 4 - Recomendações realizadas pela Auditoria-Geral da UFMG..... 24

Gráfico 5 - Processos de apuração de responsabilidade por danos ao erário 25

Gráfico 6 - Quantidade de manifestações registradas pela Ouvidoria entre 2014 e 2018 26

Gráfico 7 - Tipo de manifestações registradas pela Ouvidoria em 2017 e 2018 26

Gráfico 8 - Tipo de resposta a pedidos de informação registrados no e-SIC..... 27

Gráfico 9 - Total de alunos matriculados..... 33

Gráfico 10 - Recursos financeiros conquistados junto à Finep para apoio às
atividades de pesquisa 35

Gráfico 11 - Atendimentos realizados com recursos do PNAES em Belo Horizonte e
Montes Claros 39

Gráfico 12 - Despesas com Pessoal (em milhões)..... 45

Gráfico 13 - Custeio 2015-2018 45

Gráfico 14 - Investimento 2015-2018 (em milhões)..... 46

Gráfico 15 - Orçamento 2018 UFMG (em milhões)..... 46

Gráfico 16 - Despesa Empenhada versus Despesa Paga (em milhões) 47

Gráfico 17 - Gastos com Pessoal em 2018 47

Gráfico 18 - Despesa Executada Pessoal (em milhões de reais) 47

Gráfico 19 - Despesa Executada - Auxílios da Folha (em milhões de reais) 48

Gráfico 20 - Precatórios (em milhões)..... 48

Gráfico 21 - Despesas Empenhadas - Recursos UFMG..... 49

Gráfico 22 - Relação entre despesas empenhadas e despesas pagas 49

Gráfico 23 - Investimentos - Recursos UFMG 49

Gráfico 24 - Recursos Orçamentários Recebidos Por Descentralização - 2018 (em milhões)..... 50

Gráfico 25 - Investimento - Recursos Descentralizados..... 50

Gráfico 26 - Descentralização de Recursos de Custeio (em milhões)..... 50

Gráfico 27 - Execução financeira (em milhões)..... 51

Gráfico 28 - Restos a Pagar Processados (em milhões) 51

Gráfico 29 - Restos a Pagar Não Processados (em milhões)..... 52

Gráfico 30 - Distribuição da força de trabalho por categoria 52

Gráfico 31 - Distribuição dos servidores públicos docentes e técnicos-administrativos
por faixa etária..... 53

Gráfico 32 - Vagas em concursos realizados entre 2016 e 2018 para cargos da carreira
técnico-administrativa..... 53

Gráfico 33 - Vagas em concursos realizados entre 2016 e 2018 para cargos da carreira docente . 53

Gráfico 34 - Qualificação do corpo docente 54

Gráfico 35 - Qualificação do corpo técnico-administrativo..... 54

Gráfico 36 - Quantidade de imóveis pertencentes a UFMG 58

Gráfico 37 - Evolução da massa de resíduos recicláveis coletada no Campus Pampulha
entre 2014 e 2018 63

Gráfico 38 - Quantidade de poliestireno expandido destinados corretamente pelo DGA
entre 2014 e 2018 64

Gráfico 39 - Quantitativo de toners destinados adequadamente pelo DGA entre 2014 e 2018 64

Gráfico 40 - Quantitativo de pilhas e baterias destinadas adequadamente pelo DGA
entre 2014 e 2018 64

Gráfico 41 - Quantitativo de resíduos eletrônicos destinados adequadamente pelo DGA
entre 2014 e 2018 64

Gráfico 42 - Quantitativo de lâmpadas destinadas adequadamente pelo DGA
entre 2014 e 2018 64

Gráfico 43 - Pessoal e Encargos Sociais (em milhões) 85

Gráfico 44 - Outras Despesas Correntes (em milhões) 86

Gráfico 45 - Investimentos (em milhões) 86

Gráfico 46 - Processos em tratativa no Plano de Providências Permanente 95

Gráfico 47 - Situação das determinações referentes a atos de pessoal em acórdãos de
prestação e contas 96

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO9

2 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE DE ATUAÇÃO12

3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA.....18

4 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS30

5 RESULTADOS DA GESTÃO32

6 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO44

7 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS66

8 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE94

9 ANEXOS E APÊNDICES97

1 APRESENTAÇÃO

PALAVRA DA REITORA

1

INFUNDE VIDA NOVA disseram os nossos fundadores há 91 anos, em 7 de setembro de 1927, quando definiram o lema da instituição, cravado no brasão que simboliza a UFMG e seu inarredável compromisso com a renovação e a transformação.

A caminho do seu centenário, a UFMG continua fiel ao legado histórico desta Casa. Uma herança cuja crença se sustenta no indispensável papel da UFMG na produção e disseminação de conhecimento de qualidade e excelência. É também um legado de defesa da Universidade pública, gratuita e necessariamente diversa, como meio imprescindível para a construção de uma sociedade mais democrática, ética e justa, e de um país melhor para se viver.

Uma Universidade do seu tempo – como a UFMG deve se caracterizar – é aquela que se posiciona firmemente no espaço que habita, vislumbrando soluções e construindo projetos transformadores, mesmo diante dos momentos de adversidade e de grandes desafios.

No mundo todo, as universidades cumprem uma plêiade de missões forjadas ao longo dos séculos em que se engendraram os mecanismos de funcionamento das sociedades contemporâneas, com novas tarefas assumidas mais recentemente, em grande medida decorrentes da escalada de complexidade que se tornou visível nas duas últimas décadas e que hoje se acelera, sugerindo que estamos apenas no início de um processo ainda por ser compreendido.

Talvez a missão fundacional das universidades seja a de constituir um espaço de produção e disseminação de conhecimentos multifários e de interação com outros saberes, estabelecido em uma forma figurativa e literalmente viva nas gerações que aqui se sucedem. A esse escopo se acrescenta a

imprescindível missão de reflexão crítica na formação de cidadãos e cidadãos imbuídos de espírito sempre crítico e comprometidos com a comunidade que se associa com a Universidade.

Essa transmutação na dimensão da formação de pessoas vem necessariamente acompanhada de outras ressignificações das missões da Universidade contemporânea com a decorrente percepção de que se faz necessária uma interação mais intensa com a sociedade e com as demandas que dela emanam nos diversos campos do saber. Em um mundo em que as diferenças emergem a cada instante, faz-se fundamental a comunicação, o intercâmbio, a experiência no entrelugar, a ponte entre as culturas – condição indispensável para a própria legitimidade do exercício da função da Universidade.

A UFMG se encontra na lista das melhores universidades do país. Na última avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), a Universidade recebeu nota máxima (5) tanto no Índice Geral de Cursos (IGC) quanto na avaliação institucional. Os resultados apontam a UFMG como a primeira instituição de ensino superior em Minas Gerais e a terceira mais bem avaliada do Brasil. O resultado do Inep é similar ao do ranking mundial *Times Higher Education* (THE) 2019, que apontou a UFMG, que completa em 2019 92 anos, como melhor instituição de ensino superior federal brasileira e entre as 10 melhores da América Latina (ocupa 8º lugar na América Latina). A Universidade responde, ainda, pelo melhor ensino do país entre as universidades públicas e privadas na avaliação do Ranking Universitário Folha (RUF) 2018 e também está no topo da lista das instituições depositantes de patentes no Brasil, segundo o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI). Em outras palavras, a UFMG é uma universidade com qualidade reconhecida no Brasil e no exterior.

Como Universidade pública, a UFMG tem se pautado pelo comprometimento com o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social; pelo compromisso com a justiça, com o Estado democrático de direito e com os direitos humanos e pela na crença inarredável em um país soberano e próspero. É importante destacar que na UFMG há toda uma agenda, de enorme alcance, que cabe a todos pautar e conduzir. Nossa Universidade, historicamente uma das maiores de nosso país, cresceu quantitativa e qualitativamente. Encontra-se em pleno curso outro processo de crescimento: o de sua diversidade e de sua complexidade. Uma diversidade de novos sujeitos aqui se faz presente, e sua inserção requer esforço para reconhecer e acolher novas identidades, novas coletividades, novas demandas, para ouvir e ressoar novas vozes. Políticas que, indo além da igualdade formal, coloquem o olhar sobre os sujeitos, sobre as suas histórias, sobre os seus pontos de enunciação, sobre as suas aspirações, como direitos, forjando um ambiente no qual a questão da articulação de um mundo de iguais, construído precisamente sobre as diferenças e sobre a diversidade, seja uma preocupação de cada um e um projeto de todos.

Uma complexidade de novos campos de saber e de interação das mais diversas disciplinas, emoldurando recortes cada vez mais inter e transdisciplinares, abre-se, como imperiosa tarefa, a toda comunidade. Na complexidade e diversidade de áreas do conhecimento que aqui abrigamos, a pesquisa, o ensino e a extensão vão efetivamente se articulando, produzindo a síntese entre a referência e a qualidade acadêmica e a relevância social, singularizando cada vez mais a contribuição específica desta instituição para a sociedade.

Profa. Sandra Regina Goulart Almeida
Reitora da UFMG

2 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE DE ATUAÇÃO

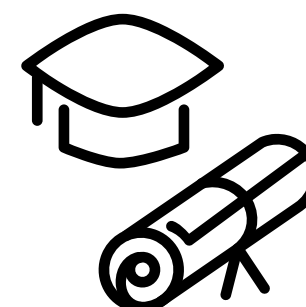
2.1 Finalidade e competências	13
2.2 Estrutura organizacional	14
2.3 Ambiente externo	15

FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

1 A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com sede em Belo Horizonte, criada pela Lei nº 956, de 7 de setembro de 1927, do Estado de Minas Gerais, e transformada em instituição federal pela Lei nº 971, de 16 de dezembro de 1949, é pessoa jurídica de direito público, mantida pela União, dotada de autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial.

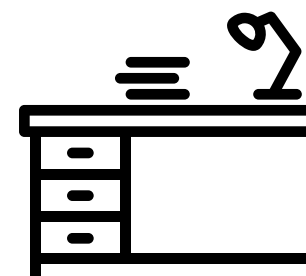
Nos termos do seu [Estatuto](#), a UFMG tem por finalidades precípua **a geração, o desenvolvimento, a transmissão e a aplicação de conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão**, compreendidos de forma indissociada e integrados na educação e na formação científica e técnico-profissional de cidadãos imbuídos de responsabilidades sociais, bem como na difusão da cultura e na criação filosófica, artística e tecnológica. No cumprimento dos seus objetivos, a UFMG mantém cooperação acadêmica, científica, tecnológica e cultural com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais e constitui-se em veículo de desenvolvimento regional, nacional e supranacional, almejando consolidar-se como universidade de excelência e relevância, mundialmente reconhecida.

Visando ao cumprimento integral de suas finalidades e de seu compromisso com os interesses sociais, a UFMG assume como missão gerar e difundir conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais, destacando-se como Instituição de referência na formação de indivíduos críticos e éticos, dotados de sólida base científica e humanística e comprometidos com intervenções transformadoras na sociedade, com vistas à promoção do desenvolvimento econômico, da diminuição de desigualdades sociais, da redução das assimetrias regionais, bem como do desenvolvimento sustentável.



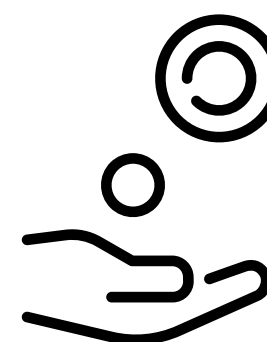
ENSINO DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Oferta de 77 cursos de graduação e 75 programas de pós-graduação para formação de recursos humanos como indivíduos críticos e éticos, com sólida base científica e humanística.



PESQUISA

Manutenção de 825 grupos de pesquisa e 573 laboratórios preparados para a geração e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, tendo como referências a qualidade e relevância.



EXTENSÃO

Ampliação da relação Universidade-Sociedade com a promoção de atividades extensionistas em todas as áreas do conhecimento através de um processo educativo, cultural e científico articulado com o ensino e a pesquisa

Figura 1 - Macroprocessos finalísticos

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

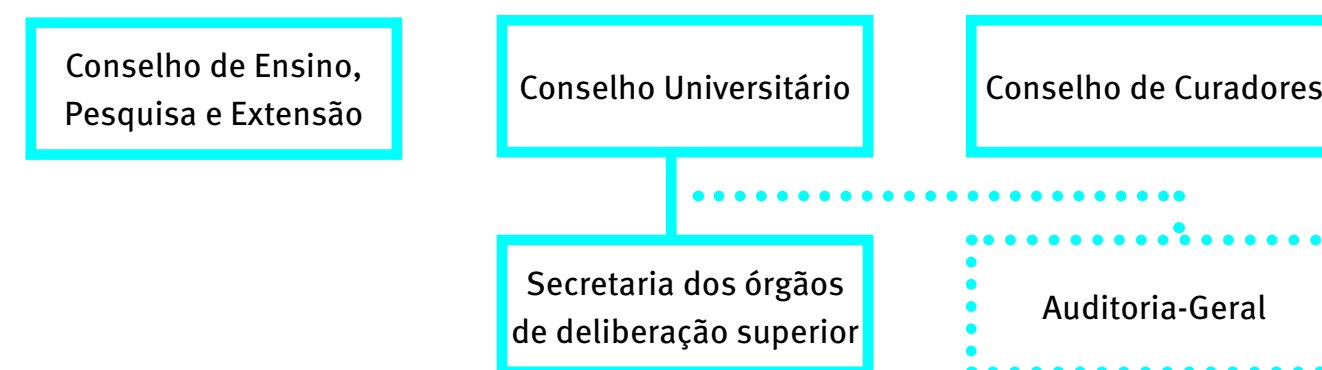
2 Como as demais universidades públicas vinculadas ao sistema federal, a UFMG adota um modelo organizacional em que predominam decisões de órgãos colegiados atuantes nas áreas de deliberação superior, de fiscalização econômico-financeira, de administração superior, de ensino, pesquisa e extensão e de consulta.

A UFMG é composta de Unidades Acadêmicas e Unidades Especiais, sendo a Unidade Acadêmica o estabelecimento de ensino que possui sede e estrutura administrativa próprias, realiza atividades de ensino, pesquisa e extensão e oferece curso superior que resulta na concessão de diploma de Graduação. Já a Unidade Especial é o estabelecimento de ensino que possui sede e estrutura administrativa próprias, pode realizar atividades de pesquisa e extensão, mas não conduz à concessão de diploma de Graduação.

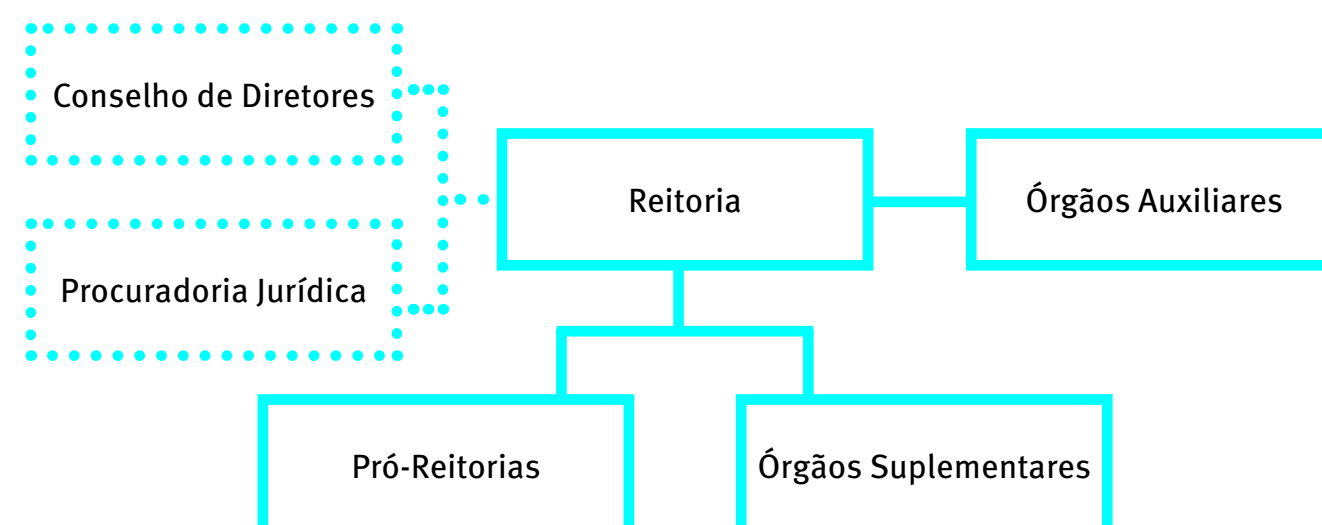
Os Departamentos e os cursos de graduação e de pós-graduação são subordinados às Unidades Acadêmicas. Cada curso é administrado por um Colegiado, presidido pelo Coordenador do curso. Os estudantes são diretamente vinculados ao Colegiado de Curso, que se constitui a primeira instância à qual o discente recorre para dirimir dúvidas e solucionar eventuais problemas.

Os Órgãos Suplementares, vinculados à Reitoria, e os Órgãos Complementares, vinculados às Unidades Acadêmicas, funcionam sem lotação própria de pessoal docente para colaborar no ensino, na pesquisa e na extensão, sendo seu funcionamento disciplinado em regimentos próprios, aprovados, no primeiro caso, pelo Conselho Universitário e, no segundo, pelas respectivas Congregações.

ÓRGÃOS DE DELIBERAÇÃO SUPERIOR E FISCALIZAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA



ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR



ÓRGÃOS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

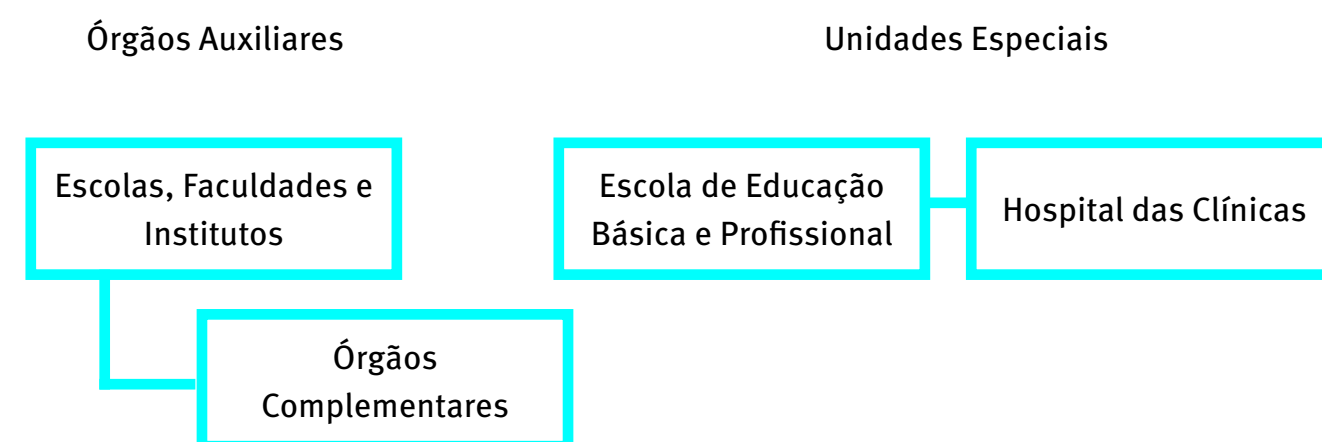


Figura 2 - Organograma sintético

AMBIENTE EXTERNO

3 A Constituição Federal prevê que “a União (...) financiará as instituições de ensino públicas federais” e que “a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino” (artigos 211 e 212).

Em se tratando de uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), a sustentabilidade dos compromissos da UFMG com a oferta continuada de educação superior é assegurada pelos recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA), que respondem pela maior parte dos seus gastos.

A alocação de recursos de custeio e de capital do Governo Federal para o funcionamento e a manutenção das IFES é, em boa medida, resultado da aplicação das diretrizes estabelecidas pelo decreto presidencial nº 7.233, de 19 de julho de 2010, que “estabelece procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia de gestão administrativa e financeira das universidades, de que trata o artigo 207 da Constituição, e define critérios para elaboração das propostas orçamentárias anuais pelas universidades federais”. O decreto estabelece que o Ministério da Educação, ao elaborar as propostas orçamentárias anuais das universidades federais, deve observar uma matriz de distribuição de recursos para despesas classificadas como “Outras Despesas Correntes e de Capital”, tomando por base um conjunto de parâmetros. **A matriz em uso, conhecida como Matriz Andifes, adota parâmetros relacionados à dimensão de cada IFES** (número de alunos de graduação, pós-graduação e residência médica, ponderados por fatores como a duração, a natureza e a taxa de retenção dos diferentes cursos, que determinam o número de alunos-equivalente), bem como parâmetros relacionados à qualidade/

produtividade de cada Universidade (estritamente associado à avaliação externa dos cursos de graduação e pós-graduação de cada instituição).

O artigo 2º do decreto estabelece “que até o limite do saldo orçamentário de cada subtítulo não utilizado no exercício anterior, desde que para aplicação nos mesmos subtítulos no exercício corrente, mediante utilização do superávit financeiro da União apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, relativo a receitas vinculadas à manutenção e desenvolvimento do ensino, e serão destinados à aplicação nos mesmos subtítulos no exercício corrente”. Contudo, a Secretaria de Orçamento Federal, por meio da Portaria nº 9.420, de 14 de setembro de 2018, com base na Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, remanejou parte do Superávit da Universidade apurado em Balanços de Exercícios anteriores, cerca de R\$ 5,6 milhões, para pagamento de Folha de Pessoal Inativo, o que não permitiu alocar tais recursos nos mesmos subtítulos.

Em razão de sua constituição como autarquia federal, a UFMG conta também com a possibilidade de arrecadação direta de recursos financeiros. Como exemplo, podem ser mencionados os recursos captados por meio de projetos e os valores recebidos a título de aluguéis, inscrições em concursos, ressarcimentos de fundações de apoio, entre outros. A Instituição, conta também com a arrecadação por meio dos convênios firmados com órgãos não federais – ou seja, estados, municípios e entes privados –, todos previstos na Lei Orçamentária citada como receitas.

Além disso, com o esforço das unidades acadêmicas e da Administração Central, a Universidade firma parcerias por meio de Termos de Execução Decentralizada com os Diversos Órgãos Federais, como MEC/SESU, Ministério do Esporte e outros, para execução de projetos que implicam no desenvolvimento da Instituição no Ensino, Pesquisa e na Extensão. Além disso, os

docentes são estimulados a captar recursos para desenvolvimento de seus projetos de pesquisa e extensão, submetendo-os aos editais lançados pelos organismos financiadores nacionais e internacionais, sejam as agências de fomento (CNPq, Capes, Fapemig, entre outras), sejam outros órgãos públicos e privados (Finep, Fundação Ford, Instituto Serrapilheira, Fundação Rockefeller, Fundação Bill e Melinda Gates etc.). A captação desses recursos depende, em larga medida, da iniciativa dos líderes de grupos de pesquisa e dos docentes em geral, sendo os projetos apresentados e avaliados segundo os critérios estabelecidos pelos órgãos financiadores. Assim, a obtenção de recursos é relativamente independente de ações específicas da Administração Central que, no entanto, apoia e estimula sua captação, atuando, sobretudo, como facilitadora ou indutora das iniciativas acadêmicas. A execução desses projetos, além de possibilitar a aquisição de equipamentos para as unidades responsáveis por sua execução, gera para a UFMG o recolhimento de taxa nos casos previstos pela Resolução 10/95 do Conselho Universitário, que disciplina a compensação pelo uso das instalações e equipamentos da Universidade, e pela Resolução 04/2018, de 06 de março de 2018, que prevê critérios para o compartilhamento e permissão de uso da infraestrutura e de capital intelectual da UFMG.

Nos exercícios de 2014 a 2018, as restrições orçamentárias impostas à UFMG levaram à necessidade de reduzir gastos com a contratação de pessoal terceirizado. Em 2014 sobreveio a [Súmula 448 do Tribunal Superior do Trabalho \(TST\)](#) que determinou que “A higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação, e a respectiva coleta de lixo, por não se equiparar à limpeza em residências e escritórios, enseja o pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo,” ou seja, 40% “incidentes sobre o salário mínimo da região”, elevando os custos nos contratos. Por outro lado, a legislação federal extinguiu vários cargos das carreiras das IFES, aumentando a necessidade de reposição dessa força de trabalho. Tudo

isso leva ao esforço para redução do consumo de outros bens e serviços.

Todo esforço de redução nos gastos procurou evitar a redução de despesas que incidem sobre itens diretamente relacionados ao desenvolvimento das atividades acadêmicas. Ainda assim, geraram efeitos imediatos sobre aspectos como a frequência da limpeza das dependências e a disponibilidade de diferentes serviços de manutenção, entre outros.

Além disso, houve crescimento sensível das demandas por assistência estudantil. Esta aumento não foi acompanhado pelo crescimento compatível dos recursos do PNAES. O aumento da demanda foi provocado pela piora conjuntural das condições do mercado de trabalho, bem como pela gradual mudança do perfil dos alunos da UFMG, resultado das políticas de reserva de vagas (Lei nº12.711/2012), que tem assegurado o ingresso de alunos oriundos de famílias com renda média mais baixa.

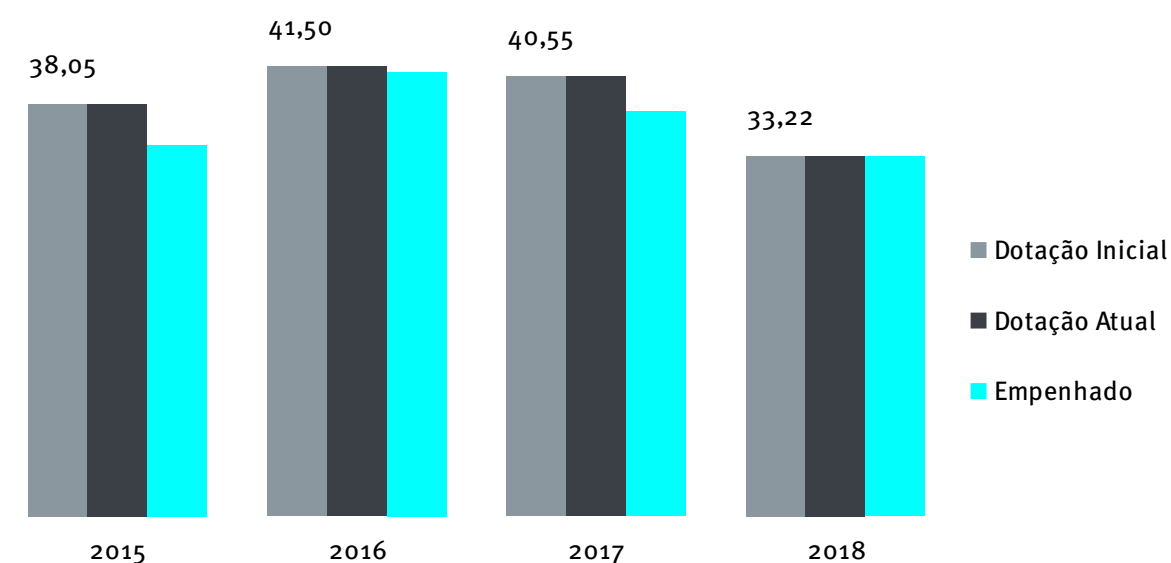


Gráfico 1 - Evolução dos recursos do PNAES (em milhões de reais) – 2015-2018

Fonte: SIAFI

A redução dos recursos orçamentários de capital previstos na LOA, seguida frequentemente do contingenciamento de limites orçamentários, restringindo o empenhamento, bem como os problemas decorrentes da liberação de recursos financeiros para a quitação dos compromissos assumidos, configurou um quadro de incerteza sobre os valores que seriam efetivamente disponibilizados a cada ano, levando à necessidade de reprogramar obras previstas e em andamento.

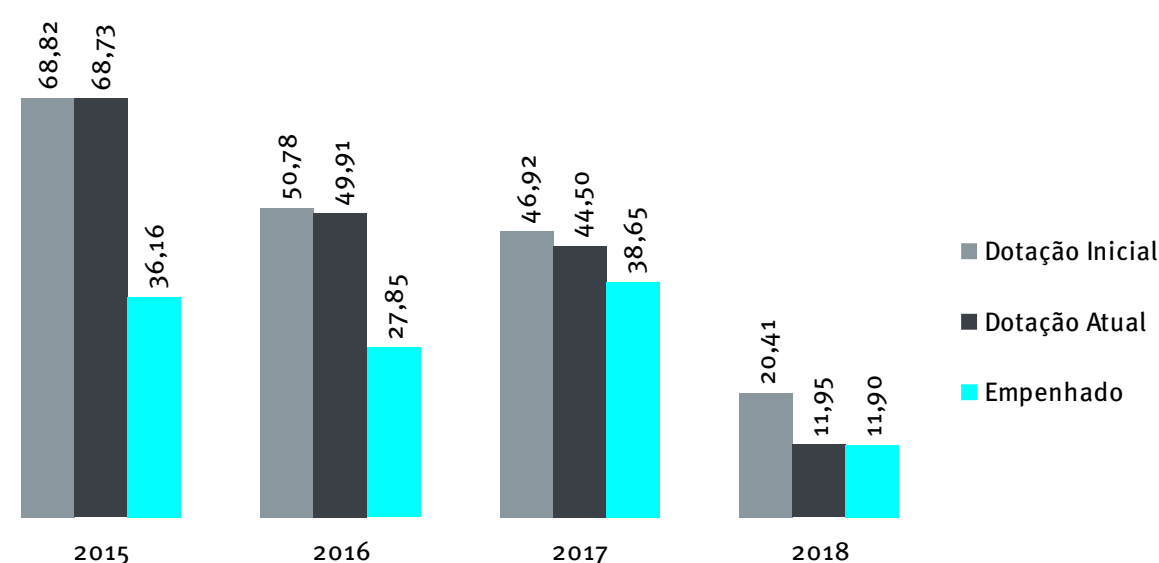


Gráfico 2 - Evolução dos recursos previstos na LOA para investimento
(em milhões de reais) – 2015-2018

Fonte: SIAFI

Apesar da perspectiva orçamentária desfavorável para os próximos anos em função das regras estabelecidas na Emenda Constitucional nº95/2016 e da expressiva redução dos recursos para investimentos previstos na LOA para o exercício de 2018, a UFMG envidou esforços estabelecendo e aprovando o Projeto de Desenvolvimento Institucional do Departamento de Química, que viabilizará a finalização da Obra do Laboratório de Química. Por meio de Termos de Execução Descentralizada - TEDs específicos, buscou também recursos provenientes do MEC/SESU para a acessibilidade de pessoas com deficiência e os aplicou na instalação de dois elevadores adaptados, um na

Escola de Arquitetura e outro na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Nesta mesma esteira, para viabilizar os objetivos de desenvolvimento institucional, executou projetos via emendas parlamentares e ainda apresentou projetos junto ao Ministério da Saúde, Ministério do Esporte e outros.

3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

3.1 Objetivos estratégicos.....	19
3.2 Planejamento organizacional	19
3.3 Modelo de governança.....	21
3.4 Atuação da unidade de auditoria interna.....	23
3.5 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.....	25
3.6 Principais canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas	26
3.7 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.....	28

1 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Entre os objetivos do exercício de 2018 estabelecidos pela gestão em consonância com seu planejamento estratégico destacam-se:

- Consolidar as formações transversais;
- Consolidar procedimentos de avaliação dos cursos de graduação;
- Implementar as propostas da política de internacionalização;
- Ampliar a transferência de tecnologia e fortalecer a cultura empreendedora;
- Aprimorar a política de assistência estudantil;
- Ampliar as ações de acessibilidade.

A avaliação dos resultados desses objetivos e de outros traçados para o ano de 2018 consta do Capítulo 5 – Resultados da gestão deste relatório.

2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

A UFMG tem considerável experiência de planejamento, seja no que se refere ao espaço físico e territorial, seja no campo administrativo, financeiro e acadêmico. Este trabalho esteve sempre ancorado num sólido arranjo institucional baseado em órgãos colegiados e estruturas administrativas regulamentadas e transparentes.

O planejamento das atividades na UFMG está voltado para assegurar que a Universidade alcance seus objetivos através da geração e difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais, sendo ao mesmo tempo formadora de indivíduos críticos e éticos, dotados de sólida base científica e humanística e comprometidos com intervenções transformadoras na sociedade.

Toda atividade acadêmica, seja de ensino, pesquisa ou extensão, é precedida de um planejamento, consubstanciado na forma de projetos, cujas diretrizes e impactos são avaliados pelas instâncias deliberativas previstas no Estatuto da Universidade, típicas de instituições descentralizadas e colegiadas, como são as instituições de ensino superior.

FASE 1

1927-1968

Incorporação de várias unidades acadêmicas ao núcleo inicial, pela federalização da universidade em 1949, pelo início da implantação do *campus* Pampulha e, finalmente, pela reforma universitária de 1968 e o primeiro vestibular unificado de 1969

FASE 2

1969-2000

Continuidade da implantação do *campus* Pampulha, criação do *campus* Montes Claros, implantação e crescimento do ensino de pós-graduação, difusão da prática de pesquisa nas várias unidades e departamentos da UFMG

FASE 3

2000-Presente

Iniciada com a implantação do REUNI, está em curso e tem por objetivos o aumento de vagas discentes e a democratização do acesso à UFMG, a intensificação e generalização das práticas, atividades e instrumentos interdisciplinares, a ampliação das políticas e atividades de mobilidade internacional de discentes e docentes e de internacionalização da UFMG, a expansão do ensino de pós-graduação e das atividades de pesquisa científica e tecnológica e de inovação, a evolução e aperfeiçoamento da política de assistência estudantil, a reestruturação e multiplicação das atividades culturais, a reestruturação e expansão do sistema de tecnologia de informação, a consolidação do *campus* Pampulha com a transferência de unidades acadêmicas, entre outras ações em curso

Figura 3 - Fases da evolução do planejamento na UFMG

Isso se mostra, por exemplo, nos relatórios individuais de atividade dos docentes. Elaborados anualmente, eles incluem plano de trabalho para o ano seguinte, contemplando a previsão do desenvolvimento de atividades de ensino e orientação a discentes, de pesquisa, de extensão e de administração universitárias, de treinamento e capacitação docente. Os relatórios e os respectivos planos de atividades que o acompanham são apreciados pelas Câmaras Departamentais e formam a base para a elaboração dos relatórios de cada Departamento. Estes últimos, por sua vez, também contemplam um planejamento das atividades acadêmicas no nível departamental, e são avaliados pelas Congregações (instâncias máxima de cada Unidade Acadêmica) e, posteriormente, pela Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), de modo a assegurar sua coerência e alinhamento com os objetivos da Instituição. É importante notar que os resultados alcançados por um Departamento, bem como o planejamento de suas atividades, são peças consideradas pela CPPD para efeito de alocação de vagas docentes entre os Departamentos.

Analogamente, a proposição de novos cursos é feita por meio de projetos que, de modo geral, são elaborados por iniciativa dos departamentos. No caso de novos projetos pedagógicos de cursos já existentes, a proposição parte dos respectivos colegiados de cursos de graduação e pós-graduação. **Cada proposta contempla uma avaliação prévia do estágio de desenvolvimento da área de conhecimento do curso, da importância, necessidade e propriedade do novo curso proposto e de sua inserção na realidade institucional, regional e nacional.** Considera-se também se existem ou não áreas correlatas de formação em outros cursos na UFMG. No caso dos cursos de graduação, há uma avaliação do mercado de trabalho e do espaço potencial para o profissional a ser formado. Além disso, devem ser indicadas as condições existentes e as necessárias para

a implantação do curso, como as relacionadas ao espaço físico, aquisição de mobiliário, material ou equipamentos, acervo bibliográfico, corpo docente e técnico-administrativo etc. Cada projeto é avaliado por órgãos colegiados, entre os quais as Congregações, no âmbito das Unidades Acadêmicas, e as Câmaras de Graduação ou de Pós-graduação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), o plenário do CEPE e o Conselho Universitário, no âmbito da Reitoria.

Desse modo, o alinhamento dos planos individuais, departamentais e das unidades acadêmicas e administrativas ao planejamento estratégico da instituição é assegurado pela estrutura organizacional implantada, composta por instâncias colegiadas com a participação de servidores docentes e técnico-administrativos, bem como da representação discente, que acompanham e deliberam sobre cada proposta apresentada. Assegurado este alinhamento, a realização das atividades é avaliada com base nos relatórios individuais dos docentes que, por sua vez, servem de base para a composição dos relatórios de atividades dos Departamentos. Entre os itens que são avaliados quantitativa e qualitativamente estão as publicações docentes (artigos em periódicos acadêmicos, livros publicados e organizados, capítulos de livros, e demais publicações), as orientações de alunos de graduação e pós-graduação em andamento e concluídas, as atividades de pesquisa (financiamentos obtidos, relatórios produzidos etc.), pareceres emitidos e outros trabalhos técnicos, bem como as disciplinas ministradas em cursos de graduação e pós-graduação e participações em bancas avaliadoras de trabalhos finais.

Por sua natureza, essas atividades estão orientadas pelos objetivos de produção e difusão de conhecimento que norteiam a vida universitária. Além disso, muitas dessas atividades são objeto de avaliação por órgãos externos. Deste modo, os cursos de graduação e de pós-graduação são avaliados

periodicamente pelo INEP e pela Capes, respectivamente, enquanto os projetos e relatórios de pesquisa são objeto de avaliação por agências nacionais e internacionais de fomento e outros órgãos que financiam seu desenvolvimento, como o CNPq, a Fapemig, o British Council, a Fundação Ford, entre outras. A produção intelectual resultante da pesquisa é submetida à avaliação por pares em nível nacional e internacional para publicação.

Finalmente, os órgãos colegiados superiores acompanham o andamento das atividades, planos e projetos acadêmicos, como é o caso das câmaras acadêmicas do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e dos relatórios produzidos pela Comissão Permanente de Pessoal Docente, a CPPD.

No que diz respeito aos servidores técnico-administrativos em educação, o Programa de Avaliação de Desempenho foi aprovado pelo Conselho Universitário em 2013 e vem sendo aplicado, de modo informatizado, desde 2014, envolvendo a avaliação do servidor pelo seu chefe, avaliação do chefe pela equipe de trabalho, a autoavaliação da equipe, do servidor e da chefia, e a avaliação e atualização do plano de trabalho. Além disso, o processo de avaliação levantou informações referentes à qualidade de vida no trabalho e aspectos que envolvem servidores portadores de deficiência.

Em 2018 a UFMG renovou seu compromisso com o planejamento estratégico de longo prazo com a aprovação e a publicação do seu Plano de Desenvolvimento Institucional – [PDI 2018-2023](#) – em que estão formulados os desafios e as ações necessárias para o período.

MODELO DE GOVERNANÇA

3 A estratégia de governança no setor público compreende os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão de um determinado órgão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Na UFMG, a Política Institucional de Governança administrativa vem sendo aprimorada e registrada desde a aprovação de um dos seus primeiros estatutos, por meio do Decreto 167 de 16 de maio de 1935. Em 2018, a estrutura orgânica de controle que garantia a prática da governança encontrava-se definida no [Estatuto](#) da Universidade aprovado por meio da Resolução nº04/99, de 4 de março de 1999 e registra-se resumidamente a seguir.

Conselho Universitário	Formula a política geral da Universidade nos planos acadêmico, administrativo, financeiro, patrimonial e disciplinar.	]
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão	Supervisiona e delibera em matérias de ensino, pesquisa e extensão	]
Conselho de Curadores	Fiscaliza a ordem econômico-financeira e é responsável pela aprovação das contas do Reitor entre outras atribuições	]

Figura 4 - Órgãos de deliberação superior

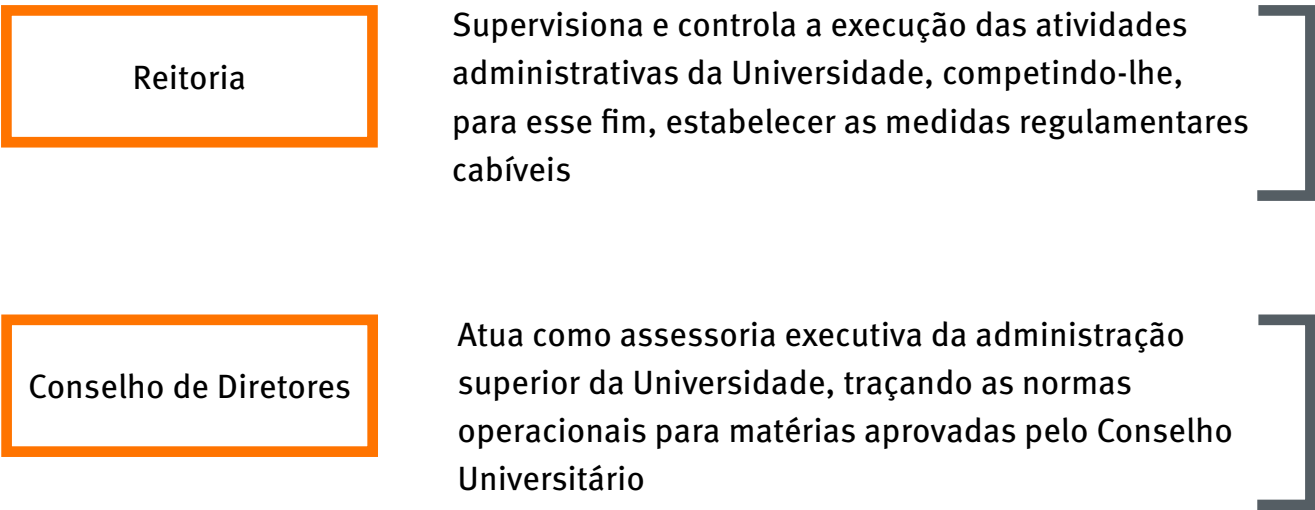


Figura 5 - Administração superior

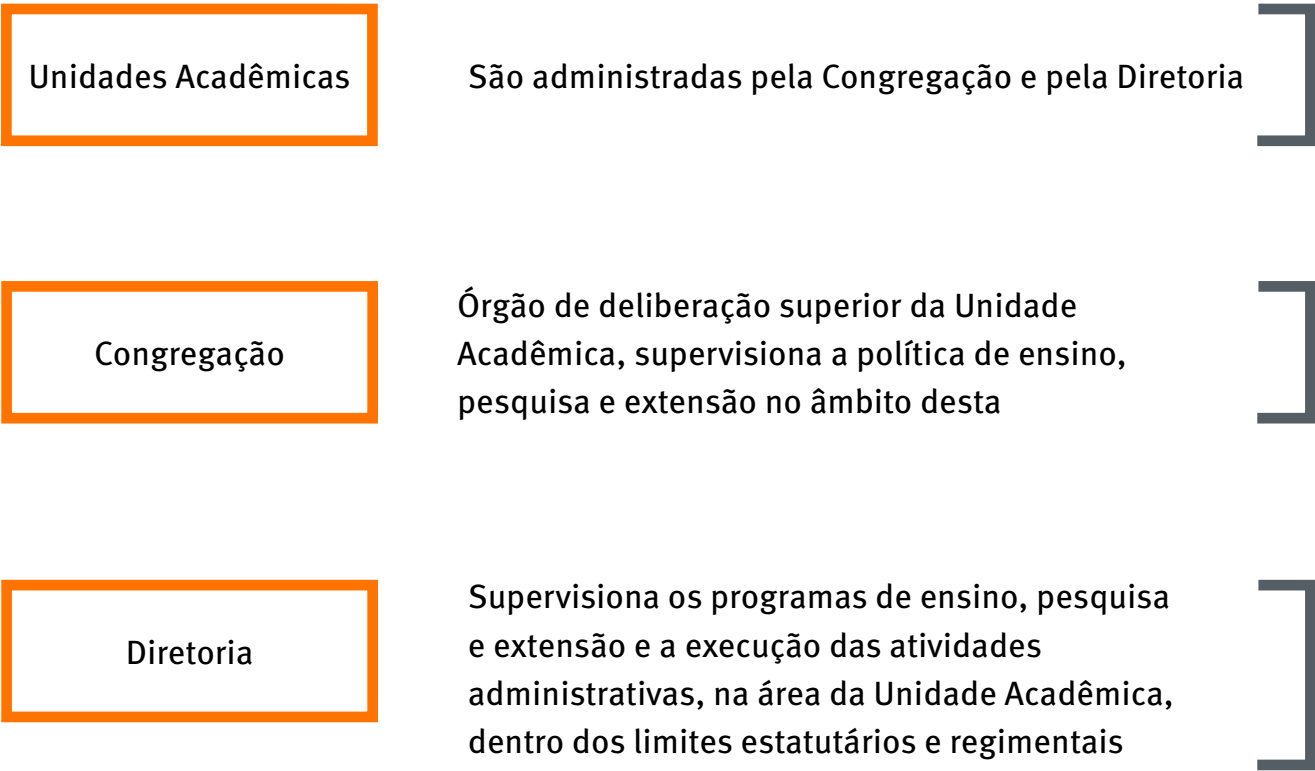


Figura 6 - Administração das unidades acadêmicas

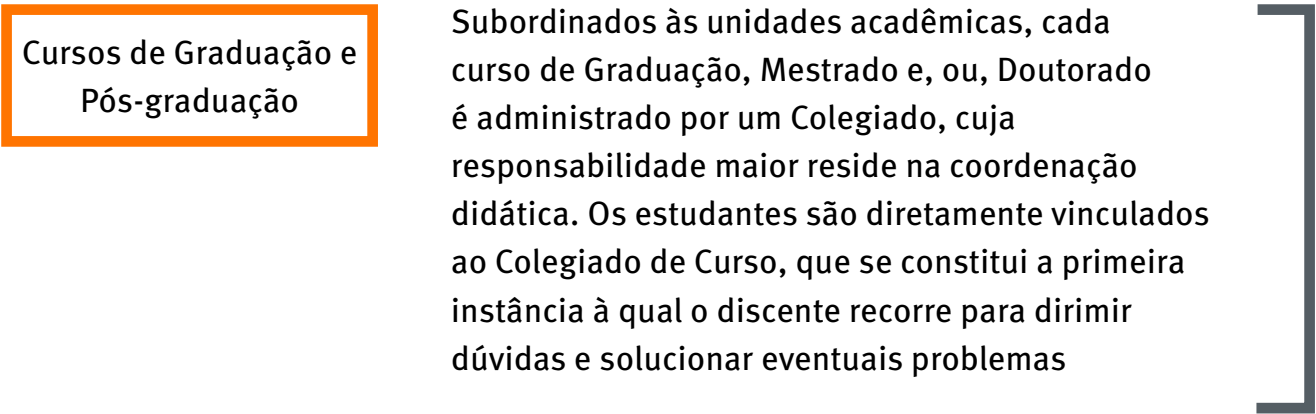
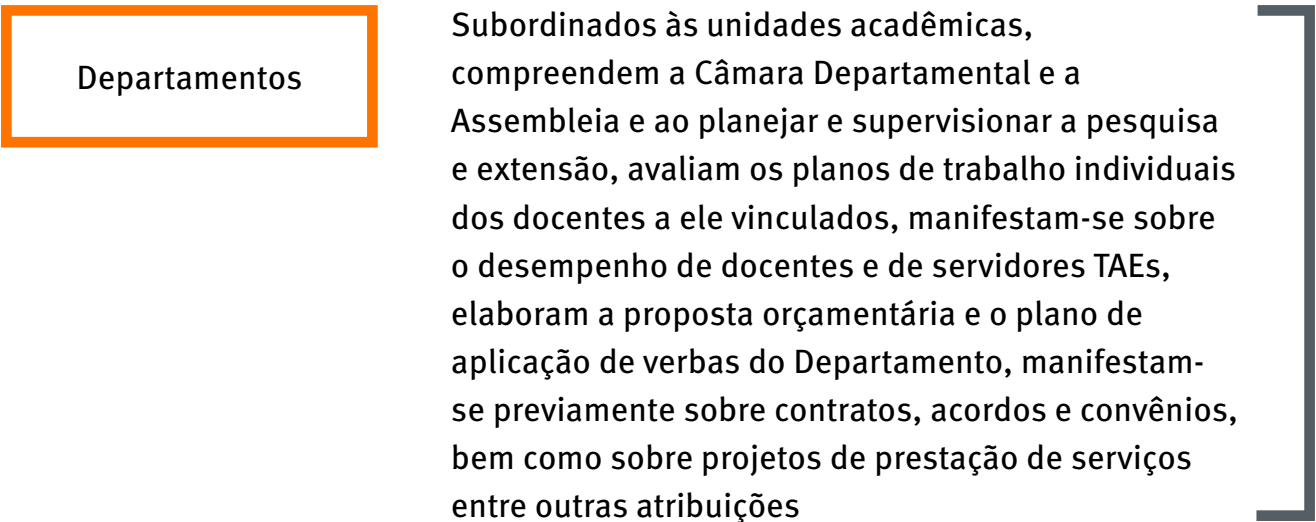


Figura 7 - Administração dos departamentos e cursos de graduação e pós-graduação

Problemas apresentados por quaisquer das instâncias citadas recebem análise das propostas para regularização e normatização das falhas e, na eventualidade de se apontarem impropriedades serem apontadas, essas são encaminhadas para o Órgão de Correição e caso necessário implantação de novos procedimentos de controle.

Em 10 de maio de 2017, a UFMG instituiu, por meio da Portaria nº 59/2017, o Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC), para aprovar e monitorar as políticas, diretrizes, metodologias e mecanismos para comunicação e institucionalização da gestão de riscos e controles internos no âmbito da Universidade. Nesse sentido, a Instituição tem envidado esforços para melhoria na qualidade de sua governança e transparência. A atual gestão da UFMG emitiu nova portaria, a de nº 263, em 05/12/2018, pela qual o Comitê é presidido pelo Reitor e composto pelo Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento, pelo Pró-Reitor de Administração, pelo Pró-Reitor de Recursos Humanos e pela Chefia de Gabinete.

A Universidade conta ainda com uma unidade de auditoria interna denominada Auditoria Geral, cuja responsabilidade reside na prestação de apoio técnico no exame, orientação, acompanhamento e avaliação dos atos praticados pelos gestores da UFMG com o objetivo de assegurar a regularidade da administração orçamentária, financeira e patrimonial da Universidade.

4 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Os trabalhos desenvolvidos pela Auditoria-Geral da UFMG durante o exercício de 2018 compreenderam atividades as quais estavam previstas em seu planejamento e atividades extra planejamento. Neste sentido, foram executados trabalhos e ações com a finalidade de avaliar os controles internos, de monitorar recomendações emitidas, de mitigar riscos, de fortalecer e capacitar a equipe, de melhorar os processos internos, entre outros. Destaca-se que as ações de capacitação da equipe, em 2018, somaram 955 horas, incluindo ações de aperfeiçoamento e de educação formal, nas modalidades presencial e à distância.

De maneira específica, o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) para o exercício de 2018 possuía 18 (dezoito) ações planejadas. Ao

total, a Auditoria-Geral executou 35 (trinta e cinco) trabalhos, entre demandas provenientes do Plano Anual, elaborado com base em uma Matriz de Riscos, bem como do Conselho Universitário, de normativos e orientações dos órgãos federais de controle interno e externo (CGU e TCU) e de necessidade de auditorias adicionais e de melhorias internas. O gráfico a seguir demonstra os percentuais representativos dos trabalhos realizados pela Auditoria-Geral da UFMG.

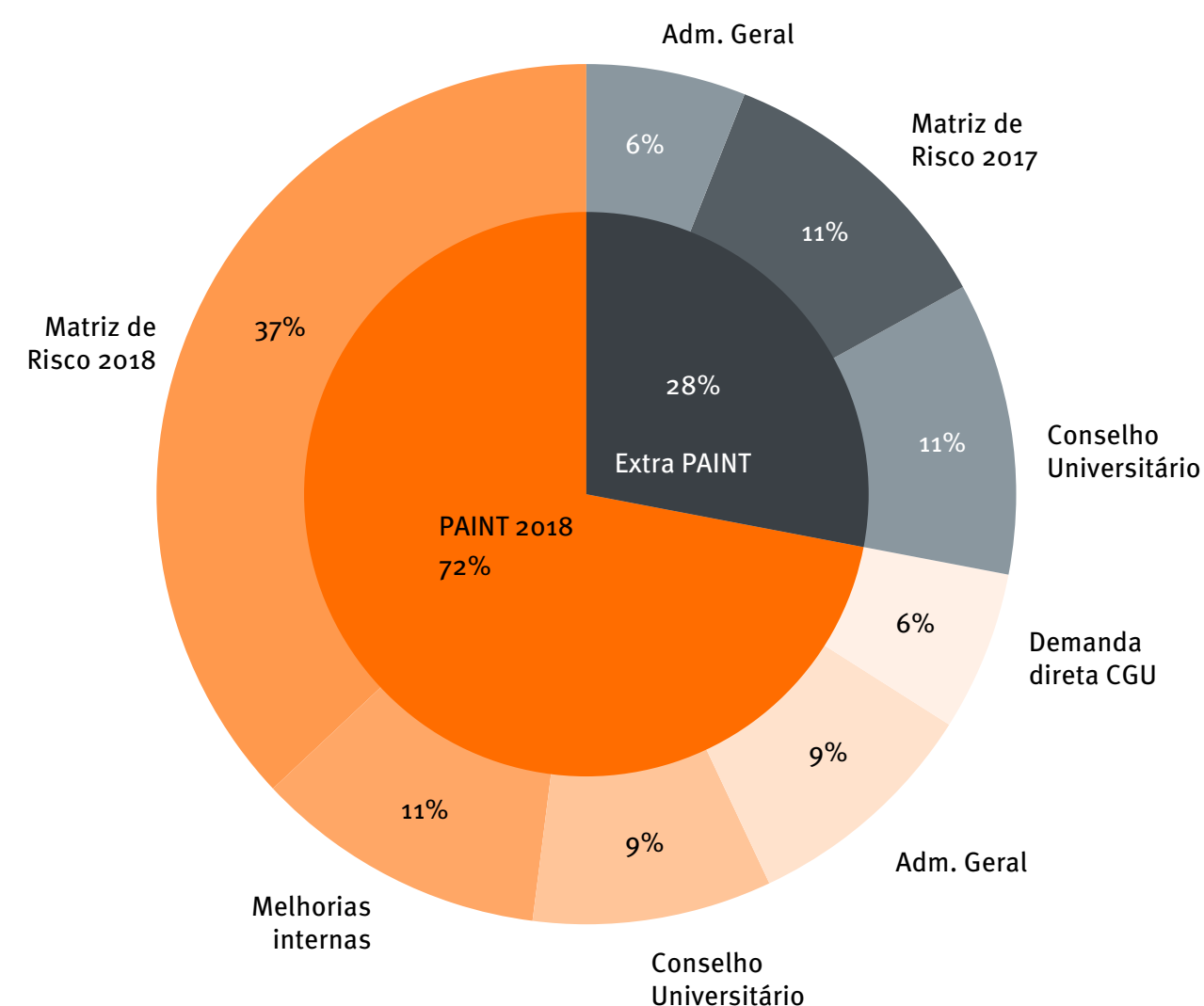


Gráfico 3 - Origem dos trabalhos realizados pela Auditoria-Geral em 2018

Fonte: Auditoria-Geral/UFMG

Estes trabalhos, executados com a finalidade de avaliar os controles internos e o gerenciamento de riscos na Universidade geraram em 2018 o total de 52 (cinquenta e duas) recomendações de auditoria. Considerando essas recomendações e as dos exercícios anteriores, apurou-se o resultado demonstrado no gráfico abaixo.

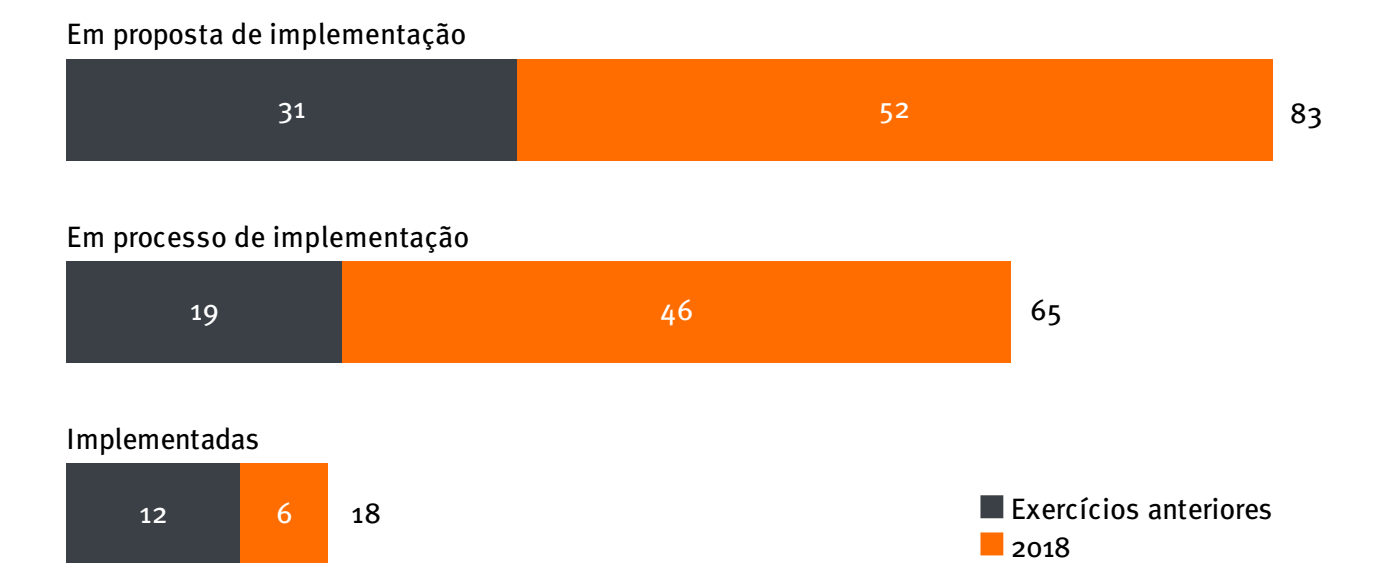


Gráfico 4 - Recomendações realizadas pela Auditoria-Geral da UFMG

Fonte: Auditoria-Geral/UFMG

A Auditoria-Geral da UFMG, a partir das estratégias de controle, utilizando os seus recursos humanos e materiais, avalia a identificação e a mitigação dos riscos organizacionais, orientando a instituição no alcance dos objetivos por meio da utilização eficiente e eficaz de seus recursos. Cabe destacar os seguintes trabalhos.

Relatório	Objeto	Resultado/Diagnóstico
03/2018	Análise de consistência documental dos atos de admissão, aposentadoria, pensão, cessão, exclusão, redistribuição e adicional de insalubridade dos processos abertos no Departamento de Administração de Pessoal	Solicitaram-se novos laudos técnicos do adicional de insalubridade para alguns locais de trabalho na Universidade e, consequentemente, , a partir de dezembro de 2018,cancelaram-se adicionais para os servidores que não faziam jus.
04/2018	Avaliação dos resultados dos exames realizados nos processos de licitação para Grandes Contratos da UFMG	Constataram-se benefícios relacionados às dimensões de infraestrutura e de processos internos com repercussão transversal, advindos das providências adotadas pelo gestor, que ultrapassaram o âmbito da própria Unidade Auditada. Comprovam-no a Portaria GR nº 168/2018 (que estabelece que as minutas de edital, termo de referência, projeto básico e contrato sejam elaboradas utilizando-se das minutas padronizadas da AGU) e o ofício PRA 381/2018, com orientações pertinentes à fiscalização de contratos.
12/2018	Monitoramento dos acórdãos proferidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e destinados à UFMG	O mesmo monitoramento realizado no exercício anterior (2017) gerou efeitos positivos para a Administração, uma vez que, em 2018, não foram identificadas fragilidades no cumprimento tempestivo dos acórdãos por parte da UFMG/PRORH.

Fonte: Auditoria-Geral

ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

5

3.5.1 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANOS AO ERÁRIO

O Departamento de Administração de Pessoal da Pró-Reitoria de Recursos Humanos vem atuando no sentido de estabelecer estratégias que visem evitar ou minimizar a instauração de processos administrativos tanto de Reposição ao Erário quanto de Recuperação de Crédito. Um exemplo de medida adotada pelo DAP é a realização de auditorias internas na folha de pagamento na homologação da folha no SIAPE, visando identificar possíveis lançamentos ou pagamentos indevidos.

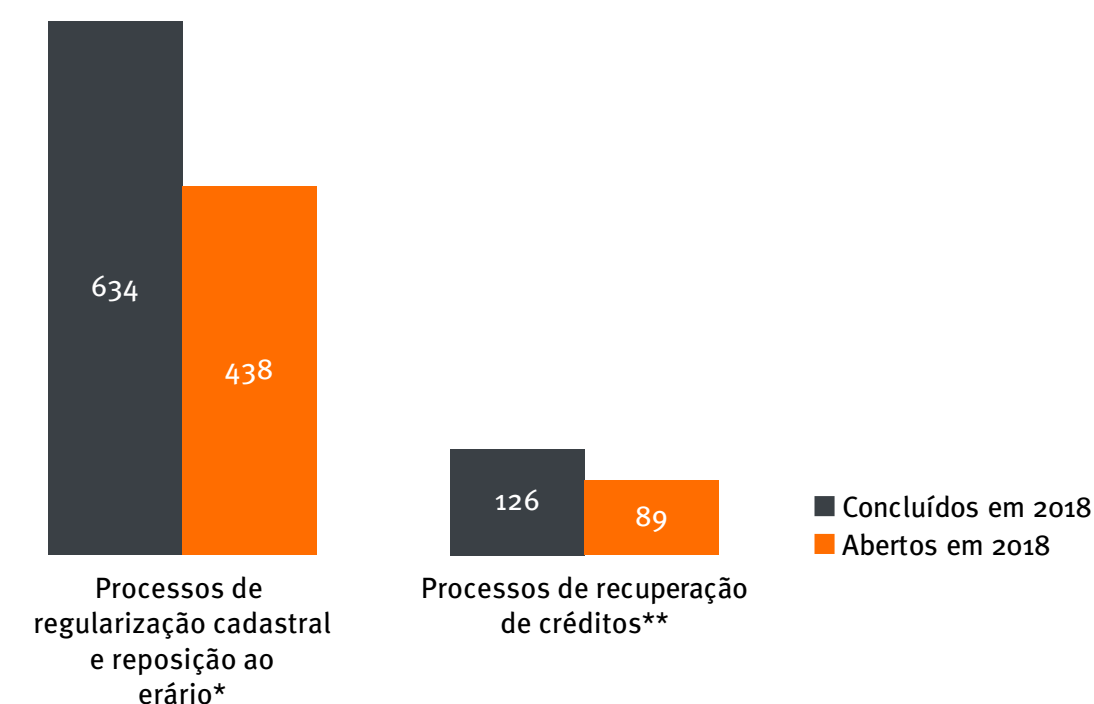
Outra ação preventiva é o acompanhamento mensal do término do contrato de professores substitutos e alerta aos setores responsáveis com antecedência, para confirmação da rescisão e para que o contratado seja retirado de folha o quanto antes. Sempre que um servidor solicita exoneração do cargo efetivo, as divisões do DAP buscam prontamente suspender o pagamento do servidor ou retirá-lo de folha.

Tais ações evitam ou minimizam os valores a serem repostos ao erário e auxiliam na diminuição da abertura de processos de recuperação de crédito, que são muito onerosos para a instituição, tendo em vista a dificuldade de se efetuar a cobrança administrativa daqueles que não possuem mais vínculo com a Universidade.

Como resultado dessas e outras medidas preventivas, houve diminuição significativa da quantidade de processos abertos de recuperação de crédito em comparação aos dados apresentados no Relatório de Gestão de 2017. Foram abertos 183 processos em 2017 e apenas 89 em 2018. Na análise do gráfico

abaixo é possível perceber que houve ganho em produtividade e os passivos continuam sendo trabalhados.

Para o tratamento de impropriedades específicas da área de recursos humanos, a UFMG conta adicionalmente com a Unidade Seccional de Correição, setor vinculado à Pró-Reitoria de Recursos Humanos, cuja atribuição reside em coordenar as atividades e iniciativas relacionadas à prevenção e apuração de irregularidades no âmbito da UFMG, decorrentes de comportamento de seus servidores, visando a assegurar o permanente cumprimento dos padrões éticos que devem reger o serviço público.



*Denominação utilizada para as cobranças realizadas aos interessados que possuem vínculo com a UFMG, tais como servidores ativos ou aposentados e beneficiários de pensão civil, nas quais é possível implantação de reposição ao Erário em folha de pagamento

**Denominação utilizada para as cobranças realizadas aos interessados que não possuem vínculo com a UFMG, impedindo dessa forma que a reposição ao Erário seja processada em folha de pagamento; ex: estagiários, ex-contratados no regime da Lei 8.745/1993.

Gráfico 5 - Processos de apuração de responsabilidade por danos ao erário

6 PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS

A Ouvidoria Geral da UFMG e o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) são os principais canais de relacionamento entre a universidade e as comunidades interna e externa. Ambos compõem a Diretoria de Governança Informacional (DGI), que tem como meta subsidiar a defesa dos interesses públicos em matéria de educação, cultura, ciência & tecnologia e a promoção da transparência na interface Universidade-sociedade.

Ouvidoria geral: Em funcionamento desde 2009, a Ouvidoria Geral da UFMG é um órgão mediador voltado a zelar pelo aprimoramento dos serviços prestados à sociedade, ampliação dos canais de participação social na avaliação institucional, incentivo ao exercício dos direitos dos cidadãos e contribuição para a formulação de políticas públicas. Como um canal de comunicação, acolhe denúncias, reclamações, solicitações, sugestões, elogios e pedidos de simplificação de fluxo; encaminha tais manifestações às pessoas responsáveis; acompanha as respostas; e, sempre que se faz necessário, institui processos de diálogo mais aprofundados entre as partes envolvidas.

A confiança da comunidade nos canais da Ouvidoria

Geral vem se solidificando ano a ano. O maior indicativo de tal afirmação é o crescimento na quantidade de manifestações.

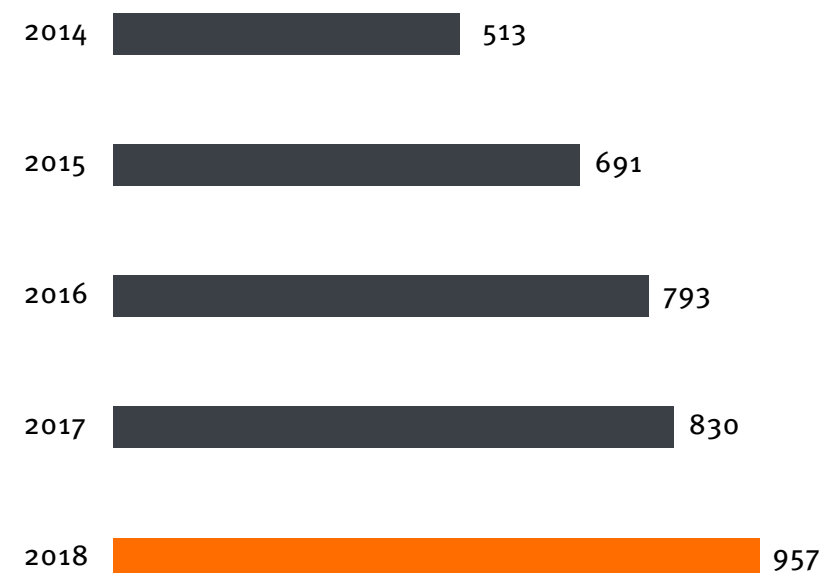


Gráfico 6 - Quantidade de manifestações registradas pela Ouvidoria entre 2014 e 2018

Fonte: DGI

A taxa de satisfação dos usuários com a Ouvidoria Geral da UFMG em 2018 foi de 64,5%, entre os muitos satisfeitos, satisfeitos e os que consideram regular a resolução das manifestações enviadas.

Além da taxa de crescimento nos números absolutos, houve uma variação interna às categorias das manifestações registradas.

Entre os anos de 2017 e 2018 houve queda no número de reclamações, que era de 300 e passou para

250. As solicitações cresceram de 232 em 2017 para 277 em 2018; as denúncias tiveram números absolutos semelhantes, de 272 em 2017 e 282 em 2018; as sugestões diminuíram de 17 para 10 e os elogios, de 9 para 6 entre 2017 e 2018. As categorias Comunicações, que são as manifestações anônimas, (com 106 registros) e Simplifique (com apenas 1) foram instaladas no sistema em 2018.

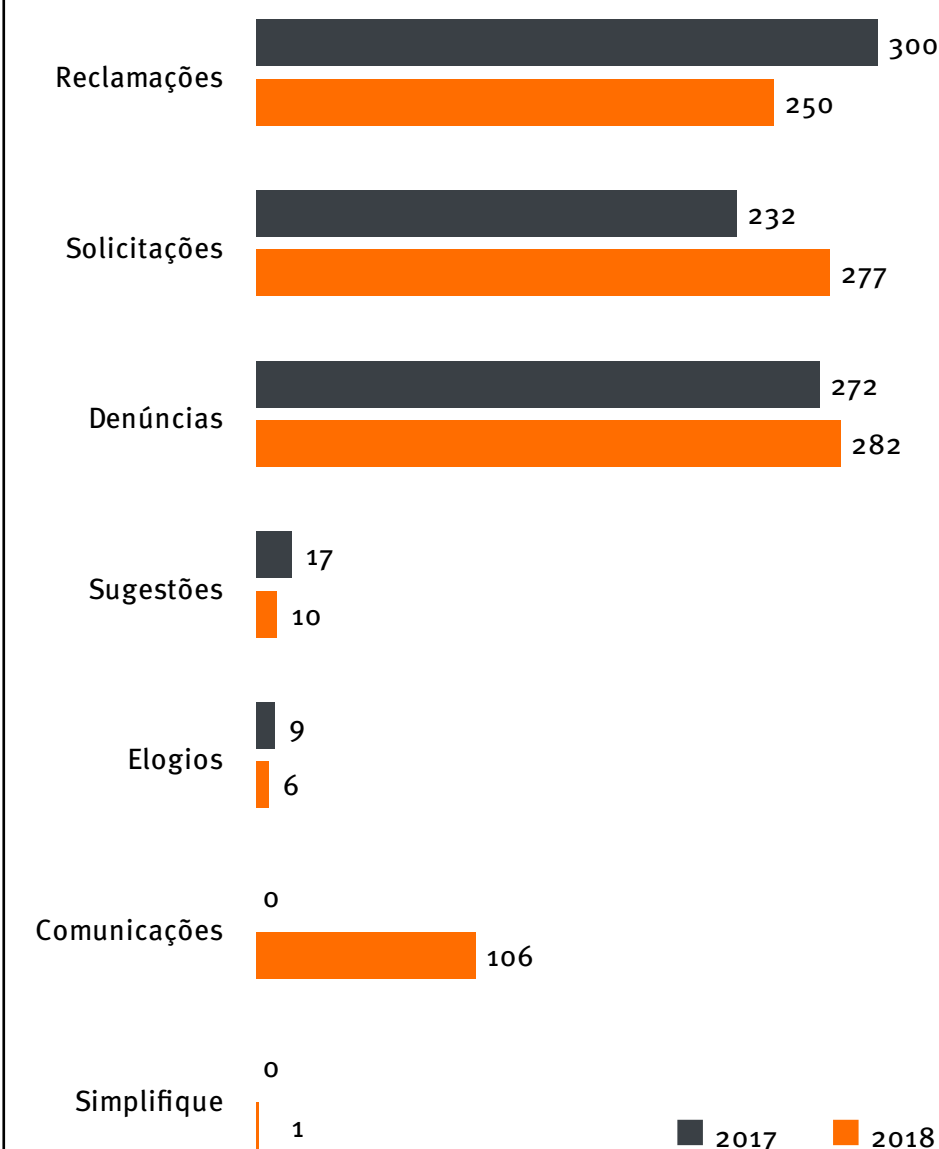


Gráfico 7 - Tipo de manifestações registradas pela Ouvidoria em 2017 e 2018

Fonte: DGI/UFMG

Serviço de Informação ao Cidadão: O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) é o órgão responsável por receber, encaminhar e acompanhar pedidos referentes à Lei de Acesso à Informação (LAI). Foi implantado na UFMG em março de 2012 e utiliza o Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), que permite a qualquer pessoa demandar acesso a informações, acompanhar o prazo, receber resposta e, se necessário, interpor recurso.

Em 2018, o SIC recebeu 344 pedidos de acesso à informação, contendo 1.384 perguntas. Houve uma pequena queda no total de pedidos em relação a 2017, quando foram 365 solicitações. Entretanto, os pedidos se mostraram mais detalhados, uma vez que, em 2017, as demandas reuniram apenas 740 perguntas.

O percentual de demandas com acesso concedido também subiu. Em 2017, foram atendidas 270 das 365 solicitações, ou seja, 74%; em 2018 esse índice subiu para 81,7% (ou 281 demandas com acesso integralmente concedido, de um total de 344). Como mostra o gráfico a seguir, apenas 15 demandas durante todo o ano tiveram acesso negado.

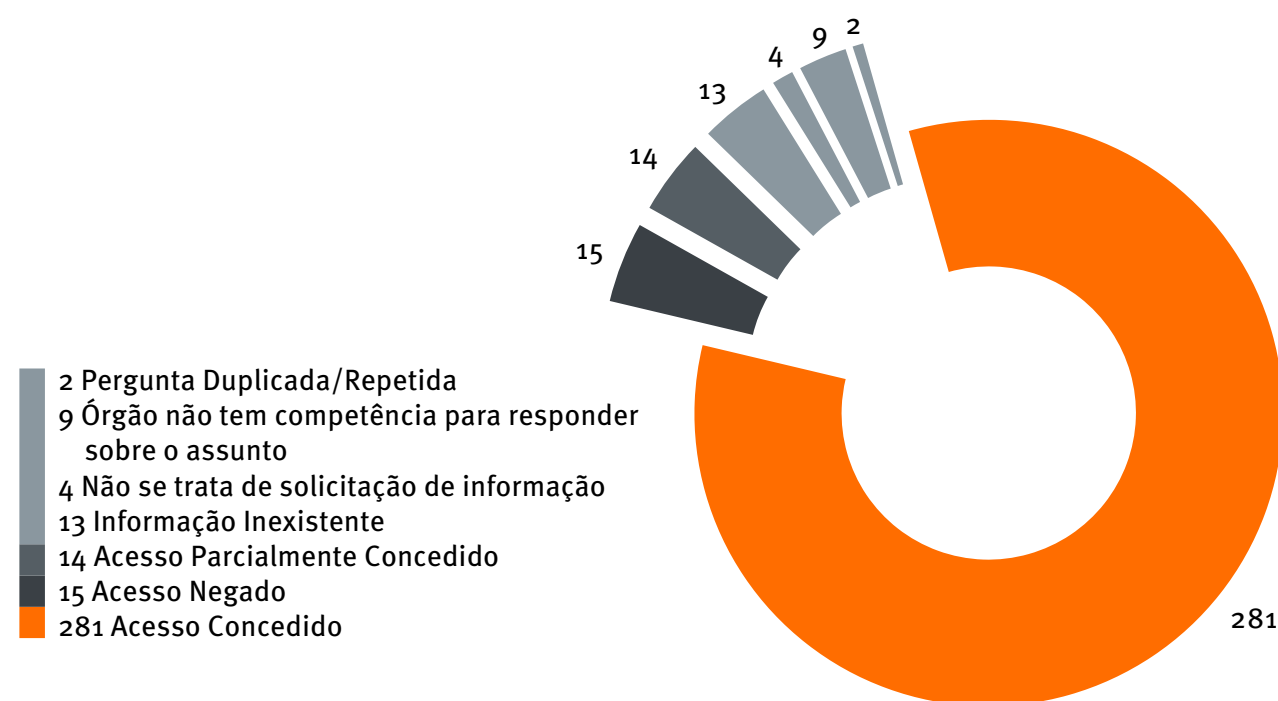


Gráfico 8 - Tipo de resposta a pedidos de informação registrados no e-SIC

Fonte: DGI/UFMG

Outro dado que mostra o aprimoramento dos trabalhos do SIC em diálogo com outros setores da UFMG é a situação dos pedidos de acesso à informação. No final de 2017, 6,85% dos pedidos seguiam em tramitação fora do prazo. Em 2018, esse índice caiu para 1,74%.

3.6.1 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

A UFMG mantém disponível na internet sua [Carta de Serviços ao Cidadão](#), como determina o Decreto nº6.921/2009. Em atendimento ao parágrafo 4º do Art. 11 desse Decreto, o conteúdo da Carta pode ser acessado na página principal da UFMG na web, no setor Transparência do site da UFMG.

3.6.2 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UFMG

Com o objetivo de imprimir transparência aos atos da gestão universitária, fica disponível em página dedicada exclusivamente à Prestação de Contas da UFMG as peças relativas ao processo. Além disso, seguindo o que rege a Lei nº12.527/2011, a UFMG atua pró-ativamente na divulgação de informações sobre sua gestão em portal dedicado à Transparência da Instituição. Por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) e do posto de atendimento ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) a UFMG atende virtual e pessoalmente demandas de informação dos cidadãos-usuários.

A partir da instituição da Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal pelo Decreto nº8.777/2016, a UFMG constituiu comissão, por meio da Portaria nº61/2017/Gabinete do Reitor, para elaboração do Plano de Dados Abertos (PDA) da UFMG. Esse documento, que tem como objetivo orientar as ações de implementação, promoção e manutenção do processo de abertura de dados públicos da Universidade de maneira ativa, visando garantir o direito fundamental da sociedade de acesso à informação, foi

elaborado pela Comissão designada ao longo do ano de 2018 e tem previsão de publicação para o primeiro semestre de 2019.

Em referência aos principais serviços prestados pela UFMG na área de ensino e assistência estudantil, foi realizado em 2018, sob coordenação da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), trabalho de mapeamento desses serviços a fim de disponibilizar, entre outras, informações sobre o tipo do serviço, os setores da Universidade aptos a prestá-los, as etapas e os prazos para realização do serviço. O resultado desse trabalho pode ser conferido no Portal de Serviços do Governo Federal.

7 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

Desde 2015, a Universidade Federal de Minas Gerais conta com o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), responsável pela proposição, coordenação e execução de ações que buscam assegurar a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica e profissional. Para tanto, as ações desenvolvidas procuram eliminar eventuais barreiras que possam limitar ou impedir o acesso, permanência e participação da pessoa com deficiência no âmbito da Instituição. Tem-se

buscado assim oferecer condição de alcance e utilização dos serviços da UFMG pela pessoa com deficiência com segurança e autonomia dos espaços, mobiliários, edificações, transportes, informação e comunicação, impulsionando o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade.

O NAI realiza acompanhamento sistemático de alunos com deficiência matriculados na UFMG. Esse dado é captado desde 2014 por meio do questionário (Censo) disponível para o aluno de graduação e pós-graduação no sistema de matrícula. No momento de seu registro acadêmico (calouro) ou da sua matrícula semestral (veterano), o aluno é convidado a preencher o questionário identificando se tem alguma deficiência, qual, se faz uso de algum dispositivo de auxílio, necessidades específicas, entre outros dados. Essas informações possibilitam ao NAI contato direto com os respondentes para orientação sobre os serviços oferecidos pelo Núcleo e, quando necessário, início de acompanhamento específico.

Além do acompanhamento aos alunos de graduação e pós-graduação, o NAI também oferece suporte e orientação ao Centro Pedagógico (CP) no atendimento aos alunos do ensino básico e fundamental com alguma deficiência e ao Colégio Técnico (COLTEC). Desde 2016, o CP oferece, nos seus editais de seleção, três vagas reservadas para alunos

com deficiência. O NAI mantém o acolhimento desses alunos e suas respectivas famílias no momento do registro acadêmico para conhecimento inicial das necessidades e capacidades do ingressante, bem como a definição de diretrizes gerais para suporte das atividades acadêmicas.

O NAI oferece também suporte para os servidores com deficiência do quadro da UFMG. Este trabalho é feito em parceria com o Departamento de Recursos Humanos (DRH) da Pró-Reitoria de Recursos Humanos (PRORH) com o intuito de garantir ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos, a partir do atendimento às regras de acessibilidade, o fornecimento de recursos de tecnologia assistiva e a adaptação razoável no ambiente de trabalho. Todos esses aspectos são observados tanto no processo seletivo para cargo específico (reserva de vagas prevista nos editais de seleção) quanto durante seu percurso na instituição, procurando oferecer igualdade de oportunidades em comparação às demais pessoas, condições justas e adequadas de trabalho, favorecendo sua atuação e permanência no contexto de trabalho.

Em atendimento às medidas determinadas no Decreto nº5626/2005 e na Lei Brasileira de Inclusão (13.146/2015), a UFMG conta com tradutor e intérprete de Libras-Português em seu quadro de servidores efetivos, cumprindo a demanda

de acessibilidade e inclusão de pessoas surdas usuárias da LIBRAS. Para esse serviço, o NAI conta com equipe composta por oito profissionais tradutores e intérpretes de Libras, três deles contratados em março de 2017. O serviço de tradução e interpretação é prestado a demandas de cunho acadêmico (interpretação em sala de aula, tradução de material didático, entre outros) e administrativo (reuniões de colegiado, atendimento de servidor no Departamento de Recursos Humanos – DRH, entre outros), constantes ou eventuais, que não se restringem ao ambiente de sala de aula.

O compromisso da UFMG em garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações da Universidade às pessoas com deficiência tem sido constantemente reafirmado. Em 2018, o Conselho Universitário da UFMG aprovou a criação do curso de Licenciatura em Letras-Libras. O novo curso da Faculdade de Letras (Fale) foi estruturado para abrigar disciplinas que podem ser lecionadas em Libras, mas também por professores que não são fluentes na Língua de Sinais, que contarão, durante as aulas, com apoio de intérpretes do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão.

A expectativa é que sejam formados professores surdos e ouvintes, que irão lecionar para ambas as comunidades linguísticas, atuando tanto nas escolas especiais quanto nas comuns com inclusão de deficientes auditivos.

4 **GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS**

1 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

O Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC) foi criado em 10/05/2017 pela Portaria nº 059/2017, com atualização de composição e atribuições através de nova Portaria publicada em 05/12/2018.

A UFMG tem trabalhado no sentido de elaborar a Política de Gestão de Riscos prevista no Art. 17 da IN Conjunta MP/CGU nº 01/2016, mas pesa o fato da Universidade contar com centenas de processos, sejam eles finalísticos, voltados à consecução de seus objetivos de ensino, pesquisa e extensão, sejam eles de gestão.

Para auxiliar as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no acompanhamento e controle da política de gestão de riscos de cada instituição a Associação Nacional de Dirigentes de IFES (ANDIFES) e o Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração (FORPLAD) estão desenvolvendo o sistema ForRisco que servirá de ferramenta acessória na gestão de riscos das IFES.

Parte importante da gestão de riscos - a dos riscos de integridade - está sendo cumprida pela UFMG de acordo com o cronograma do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU). Com vistas a intensificar a eficácia

dos sistemas de controle institucionais voltados à prevenção, detecção, punição e reversão de atos de fraude e de corrupção, a Reitoria da UFMG instituiu, por meio da Portaria 160, de 04 de julho de 2018, a Unidade de Gestão da Integridade, responsável pela coordenação da estruturação, execução e monitoramento de seu Programa de Integridade, nos termos da Portaria nº 1.089, de 25 de abril de 2018, da CGU. Com essa atitude, a UFMG dá prosseguimento às ações já realizadas ou iniciadas nas gestões anteriores à frente da Administração Central. O Programa de Integridade da UFMG foi entregue no prazo de 30/11/2018 e a Universidade desde o primeiro momento figura no [Painel de Integridade Pública](#).

Os quadros componentes do Programa de Integridade da UFMG estão disponíveis no Capítulo 9 – Anexos e Apêndices deste Relatório.

AÇÕES TRABALHISTAS

No âmbito da Pró-Reitoria de Recursos Humanos, as ações judiciais referentes aos servidores da UFMG ocorre de forma descentralizada, uma vez que são cadastradas tarefas no sistema Sapiens da Advocacia Geral da União (AGU) pela Procuradoria Federal de Minas Gerais (PF-MG) ou Procuradoria Federal da UFMG (PF-UFMG) e distribuídas ao Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos (DRH), Departamento de Atenção à Saúde

do Trabalhador (DAST), Gabinete ou Unidade Seccional de Correição (USEC), conforme o caso.

De acordo com relatório do sistema Sapiens da AGU, no ano de 2018 foram redistribuídas para o Departamento de Administração de Pessoal (DAP) um montante de 296 tarefas para atendimento a determinações judiciais referentes à área de pessoal, fossem para subsidiar a prestação de elementos de defesa da UFMG, fossem para cumprimento de decisão judicial.

Conforme determinado pela Portaria Normativa SEGEP/MP nº 6/2016, na gestão e controle das ações judiciais tem sido utilizado o Módulo de Ações Judiciais do SIGEPE, criado “para conferir mais segurança e agilidade ao processo de cumprimento das decisões judiciais pelos órgãos e entidades do Poder Executivo federal, assegurando o controle de qualidade dos gastos públicos e a efetividade no cumprimento das determinações judiciais.”

Após a efetivação dos lançamentos em todos os sistemas a ação é encaminhada ao setor pertinente para que sejam tomadas as providências necessárias para imediato cumprimento da decisão judicial, tais como alterações cadastrais e/ou financeiras no sistema SIAPE.

5 RESULTADOS DA GESTÃO

RESULTADOS DA GESTÃO

1 Considerando as finalidades da UFMG de geração, desenvolvimento, transmissão e aplicação de conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, no ano de 2018 a Universidade dirigiu esforços para o desenvolvimento de ações voltadas para os seguintes eixos considerados prioritários ara o ano: políticas acadêmicas, internacionalização, inovação e empreendedorismo e políticas estudantis. Por serem indissociáveis considera-se que as ações desenvolvidas pela UFMG nos eixos citados contribuem conjuntamente para o bom desempenho das atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas para o universo de mais de 40 mil alunos, além da comunidade externa.

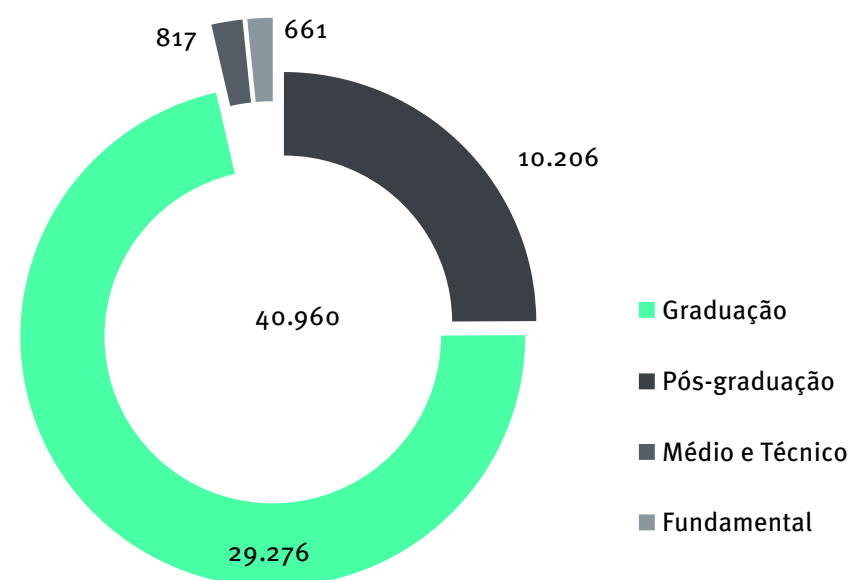


Gráfico 9 - Total de alunos matriculados

Na busca pela consolidação e ampliação da política de formação transversal, foi definida como meta prioritária para 2018 a implementação de infraestrutura administrativa para apoio às Formações Transversais. Foi então criada a secretaria das Formações Transversais, que tem entre suas atribuições: apoio aos coordenadores, divulgação das atividades para estudantes de graduação e pós-graduação da UFMG, organização da oferta de matrícula, emissão de certificados para os concluintes.

Desde a regulamentação das formações transversais na UFMG, observou-se aumento significativo no número de percursos formativos, que atingiu o total de oito em [oferta](#). As Formações Transversais foram constituídas “com o propósito de estabelecer, como diretriz geral para o ensino de graduação na UFMG, a possibilidade de que todo aluno possa optar por cursar, como parte integrante de seu curso, um elenco de atividades acadêmicas que abordem temáticas de interesse geral, visando a incentivar a formação de espírito crítico e de visão aprofundada em relação a grandes questões do País e da humanidade”. As atividades acadêmicas podem ser cursadas por estudantes de graduação, pós-graduação e membros da comunidade externa

Especificamente no campo da graduação, em 2018, foi ampliada a divulgação dos editais do Programa de Mobilidade Acadêmica Nacional da

Andifes, por meio de parceria com o Centro de Comunicação da UFMG (Cedecom). Houve aumento no aporte de recursos financeiros para os editais, cujo montante previsto somou R\$80.000,00 por semestre, sendo R\$65.000,00 oriundos do orçamento da UFMG e R\$15.000,00 do convênio da Andifes com o Banco Santander. No segundo semestre de 2018 (Edital Prograd 003/2018), a Prograd aportou mais R\$24.780,00, possibilitando o valor total de R\$104.780,00 para apoio aos estudantes selecionados.

Em 2018, foi lançada a Chamada Interna: Programa de Apoio a Projetos Estruturantes de Laboratórios para o Ensino de Graduação (Paleg 2018). O Programa tem como princípio apoiar a estruturação de laboratórios para o ensino de graduação, visando estimular e consolidar ações inovadoras que contribuam significativamente para a qualidade e para a melhoria do ensino nos cursos de graduação da UFMG.

Das 33 propostas submetidas pelas 20 Unidades Acadêmicas da UFMG, inicialmente, foram contempladas 11 propostas. O valor de recursos financeiros alocados para a Chamada foi de R\$1.729.000,00. Cada proposta recebeu até R\$200.000,00. O julgamento foi realizado pela Câmara de Graduação que efetuou a classificação das propostas. Vislumbra-se que, em 2019, sejam alocados mais recursos

financeiros para a Chamada de forma a contemplar outros projetos bem avaliados.

No ano de 2018 foi priorizada análise e divulgação do relatório referente ao [perfil](#) dos estudantes inscritos e matriculados nos cursos de graduação da UFMG no período de 2009 até o primeiro semestre de 2018. Este relatório tem como objetivo contribuir para que a Universidade possa compreender o perfil do seu alunado, fornecendo subsídios para o planejamento e a sustentação de políticas acadêmicas, de ingresso, de acolhimento e de permanência que contemplem um corpo discente que se diversifica a cada nova entrada. Resumidamente, cumpre registrar que, em 2009, a UFMG começou a implementar uma política de inclusão na seleção de seus ingressantes dos cursos de graduação. Tratava-se da política de bônus. Em 2013, teve início a aplicação da política de cotas conforme Lei federal, a qual determina que 50% das vagas das universidades federais sejam reservadas para estudantes que cursaram Ensino Médio em escolas públicas. Apenas a partir de 2016, houve aplicação integral da reserva dos 50%. Em 2008 (ano que precedeu à implantação dessa política), 29,8% dos estudantes da UFMG vinham de famílias com renda mensal total de até 5 salários mínimos. Em 2018 esse número aumentou para 57,2% os ingressantes. Análise semelhante pode ser feita para o percentual de ingressantes que cursaram

o Ensino Médio em escola pública. Tal número aumentou de 33,7% (2008) para 44,2% (2013) para 54,1% (2018). Com relação à raça/cor, o percentual de ingressantes autodeclarados pretos ou pardos aumentou de 26,7% (2008) para 49,3% (2018) no mesmo período.

Tendo reconhecida sua relevância nas áreas de pós-graduação e internacionalização a UFMG, por meio de Edital da CAPES, foi uma das 25 Instituições de Ensino Superior (IES) vencedoras do [Programa Institucional de Internacionalização \(Print\)](#). O Print é um grande passo da Capes na Internacionalização da Pós Graduação. A Universidade inscreveu quatro grandes temas (Sustentabilidade, manejo e governança; Novas tecnologias e fronteiras da ciência; Saúde e bem-estar e Direitos humanos), que contemplam mais de 60 programas de pós-graduação, de todas as áreas do conhecimento. Essa participação no Print, promoverá uma mudança na cultura da pós-graduação da Universidade. Os recursos do Print, da ordem de R\$300 milhões por ano, durante os quatro anos do programa, vão financiar auxílio para missões de trabalho no exterior, manutenção de projetos, bolsas no exterior (doutorado sanduíche, professor visitante júnior e sênior e capacitação em cursos de curta duração) e bolsas no Brasil (jovem talento, professor visitante e pós-doutorado).

Na pauta de Inovação, em 2018 a UFMG alcançou um número histórico em depósito de patentes, ultrapassando a marca de 1.000 pedidos, com 74 depósitos de tecnologias geradas na Universidade. Destaca-se que a UFMG é líder no depósito de patentes na área de biotecnologia no Brasil. No esforço para que as patentes cheguem até a sociedade na forma de novos produtos e processos, o Núcleo de Inovação da UFMG, a [Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica \(CTIT\)](#), responsável pela gestão da Inovação na Universidade, atua para a transferência das tecnologias ao mercado. Em 2018, a UFMG chegou a 103 contratos de licenciamentos assinados nas várias áreas tecnológicas, esforço que se traduziu no aumento de quase 30% no valor de *royalties* percebidos pela Universidade 2017.

Já na criação da cultura empreendedora para transformar os conhecimentos teóricos em oportunidades de negócios, a universidade tem atuado de forma ativa em eventos e disciplinas de empreendedorismo acadêmico, com destaque para a formação transversal em empreendedorismo e inovação que em 2018 ofertou mais de 20 disciplinas teóricas e práticas para alunos de graduação, pós-graduação e para a comunidade em geral. Por isso, a UFMG recebeu, pela segunda vez consecutiva, o prêmio de universidade do ano em empreendedorismo

pelo *Startup Awards* 2018, evento organizado pela Associação Brasileira de *Startups*, que homenageia os destaques em inovação e empreendedorismo no país.

Ainda no tocante à Inovação, a UFMG foi uma das primeiras Universidades brasileiras a iniciar a aprovação e implementação de ações para a elaboração da Política Institucional de Inovação, em atendimento ao artigo 15-A da Lei de Inovação Tecnológica. Os pressupostos para a Política de Inovação da UFMG são: a) A Inovação é ação transversal que permeia as atividades fundamentais e indissociáveis da Universidade (ensino, pesquisa e extensão), que envolvem novos processos, teorias, serviços e produtos, ou seu melhoramento, resultando em desenvolvimento social; b) É parte de sua missão institucional induzir e ampliar o compartilhamento de saberes e experiências, além do conhecimento científico, artístico e tecnológico com a sociedade, por meio de parcerias tecnológicas, licenciamentos e transferência de tecnologia, compartilhamento de infraestrutura, serviços tecnológicos e demais arranjos institucionais previstos na legislação vigente; c) A UFMG reúne competências que podem contribuir, de forma integrada e nas diversas áreas do conhecimento, com os processos de desenvolvimento científico, artístico, tecnológico, social e de inovação.

Assim, em 2018, foi aprovado pelo Conselho Universitário as Resoluções 03/2018 e 04/2018, que tratam, respectivamente, de permissão para a UFMG realizar licenciamentos de tecnologia para empresas que tenham pesquisador da Universidade no quadro societário e para o compartilhamento de infraestrutura, capital intelectual e formação de alianças estratégicas, incluindo a constituição de ambientes de inovação. Além disso, foi discutida a criação de personalidade jurídica para a CTIT, por meio da Portaria 28/2018 do Reitor, referendada pelo Conselho Universitário. A Portaria também prevê a possibilidade de parceria com a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP), para apoiar as atividades da CTIT. Diante deste cenário de pioneirismo, a UFMG tem sido referência não só para as ICT, mas também para órgãos federais e estaduais ligados à inovação, tanto no fornecimento de informações sobre o processo de construção de suas políticas, como em palestras e treinamentos dados em todo o Brasil sobre a *expertise* adquirida neste processo. Importante salientar que, mais do que construir sua política de inovação, a UFMG tem usufruído dos benefícios trazidos pelo novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), na busca constante em transformar os resultados oriundos da pesquisa de excelência produzida em benefício para a sociedade por meio de novos produtos, processos e serviços.

A UFMG lançou diversos editais de estímulo e fomento às atividades de pesquisa, além de ter conquistado junto à Finep o aporte de recursos financeiros para apoio à manutenção preventiva de equipamentos e para as infraestruturas de pesquisa da UFMG.

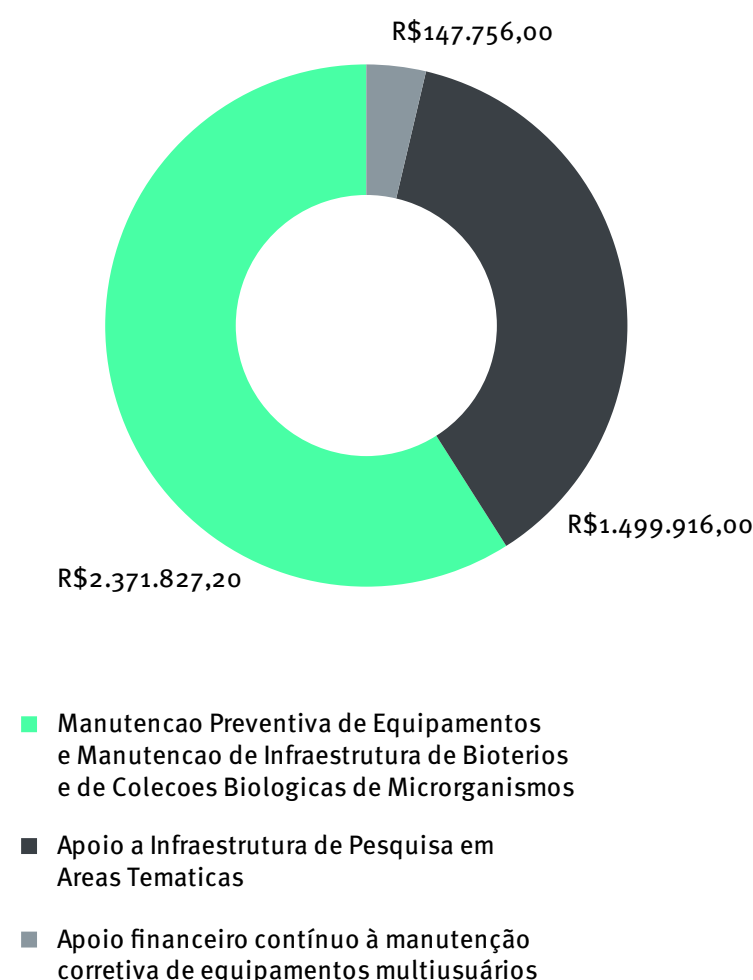


Gráfico 10 - Recursos financeiros conquistados junto à Finep para apoio às atividades de pesquisa

Quadro 1 - Fomento à pesquisa

Objeto do edital	Alcance	Aporte financeiro (R\$)
Programa Institucional de Auxílio à Pesquisa de Docentes Recém-Contratados ou Recém-Doutorados	135 professores	1.296.000,00
Programa Institucional de Pagamento de Taxa de Publicação em Periódicos Indexados	42 artigos	113813,62
Programa De Apoio Às Infraestruturas Institucionais De Pesquisa Da UFMG	3 laboratórios institucionais de pesquisa	750.000,00
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC/CNPq, PIBIC-AF/CNPq e PROBIC/FAPEMIG	1.121 bolsas de iniciação científica	CNPq e Fapemig
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	31 bolsas	CNPq
Programa Institucional de Iniciação Científica Júnior	22 bolsas	CNPq
Programa Institucional de Iniciação Científica Júnior – BICJR/FAPEMIG	110 bolsas	Fapemig
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica em Interface com a Extensão para a Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da UFMG	17 bolsas concedidas	81.600,00

A UFMG possui cerca de 825 Grupos de Pesquisa certificados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), distribuídos pelos três grandes colégios: 36% em Ciências da Vida, 44% em Humanidades e 20% em Exatas & Tecnologia. Os grupos sediados na UFMG contam com 6.690 pesquisadores (docentes,

pós-docs e colaboradores), dos quais 5.404 (81% do total) são doutores (um mesmo pesquisador pode participar de mais de um grupo de pesquisa). Além disso, são desenvolvidos projetos em mais de 3.390 linhas de pesquisa. Os grupos de pesquisa estão distribuídos em todas as áreas do conhecimento. Em torno de 10% dos projetos em execução envolvem parceria com empresas, visando, principalmente, a busca de soluções para problemas dos setores produtivos. A iniciativa privada aloca da ordem de 10% da soma de todos os recursos destinados à execução, aplicação e divulgação da pesquisa na UFMG. Os pesquisadores da UFMG desenvolvem pesquisa de interesse local, regional, nacional e internacional e recebem com frequência demandas de pesquisa das três esferas do poder público. A UFMG possui 746 pesquisadores contemplados com Bolsa de produtividade do CNPq (24% de seu corpo docente), dos quais 339 (cerca de 45%) são classificados como Nível 1. No período de 2005 a 2017, a produção bibliográfica da Universidade, segundo dados das bases [Scopus](#) e [Web of Science](#), cresceu a uma taxa anual de 9% e representou 5% da produção brasileira.

Na UFMG, aproximadamente 30% da produção intelectual corresponde a artigos completos publicados em periódicos indexados. Toda a produção científica da Universidade detalhada por unidade acadêmica, departamento ou mesmo pesquisadores, seu banco de patentes, diversos indicadores institucionais, além de um sistema interativo de mapeamento de competências, com atualização constante, são disponibilizados na plataforma [SOMOS UFMG](#). Em 2018, docentes ativos permanentes da UFMG publicaram 4.586 artigos (sendo outros 899 aceitos para publicação), 377 livros, 3.323 resumos em eventos, 1.316 capítulos de livros e 189 textos em jornais ou revistas.

No tocante às atividades de extensão, foram aplicados recursos orçamentários da UFMG no montante de R\$3.659.949,85, como mostra o quadro a seguir.

Quadro 2 - Fomento às ações de extensão universitária com a utilização de recursos da LOA

Editais	Fomento		
	Propostas contempladas	Bolsas	Recurso financeiro total (bolsas + custeio ações + custeio de produtos)
PBEXT		594	R\$ 2.851.200,00
PBEXT Ação Afirmativa	164	98	R\$ 588.000,00
Formação em Extensão	15	24	R\$ 120.028,56
Programa Inserção de Discentes na Política de Extensão da UFMG	1	9	R\$ 43.200,00
Produtos Destinados à Educação Básica Oriundos de Programas e Projetos de Extensão	15	–	R\$ 57.521,29

Quadro 3 - Propostas e bolsas distribuídas no Edital de Fomento a Programas e Projetos de Extensão, por área temática

Área Temática	Propostas Submetidas	Propostas Contempladas	Bolsas Solicitadas		Bolsas Concedidas	
			PBEXT	AA	PBEXT	AA
Comunicação	21	12	66	41	18	11
Cultura	36	16	178	64	93	15
Direitos Humanos e Justiça	19	12	78	47	32	13
Meio ambiente	18	11	66	37	21	11
Tecnologia e Produção	15	8	61	21	16	5
Trabalho	10	7	65	8	38	3
Saúde	127	59	324	155	84	30
Educação	61	39	319	87	162	25
Total	307	164	1157	460	464	113

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL,

Na área da assistência estudantil, em março de 2018 foi inaugurada a terceira unidade da Moradia Universitária Ouro Preto (MOP), em Belo Horizonte. Construída pela Fundação Universitária Mendes Pimentel (Fump) ao lado das demais moradias universitárias no bairro Ouro Preto, a nova unidade conta com 386 vagas destinadas aos estudantes de baixa renda cujo núcleo familiar não reside na capital mineira ou na região metropolitana. As novas vagas representam um aumento de 66% na oferta. Com isso, **as Moradias de Belo Horizonte passam a oferecer 1.018 vagas**. O complexo conta com elevadores, sistemas de aquecimento por energia solar e de aproveitamento da água da chuva. Três quartos foram adaptados à acessibilidade no primeiro andar, assim como as áreas comuns do apartamento, cumprindo a legislação em vigor.

Nos primeiros e segundos andares, os apartamentos têm em sua maioria oito quartos cada. A partir do terceiro andar os apartamentos possuem nove quartos. A área de cada apartamento com oito quartos é de 150m², e a área dos apartamentos com nove quartos é de 162,75m².

Quadro 4 - Número de residentes das moradias universitárias por categoria

Categoria¹	2017	2018
Nível I	642	866
Nível II	54	51
Nível III	38	35
Estudante sem nível de classificação	99	22
Visitantes e intercambistas	201	103
Total*	1.034	1.077

Fonte: Relatório de atividades Fump 2018

*Como há rotatividade de estudantes ao longo do ano, esse número é superior às vagas disponíveis

A Fump mantém Projetos de Convivência das Moradias Universitárias, durante o período letivo acadêmico da UFMG, com o objetivo de estimular o desenvolvimento de atividades que propiciem maior e melhor convivência entre os estudantes residentes nas Moradias de Belo Horizonte e Montes Claros e valorizar as ideias e produções dos alunos da Universidade.

Em 2018 foram desenvolvidos sete diferentes projetos nas Moradias Universitárias Ouro Preto I e II, nos períodos da manhã, tarde, noite e finais de semana tais como: *Capoeirando* (promoção da

¹ Nível I: estudantes que apresentam grande dificuldade para se manter na Universidade (alimentação, moradia, transporte e material escolar); Nível II: estudantes que apresentam nível de dificuldade intermediária para se manter na Universidade (alimentação, moradia, transporte e material escolar); Nível III: estudantes que apresentam baixo grau de dificuldade para se manter na Universidade.

saúde, cultura e esporte nas moradias por meio da prática da capoeira), *Dança de Salão* (aulas de forró, samba e salsa), *Pilates* (promoção de saúde e qualidade de vida aos moradores através dos benefícios a curto e longo prazo trazidos pela prática regular do pilates), *Comida de Apartamento* (propiciar encontros prazerosos em torno de uma refeição e compartilhar dicas de lugares econômicos para a compra dos alimentos).

Em Montes Claros foram desenvolvidos dois diferentes projetos nos períodos da manhã, tarde, noite e finais de semana. São eles: *Oficina Musical* (oficinas práticas e teóricas de violão, proporcionando conhecimento sobre os princípios básicos da teoria musical), *Karatê* (opção de lazer e socialização através de aulas de Karatê).

Ainda em 2018 foram realizados “Fins de Semana Esportivos das Moradias”, promovidos nos meses de abril nas Moradias Universitárias de Belo Horizonte e, em maio e novembro, na Moradia Universitária Cyro Versiani dos Anjos em Montes Claros. O evento, que faz parte das Atividades de Convivência, teve o objetivo de estimular a socialização dos residentes das Moradias, além de incentivar a prática de atividades esportivas, bem como a qualidade de vida, o espírito de equipe e a solidariedade. Aproximadamente 270 pessoas participaram das atividades nas moradias Universitárias de BH, e em

Montes Claros foram 160 participantes somando as duas edições. Além de prestigiar os esportes, os residentes se uniram também na preparação do almoço de domingo e dos lanches que foram servidos no intervalo dos jogos.

Os estudantes residentes nas Moradias de Belo Horizonte contam com o atendimento médico, psicológico e de assistentes sociais dentro das próprias moradias, facilitando assim o acompanhamento pela equipe de Saúde e do Serviço Social, além de evitar que o estudante se desloque até a Sede da Fump.

A assistência social, médica e psicológica foi ampliada para atender à demanda dos atuais estudantes residentes na MOP I e II e também para atender aos novos moradores da MOP III. Em Montes Claros, a Assistência Psicológica também foi ampliada e é oferecida em mais um dia da semana na Moradia Universitária Cyro Versiani dos Anjos.

Cerca de 3.112 estudantes assistidos utilizaram em 2018 o atendimento médico, psicológico e odontológico da Fump. O PSE promove o intercâmbio de experiências e estimula o desenvolvimento de estudos e pesquisas que visem ao aperfeiçoamento e à disseminação de tecnologias e conhecimentos voltados para a atenção à saúde, além de viabilizar parcerias com a rede do Sistema Único de Saúde (SUS) para o fortalecimento dos serviços da atenção básica aos estudantes.

Em Montes Claros, o atendimento é realizado por uma equipe da Estratégia Saúde da Família (ESF), composta por médico, enfermeiro e agentes de saúde, por meio de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Saúde, a UFMG e a Fump. O Programa de Saúde em Montes Claros é realizado em um espaço físico cedido pela UFMG (Casa da Saúde) e, sendo assim, o atendimento

é estendido a toda a comunidade acadêmica do campus. A equipe de saúde oferece o serviço durante toda a semana, realizando consultas eletivas, de prevenção ginecológica, acolhimento e encaminhamento em casos de emergência.

Os atendimentos da assistência social, médica e psicológica receberam aporte de recursos em 2018 no montante de R\$646.865,46, variação percentual positiva em torno de 13% em relação a 2017, R\$571.219,39.

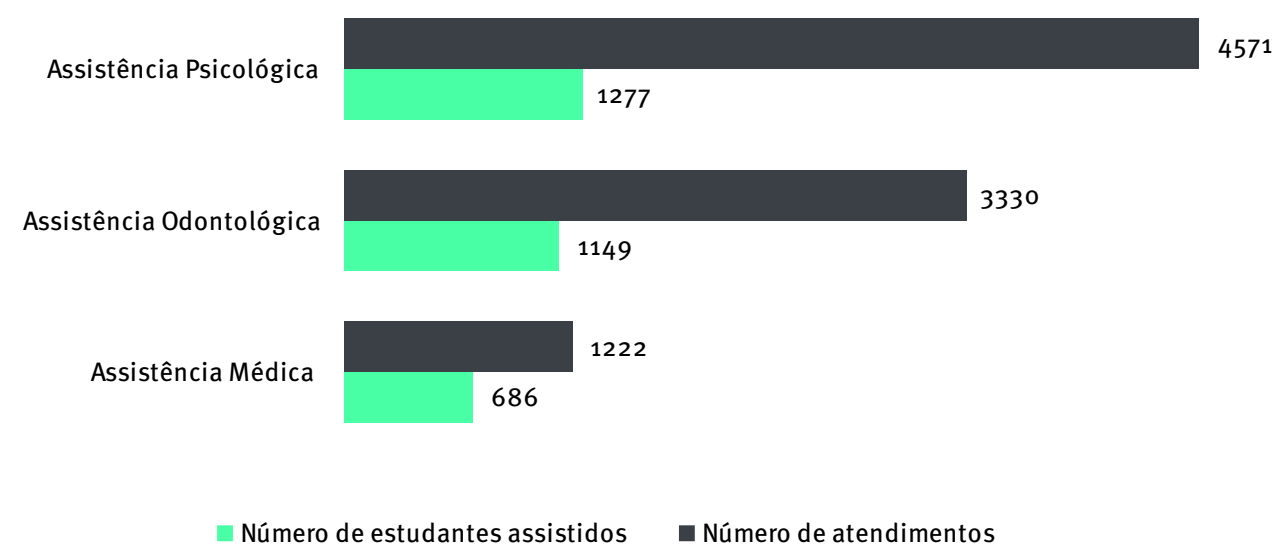


Gráfico 11 - Atendimentos realizados com recursos do PNAES em Belo Horizonte e Montes Claros

Além das assistências mencionadas os alunos da UFMG **contam também com alimentação de qualidade em Restaurantes Universitários** e com um rol de oito benefícios entre auxílios e bolsas, detalhados no quadro a seguir, que contribuem para a manutenção do estudante na Universidade.

Tabela 1 - Alunos atendidos e valor aplicado em 2018 por tipo de benefício estudantil

Auxílio/Bolsa	Alunos atendidos	Valor aplicado no programa (R\$)
Auxílio Moradia	1.195	4.903.000,00
Auxílio Transporte	3.379	4.003.230,00
Auxílio Educação pré-escolar	100	189.000,00
Auxílio Moradia maternidade	1	9.600,00
Bolsa Manutenção Baeta Vianna	3.077	4.214.800,00
Bolsa Apoio acadêmico Mendes Pimentel	834	1.238.400,00
Bolsa Acesso a material acadêmico	10.910	2.406.500,00
Auxílio Óculos	293	66.183,90
Total	19.789	17.030.713,90

Fonte: PRAE



Raphaella Dias | UFMG

ACESSIBILIDADE

Em 2018, pela primeira vez, a UFMG recebeu candidatos aprovados na modalidade de cotas para pessoas com deficiência. **Ingressaram mais de 700 candidatos, o maior contingente de estudantes com deficiência que ingressou de uma só vez em cursos da Universidade.**

Diversas iniciativas contribuíram para a evolução da acessibilidade na UFMG em 2018, entre as quais podem-se destacar:

- Programa de Inclusão, Convívio e Acolhimento do Campus Montes Claros (Pro-ICA), criado a partir do desdobramento do projeto “Somos todos diferentes - inclusão social e acessibilidade no campus Montes Claros”, realizado desde 2016. O Programa reúne iniciativas que promovem a acolhida das pessoas com deficiência desde a intenção de ingresso na universidade até sua permanência no *campus*. Ainda no Campus Montes Claros, no primeiro semestre letivo de 2018, foram realizadas obras de infraestrutura para melhoria da acessibilidade no campus. As calçadas foram reformadas para adequação à norma brasileira de acessibilidade (NBR 9050), também foram adaptados os banheiros do Centro de Pesquisas em Ciências Agrárias (CPCA) e dos blocos C, D e B, além da adequação da calçada de acesso aos Laboratórios Especiais.
- Oferta de novo percurso de formação transversal com a temática *Acessibilidade e inclusão* coordenado por um grupo de professores que atuam em parceria com o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI). A proposta do curso foi estimular a compreensão, a problematização, a reflexão e o trabalho com pessoas com deficiência e se estruturou em dois eixos: educação especial e inclusiva e formação de estudantes interessados no tema. O curso incluiu a participação de docentes

das áreas de educação, arquitetura, educação física, psicologia, música, belas artes, terapia ocupacional, odontologia, turismo, fonoaudiologia, comunicação, letras e engenharia.

- Criação do curso de Letras-Libras estruturado para abrigar disciplinas que podem ser lecionadas em Libras, mas também por professores que não são fluentes na Língua de Sinais e que contarão, durante as aulas, com apoio de intérpretes do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão. A expectativa é que sejam formados professores surdos e ouvintes, que irão lecionar para ambas as comunidades linguísticas, atuando tanto nas escolas especiais quanto nas comuns com inclusão de deficientes auditivos. A primeira entrada da formação será no segundo semestre de 2019. Os alunos serão selecionados por vestibular especial, com 25 vagas para surdos e cinco vagas de ampla concorrência.

A questão da acessibilidade é sem dúvida uma das mais desafiadoras para a UFMG. O volume de recursos que, em 2018, somou R\$200.000,00 destinados à essa área da gestão está bem abaixo do que a Universidade necessita para ampliar seus níveis de acessibilidade. Uma estimativa da Pró-Reitoria de Administração (PRA) indica que a adequação de 40 paradas de ônibus no campus Pampulha custaria cerca de R\$2,1 milhões, valor que compreende demolições, fundações, pavimentação, coberturas e forro, sem considerar os custos com instalações elétricas, padrão para entrada de energia e iluminação.

Também chega a R\$300 mil o valor estimado para obras de acessibilidade no passeio do Restaurante Setorial I e da sede do Projeto Campus 2000, passagens de pedestres do Setorial I para os Centros de Atividades Didáticas (CADs) 1 e 2, acessibilidade nas vias de acesso aos estacionamentos dos coletivos e nas áreas de embarque e desembarque de passageiros.

INDICADORES DE GESTÃO CONFORME DELIBERAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Em 2009, com a criação do manual com orientações para o cálculo dos indicadores de gestão, propôs-se a divulgação desses indicadores no relatório de gestão anual com o intuito de construir série histórica para acompanhamento da evolução de aspectos relevantes do desempenho das IFES.

O Quadro a seguir apresenta a série dos indicadores de gestão da UFMG entre os anos de 2014 e 2018.

Quadro 5 - Indicadores de gestão - 2014-2018

Indicador	Ano				
	2014	2015	2016	2017	2018
1 A - Custo Corrente Anual com HU / Aluno Equivalente (R\$)	19.387,32	18.252,77	20.791,33	21.018,84	19.617,47
1 B - Custo Corrente Anual sem HU / Aluno Equivalente (R\$)	17.109,87	16.922,55	18.456,54	18.713,88	17.953,52
2 - Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	15,61	15,01	15,50	16,17	15,42
3 A - Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	5,17	5,44	5,43	5,49	5,41
3 B - Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	8,51	9,14	8,91	9,11	8,96
4 A - Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	3,02	2,76	2,85	2,95	2,85
4 B - Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	1,84	1,64	1,74	1,78	1,72
5 - Grau de Participação Estudantil (Reflete o grau de dedicação horária média do corpo discente.)	0,78	0,82	0,83	0,87	0,91
6 - Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (Reflete o índice de participação da pós-graduação no corpo discente.)	0,23	0,22	0,22	0,24	0,25
7 - Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação (Reflete a média dos conceitos atribuídos aos Programas de Pós-graduação.)	5,24	5,21	5,18	5,06	5,08
8 - Índice de Qualificação do Corpo Docente (Reflete o índice ponderado de qualificação do corpo docente, cujo valor máximo é 5,00.)	4,65	4,67	4,75	4,75	4,77
9 - Taxa de Sucesso na Graduação (Reflete o índice de diplomados em relação aos ingressantes, considerando o tempo padrão de cada curso.)	62,88	65,43	67,42	71,29	72,77

Fonte: PROPLAN/UFMG

Nota: Os valores dos principais componentes que integram os indicadores de gestão da UFMG estão descritos no Capítulo 9 – Anexos e Apêndices desde Relatório de Gestão

No que diz respeito aos indicadores de custo corrente, o comportamento desses índices é fortemente influenciado pelas despesas de pessoal da UFMG, que em 2018 correspondeu a 86% de todas as despesas realizadas pela Universidade. Esses custos são determinados por fatores tais como reajustes salariais, incentivos, progressões funcionais, que pelo fato de serem regidos por lei não são passíveis de gestão direta das Universidades, sobretudo para reduzi-los.

Nota-se que entre 2014 e 2018 os indicadores “Custo Corrente Anual com HU/Aluno Equivalente” e “Custo Corrente Anual sem HU/Aluno Equivalente” apresentaram crescimento percentual de 1 e 5% respectivamente, variação significativamente inferior à inflação verificada para o mesmo período, o que demonstra queda real no custo por aluno praticado pela UFMG. Entretanto, **de maneira isolada, não se pode afirmar que a redução do custo por aluno é fator positivo para a gestão universitária.** Se por um lado o crescimento do custo é quase irrelevante, por outro indica também um desinvestimento na educação superior no período, representado por sucessivos contingenciamentos e até mesmo cortes orçamentários referentes às despesas de custeio e, sobretudo, de investimento.

Com relação ao indicador “Taxa de Sucesso na Graduação”, chama atenção a variação ascendente registrada desde 2014, com crescimento do índice em 16% para o período analisado. Esse resultado positivo aponta para uma recuperação da Universidade considerando os fatores que provocaram transitoriamente a queda desse indicador no quadriênio 2011-2014, quando a taxa de sucesso caiu de 90% para 63%. Este valor indica o sucesso da Universidade na ocupação de vagas ociosas, manutenção do estudante de graduação e, por consequência, sua diplomação. De acordo com dados extraídos do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do

Ministério da Educação (SIMEC) em 18/3/2019, a UFMG figura como a quarta melhor universidade federal considerando o índice “Taxa de sucesso na Graduação”.

Os demais indicadores apresentam flutuações menos acentuadas ao longo do período analisado, mas ainda merecem destaque:

- o elevado “Grau de Participação Estudantil” na UFMG (0,91), superior à média das IFES (0,76), bem como o “Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação”, que na UFMG alcançou 0,25 em 2018, mais que o dobro da média das IFES (0,11);
- os índices “Funcionário Equivalente com HU/Professor Equivalente” e “Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente” se retraíram, respectivamente, 6 e 7% no período analisado, ao passo que os indicadores “Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente com HU” e “Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente sem HU” cresceram 5% cada. Essa comparação demonstra que, apesar do número de estudantes ter aumentado, o quadro de servidores técnicos-administrativos reduziu-se no mesmo período de análise. Esse impacto é possivelmente perceptível em virtude de aposentadorias crescentes ocorridas entre os anos de 2014 e 2018, além da extinção de cargos e limitação orçamentária para contratação de pessoal terceirizado;
- a variação decrescente do indicador “Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação” que, de fato, não significa queda na qualidade dos programas de pós-graduação da Universidade, mas reflete a criação de novos cursos de pós-graduação na UFMG, cumprindo esclarecer que os conceitos preliminares oscilam entre 3 e 4, havendo expectativa de elevação da nota para o próximo triênio.

6 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1 Gestão orçamentária e financeira.....	45
6.2 Gestão de pessoas	52
6.3 Gestão de licitação e contratos.....	55
6.4 Gestão patrimonial e infraestrutura	57
6.5 Gestão da tecnologia da informação	59
6.6 Gestão de custos.....	61
6.7 Sustentabilidade ambiental	63

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

1

PANORAMA GERAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

A UFMG, a exemplo de outras instituições federais de ensino superior (IFES), vem experimentando nos últimos anos dificuldades em sua execução orçamentária em função de contingenciamento, liberação não tempestiva dos limites orçamentários e até mesmo cortes orçamentários referentes as despesas de custeio e investimento.

As despesas com pessoal e encargos sociais, conforme se observa no gráfico a seguir, possuem curva ascendente entre 2015 e 2018. Tratam-se, de fato, de despesas obrigatórias do governo, que não passam por cortes e contingenciamentos. Parte do aumento nas despesas com servidores de carreira é explicada pelo aumento dos vencimentos dos professores do magistério superior concedido em agosto de 2018 pela Lei nº 13.325/2016.

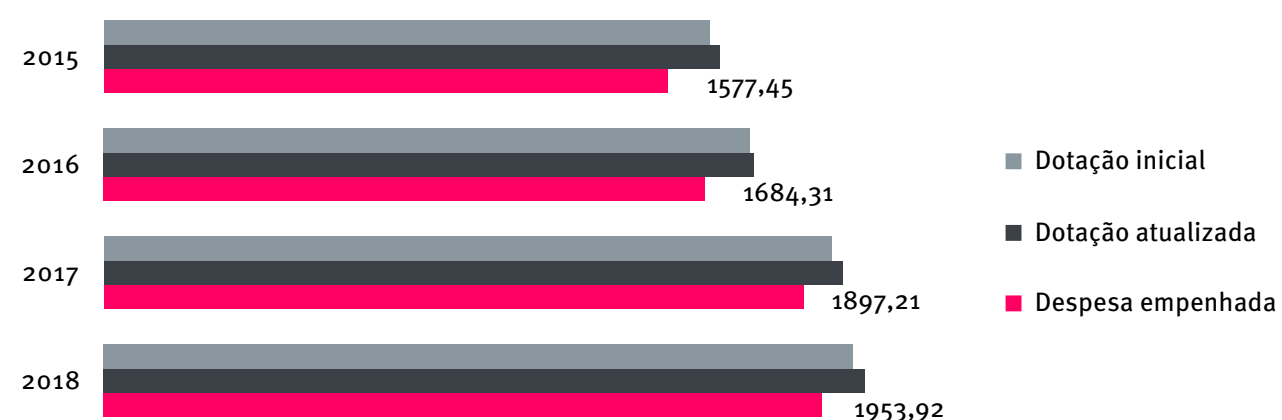


Gráfico 12 - Despesas com Pessoal (em milhões)

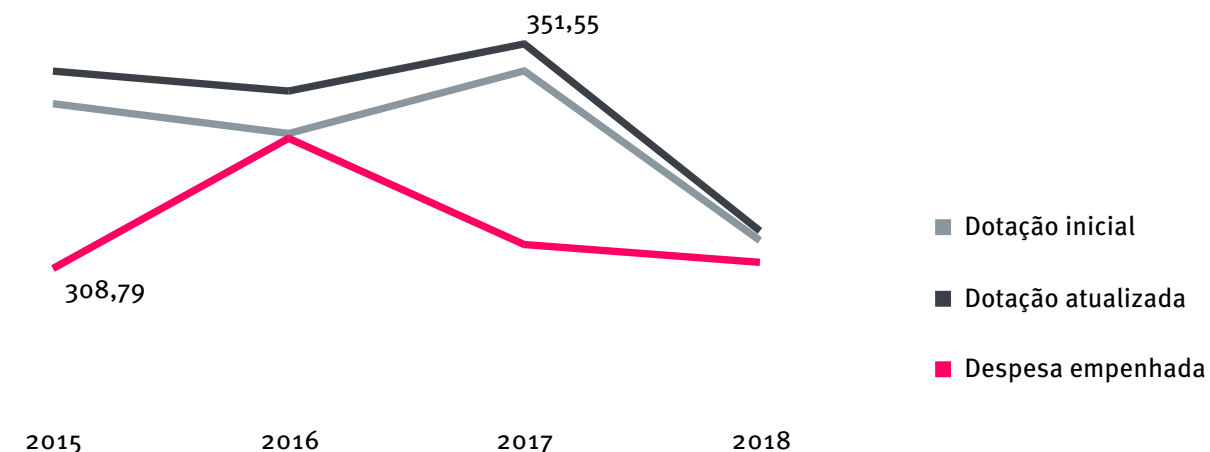


Gráfico 13 - Custeio 2015-2018

Observa-se pelo gráfico que a UFMG teve dois grandes momentos de cortes orçamentários: o primeiro, em 2015, quando a despesa empenhada ficou abaixo da Dotação Inicial do orçamento em mais de R\$ 30 milhões. Naquele ano, o contingenciamento de gastos pela União através dos decretos 8.456/2015 e 8.496/2015 fez com que a UFMG empreendesse forte campanha para redução de despesas, com racionalização de gastos, revisão de contratos, dentre outras providências, sem comprometer a consecução dos objetivos básicos em ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil.

No exercício de 2016, em decorrência do contingenciamento de gastos pelo governo federal (Decreto 8.670/2016), que previa diminuição dos gastos com despesas discricionárias, a Universidade vivenciou um período crítico. A liberação morosa e parcial dos limites orçamentários e o atraso na liberação de recursos financeiros ensejou em um volume expressivo de registro de despesas em Restos a Pagar.

Em 2017, o corte orçamentário ficou na casa dos R\$ 33 milhões. Em 2018, se verificarmos a linha das despesas empenhadas, ou seja, aquelas que efetivamente a UFMG executou, está bastante similar à de 2015. Ou seja, voltamos ao nível de execução orçamentária que ocorrera três anos antes, em 2015.

Em 2018, a UFMG empreendeu esforços para atender as ações finalísticas, mantendo seu compromisso com os alunos carentes, investindo em acessibilidade e em ações de fomento através do Programa Idiomas sem Fronteiras (ISF), que visa promover políticas em prol da internacionalização do Ensino Superior Brasileiro. Inicialmente, esse programa oferecia cursos de inglês e aplicava o teste de proficiência TOEFL ITP. Atualmente o programa oferta turmas presenciais para os cursos/idiomas: Inglês, Francês, Italiano, Espanhol, Português como Língua estrangeira e Alemão. Em 2018 foram ofertadas 220 turmas com capacitação de 2.415 alunos. Além disso a UFMG investiu também na capacitação de 636 servidores no exercício de 2018.

Assim como nas despesas de custeio, houve também contingenciamento nas despesas orçamentárias classificadas como investimento, no entanto em uma escala maior, conforme apresentado no gráfico a seguir.

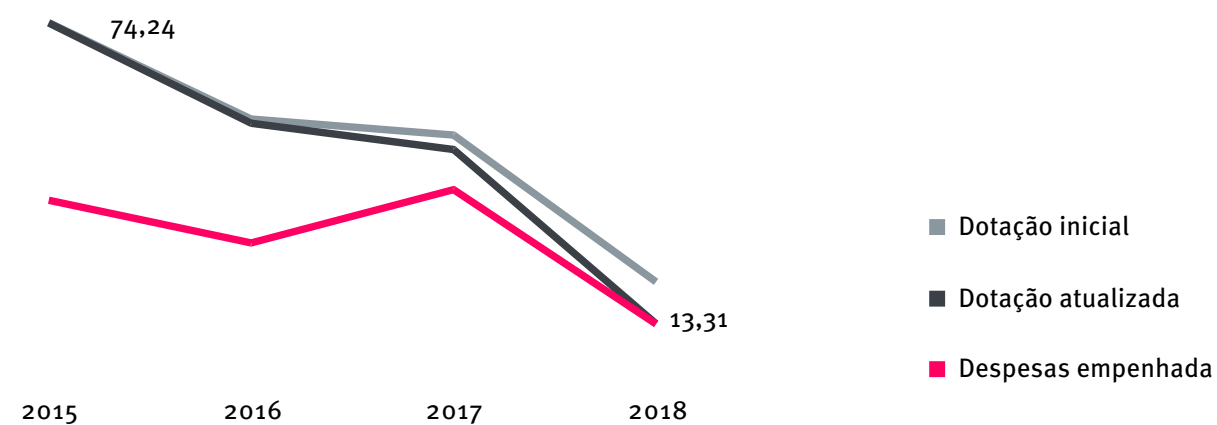


Gráfico 14 - Investimento 2015-2018 (em milhões)

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2018

O orçamento autorizado para a UFMG somou um valor de R\$ 2.313,78 (milhões) sendo que aproximadamente 85,8% refere-se a despesas com pessoal e encargos sociais, 13,7% classificam-se em outras despesas correntes e o restante, 0,6% aproximadamente são gastos relacionados aos investimentos.

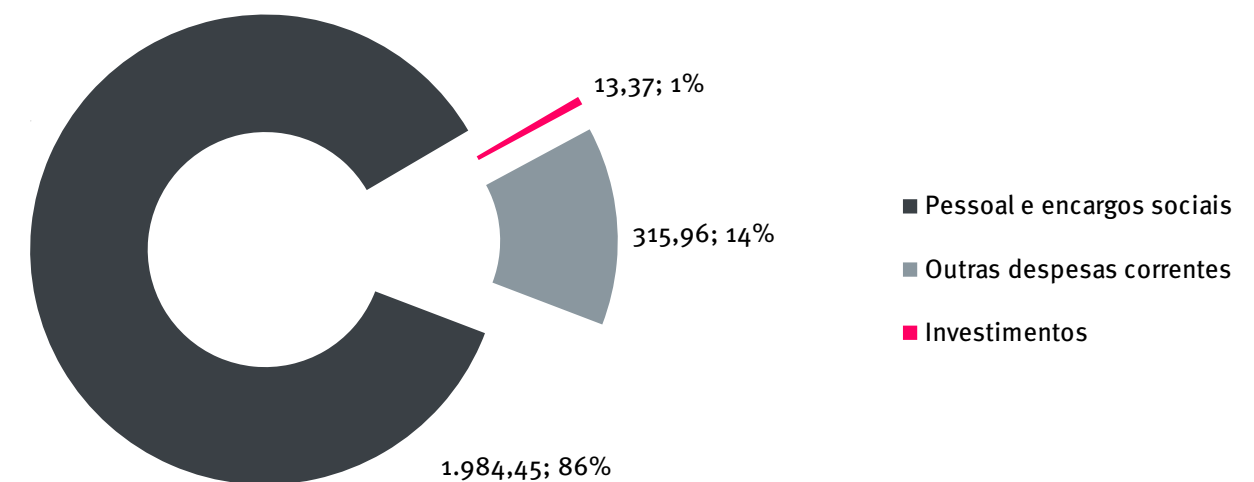


Gráfico 15 - Orçamento 2018 UFMG (em milhões)

O orçamento autorizado não garante a sua execução, pois é necessário que haja também a arrecadação financeira das receitas do governo. Ou seja, à medida que ocorre a entrada de recursos financeiros no caixa, viabiliza-se a execução orçamentária. Assim, os valores empenhados e pagos estão apresentados na sequência.

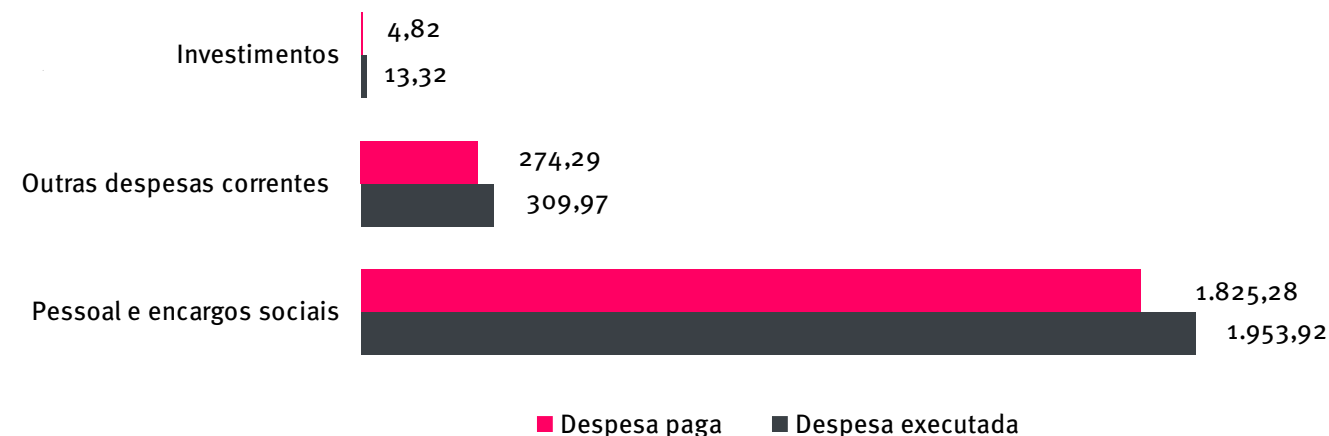


Gráfico 16 - Despesa Empenhada versus Despesa Paga (em milhões)

Os valores não pagos no exercício são transferidos para o exercício seguinte, classificados como Restos a Pagar. O percentual pago das despesas de pessoal, custeio e investimento referente ao exercício de 2018 ficou em torno de 93%, 88% e 36%, respectivamente. Os valores pagos em relação às despesas de investimento normalmente ficam bem abaixo da média das outras despesas em função de serem, em sua maioria obras, com um período de execução plurianual.

DESPESAS COM PESSOAL

As despesas com pessoal e encargos sociais somaram no ano de 2018 pouco mais de 85% do orçamento, assim distribuídas:

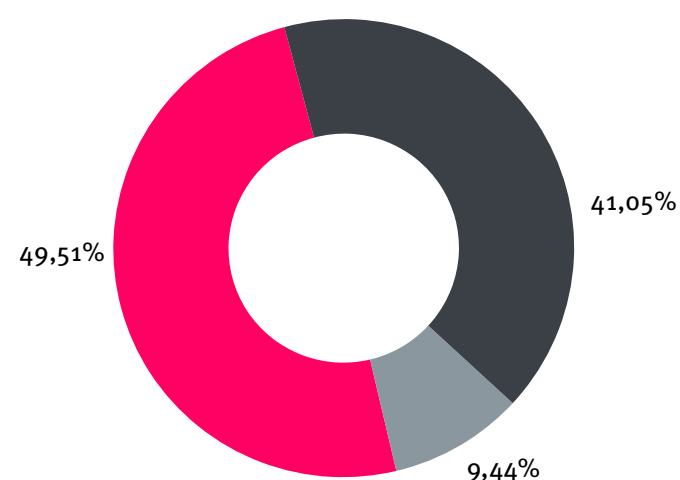


Gráfico 17 - Gastos com Pessoal em 2018

Pelo gráfico acima percebe-se que, somando-se pessoal ativo com encargos sociais, o consumo dos recursos orçamentários pela folha de pagamento chegou a aproximadamente 60%. A folha de inativos consumiu pouco mais de 40%. A informação da execução das despesas em um ano é melhor compreendida quando comparado com anos anteriores. Veja por exemplo a evolução ao longo dos últimos quatro anos.

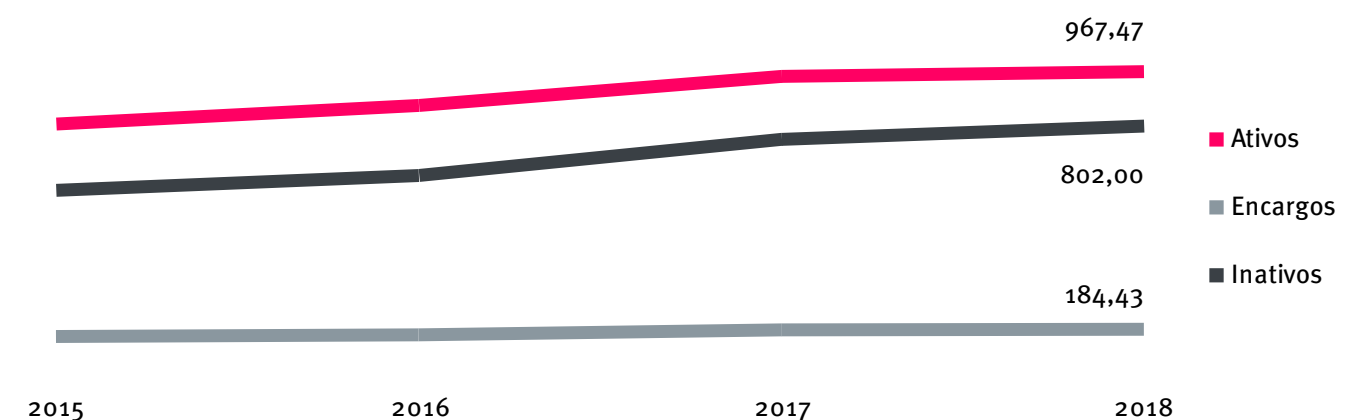


Gráfico 18 - Despesa Executada Pessoal (em milhões de reais)

Percebe-se que, entre 2015 e 2018, as linhas do gráfico que representam as despesas com pessoal ativo e inativo se aproximaram um pouco, denotando um aumento das despesas com inativos e uma certa estagnação das despesas com ativos.

Essas despesas com pessoal não incluem benefícios como: auxílio transporte, auxílio saúde, auxílio alimentação e outros. No gráfico a seguir vê-se a evolução desses auxílios nos últimos quatro anos.

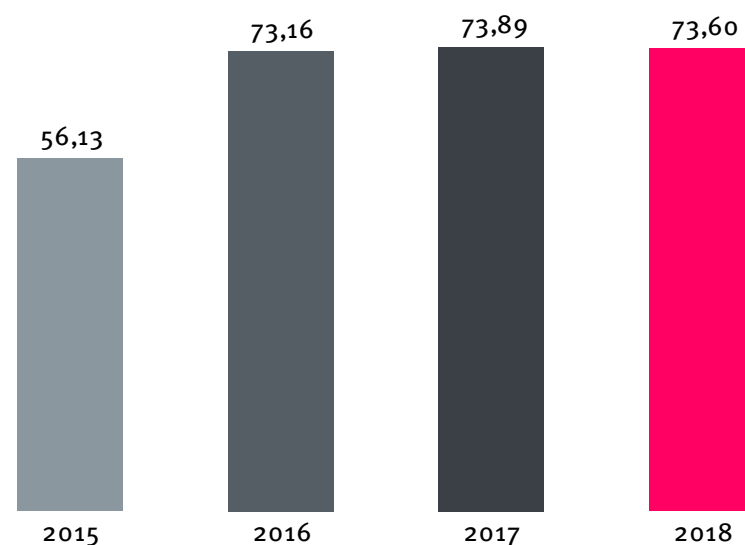


Gráfico 19 - Despesa Executada - Auxílios da Folha
(em milhões de reais)

Em relação à evolução desse item da despesa, percebe-se que a maior variação foi de 2015 a 2016, em função principalmente do aumento dos valores do auxílio alimentação e auxílio creche. Ao longo dos últimos três anos esse gasto se manteve estável. Observa-se que, no exercício de 2018, da dotação aprovada para os recursos de custeio foram aplicados 73,6 milhões em gastos com benefícios de servidores, assistência médica e odontológica, ajuda de custo e auxílio moradia, o que representa 23,8% do recurso de custeio aprovado na Lei Orçamentária Anual e executados na UFMG. O gasto anual médio com benefícios de pessoal no período de 2015 a 2018 representou em torno de 22% dos recursos de custeio.

No período de 2015 a 2018 foram destinados também recursos para pagamentos de sentença judicial transitado em julgado (precatórios) conforme demonstrado no gráfico abaixo.

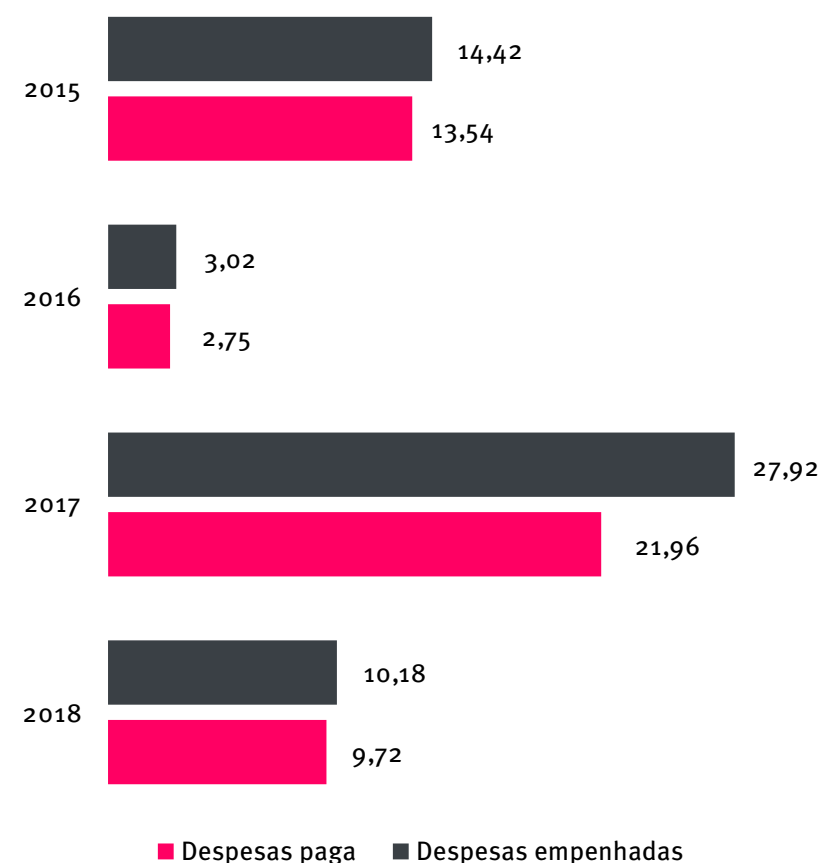


Gráfico 20 - Precatórios (em milhões)

Nesse período foram destinados valores em torno de R\$ 55,54 milhões. Ressalta-se, porém, que a UFMG não possui autonomia de decisão sobre quais e quanto de recursos que serão destinados a esse tipo de despesa. Isso é decidido e executado pelos Tribunais.

DESPESAS CORRENTES (CUSTEIO)

Os valores em custeio da UFMG são destinados ao fomento das ações de graduação e pós-graduação, ligados ao Ensino, Pesquisa e Extensão; ao funcionamento da Educação Profissional, Educação Básica, as ações de capacitação de servidores públicos federais. Destaca-se a assistência direta ao aluno na forma de bolsas e outros, que em 2018 somou R\$ 45,39 milhões, sendo R\$ 33,84 do Programa Assistência Estudantil e R\$ 11,55 milhões com recursos do orçamento da UFMG.

Além disso, há o custeio necessário ao funcionamento, que são os recursos destinados para aquisição de insumos, contratação de mão de obra terceirizada (serviços de vigilância, portaria, limpeza, manutenção e conservação de áreas verdes), serviços de energia elétrica, água, esgoto e telefonia e projetos destinados ao ensino, a pesquisa, a extensão e ao desenvolvimento institucional. Dentre outros custeios encontram-se as aquisições de materiais de consumo e outros itens necessários ao funcionamento da universidade, conforme apresentado abaixo.

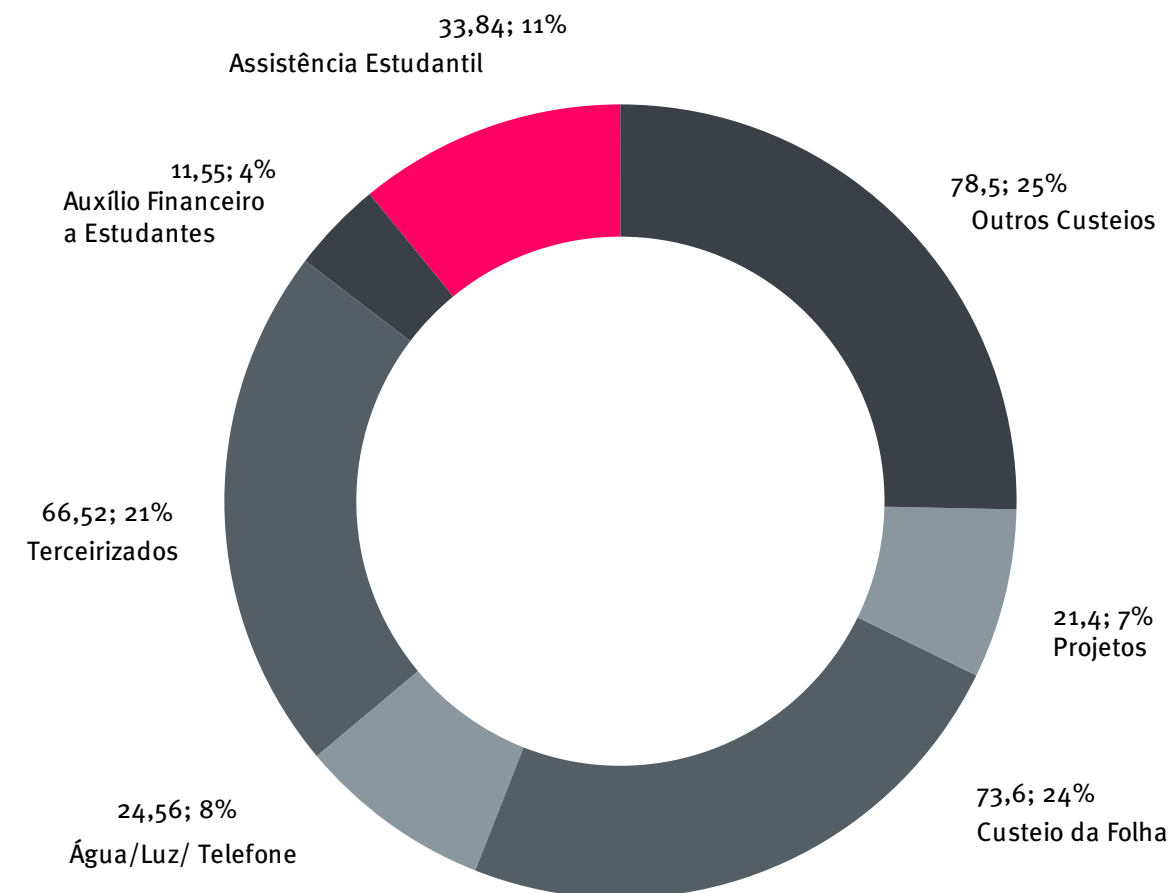


Gráfico 21 - Despesas Empenhadas - Recursos UFMG

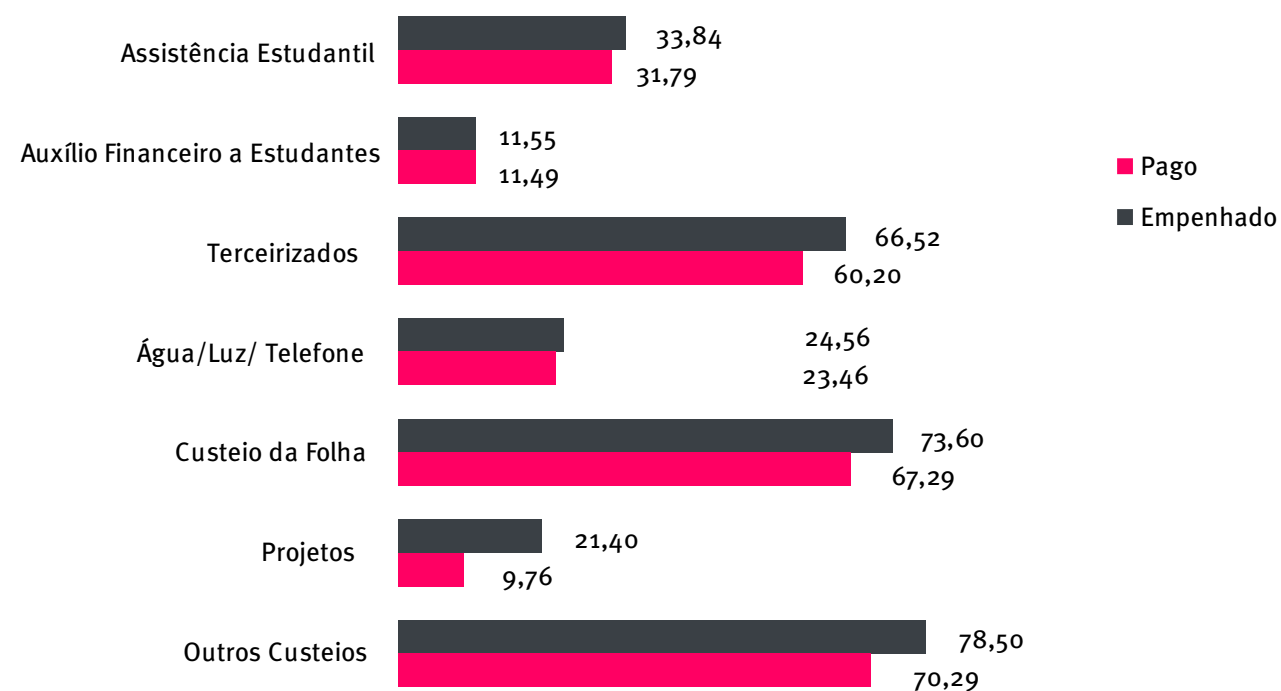


Gráfico 22 - Relação entre despesas empenhadas e despesas pagas

O primeiro gráfico apresenta a distribuição das despesas de custeio da UFMG em 2018. Ressalta-se que aproximadamente 15% foram aplicados diretamente ao aluno em auxílio financeiro aos estudantes e assistência estudantil advindos do Programa de Assistência Estudantil.

O segundo gráfico mostra a relação entre o empenho e o pagamento dessas despesas. Percebe-se que essa relação é próxima de 100%, exceto no tocante a outros custeios, incluindo serviços terceirizados e projetos que dependem da entrega do material ou serviço para ser efetivamente pago.

INVESTIMENTOS

Em 2018, o orçamento de investimento inicial aprovado era de R\$ 21,8 milhões, mas houve cancelamento de dotação orçamentária da ordem de R\$ 8,7 milhões, resultando no investimento de R\$ 13,2 milhões. Em decorrência desses cortes orçamentários em investimento, um conjunto de obras continuam não concluídas e/ou interrompidas.

Dentro da execução das despesas com investimentos, além das obras, enquadram-se todos os móveis e equipamentos adquiridos pela universidade, conforme demonstrado abaixo:

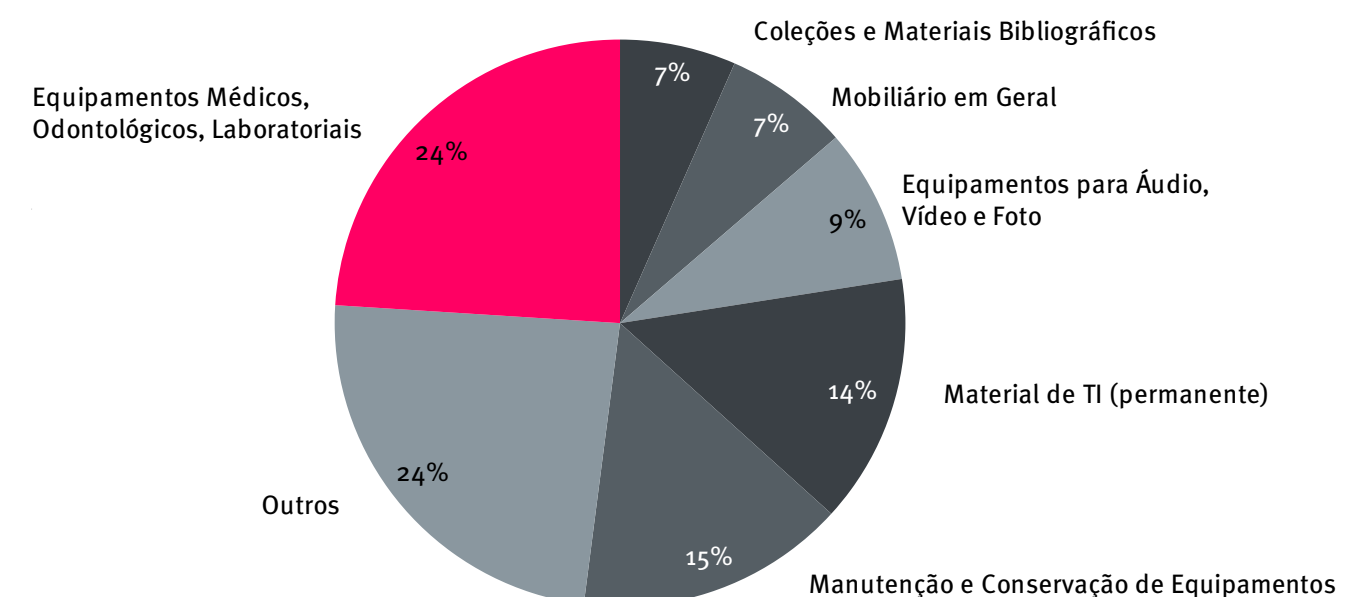


Gráfico 23 - Investimentos - Recursos UFMG

RECURSOS DESCENTRALIZADOS (CUSTEIO E INVESTIMENTOS)

Em função da escassez de recursos, a UFMG vem buscando outras fontes de financiamento. No exercício de 2018 recebeu recursos de custeio descentralizados de outros ministérios da ordem de R\$ 138,7 milhões, sendo R\$ 119,4 milhões em custeio e R\$ 19,3 milhões em investimentos.

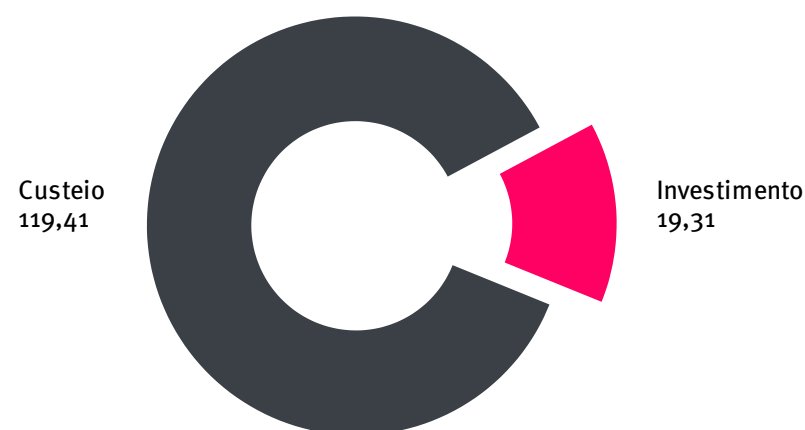


Gráfico 24 - Recursos Orçamentários Recebidos Por Descentralização - 2018
(em milhões)

Em relação aos recursos descentralizados referentes aos investimentos, aproximadamente 4 milhões foram destinados para a pista de atletismo do Centro de Treinamento Olímpico da UFMG, concedido pelo Ministério do Esporte. Cerca de 10,2 milhões foram para conclusão do Laboratório do Departamento de Química da UFMG, sendo 7,5 milhões concedidos pela SESU/MEC e 2,7 milhões por emenda parlamentar. Houve investimento de 2,6 milhões de recursos do Fundo Nacional de Saúde – FNS para a Escola de Farmácia e de 0,7 milhões para aquisição e instalação de elevadores acessíveis na Escola de Arquitetura e na FAFICH, também provenientes da SESU/MEC. O restante são recursos aplicados em outros investimentos. O gráfico abaixo mostra a origem dos recursos descentralizados para investimento na UFMG.

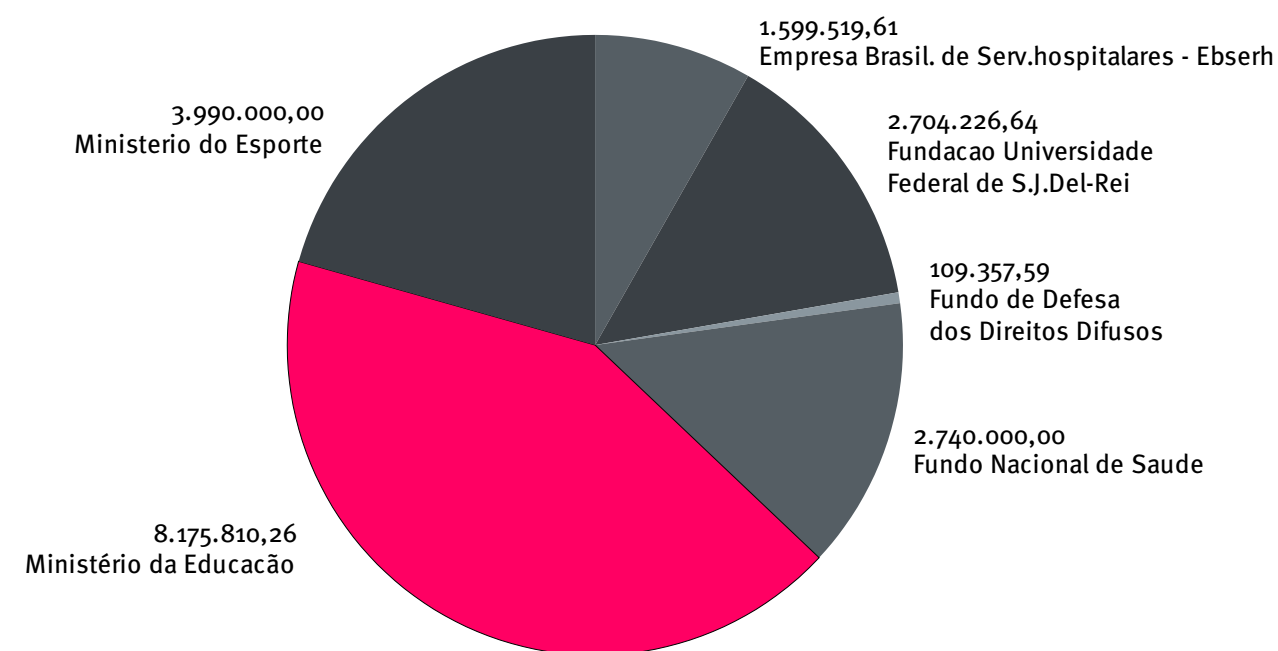


Gráfico 25 - Investimento - Recursos Descentralizados

O gráfico abaixo mostra a origem dos recursos de custeio descentralizados para a execução na UFMG:

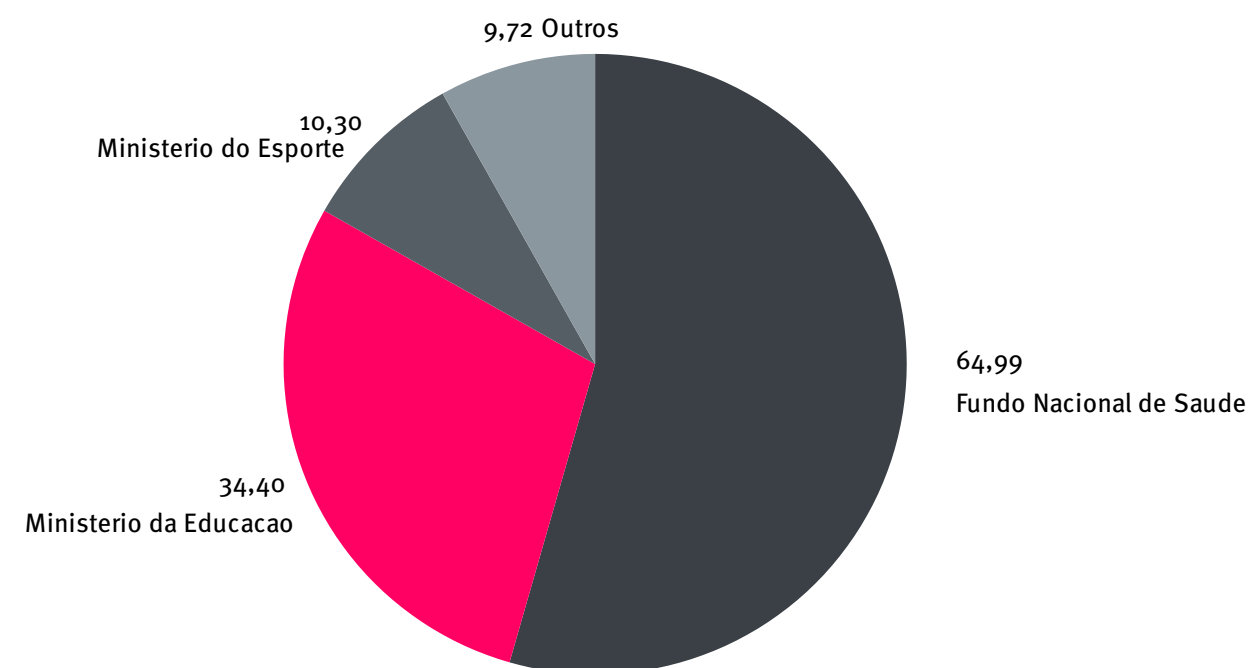


Gráfico 26 - Descentralização de Recursos de Custeio (em milhões)

Percebe-se que a maioria dos recursos tem origem do Fundo Nacional de Saúde. Esses recursos, que somaram R\$ 33,05 milhões em 2018, foram aplicados em diversas unidades da UFMG, especialmente em projetos de pesquisa na área da saúde desenvolvidos na Faculdade de Medicina, Faculdade de Odontologia, Escola de Enfermagem, Faculdade de Farmácia, dentre outras. Além disso, os recursos do Fundo Nacional de Saúde também financiaram as atividades do Hospital das Clínicas da UFMG, perfazendo um total de R\$ 31,5 milhões.

Entre os recursos oriundos de descentralização feitos pelo MEC estão os valores destinados ao pagamento de bolsas de residência médica, que em 2018 somou um pouco mais de R\$ 33,2 milhões. Os recursos do Ministério do Esporte foram destinados ao financiamento de projetos no âmbito da Escola de Educação Física e Fisioterapia Ocupacional da UFMG.

EXECUÇÃO FINANCEIRA:

A execução financeira diz respeito ao pagamento efetivo da despesa executada/empenhada. O pagamento ocorre após o produto ou serviço ser entregue e aceito pela universidade, condizente com as características previstas no processo licitatório. Ressalta-se que o trâmite licitatório não se aplica para as despesas de pessoal. O gráfico a seguir mostra a comparação entre a despesa

empenhada, a despesa paga e os valores a pagar em 2019.

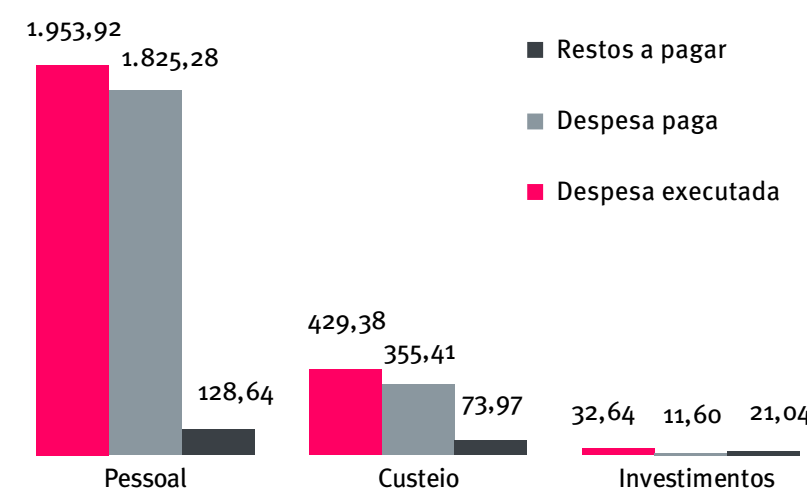


Gráfico 27 - Execução financeira (em milhões)

Verifica-se no gráfico acima que os pagamentos ocorreram dentro da normalidade. Observa-se que, dos recursos empenhados para folha de pessoal, apenas 6,58% não foram pagos dentro do exercício. Isto se deveu à mudança na sistemática de pagamentos implementada pela STN – Secretaria do Tesouro Nacional. Em relação às despesas com o custeio, aproximadamente 17% não foram pagas em 2018. Essas despesas, em sua maioria, se referem a valores de competência de dezembro de 2018 para pagamento em janeiro de 2019. Quanto às despesas de investimentos, observa-se que aproximadamente 65%, ou seja, R\$ 21,04 milhões, ficaram para ser pagos em 2019. Isso é normal em função de a maioria das despesas se referirem a obras, cuja execução normalmente é plurianual.

Ainda em relação a pagamentos realizados em 2018, tem-se os pagamentos referente a Restos a Pagar, que se subdividem em Restos a Pagar Processados – RPP, que são aqueles em que os fornecedores já haviam entregues os produtos ou serviços, mas ainda faltava o pagamento, e os Restos a Pagar Não Processados – RPNP, que são aqueles em que os fornecedores ainda não entregaram o produto ou serviço. A execução financeira dos Restos a Pagar Processados está apresentada no gráfico a seguir.

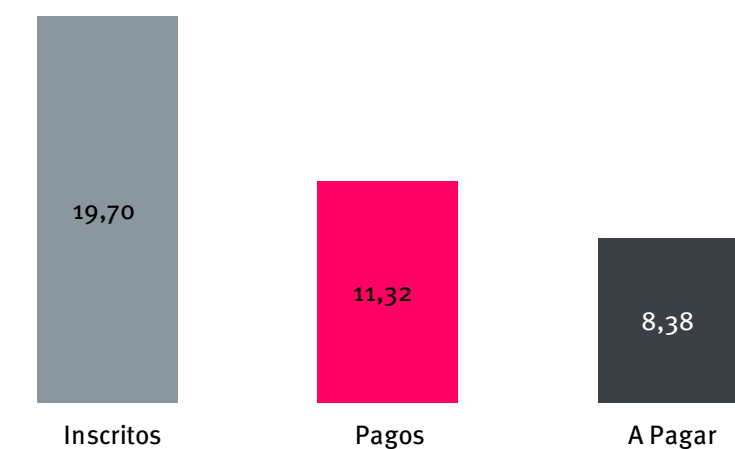


Gráfico 28 - Restos a Pagar Processados (em milhões)

Observa-se que, em 2018, havia R\$ 19,70 milhões inscritos em RPP, dos quais R\$ 11,32 milhões foram pagos, ficando a pagar em 2019 cerca de R\$ 8,38 milhões. A maioria desses valores se referem a recursos descentralizados destinados a obras, que estão aguardando a sua finalização. Em relação aos RPNP, a sua execução está demonstrada a seguir.

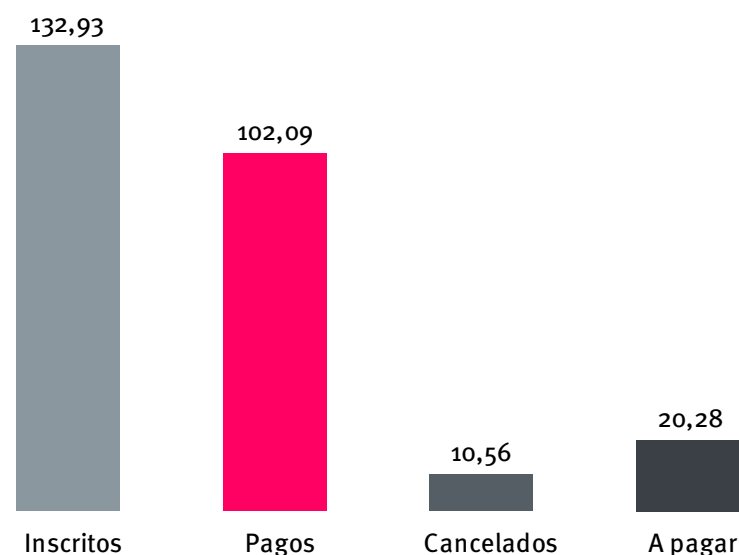


Gráfico 29 - Restos a Pagar Não Processados (em milhões)

Em 2018 havia R\$ 132,93 milhões inscritos em RPNP e foram pagos R\$ 102,09 milhões, o que representa um percentual de execução dos restos a pagar em torno de 76%, com um saldo aproximado de R\$ 20,28 milhões a pagar em 2019. Ressalta-se, com o exposto, que a instituição aprimorou a execução de restos a pagar.

GESTÃO DE PESSOAS

2 Para atuar em conformidade com a legislação vigente e com os princípios da administração pública, o Departamento de Administração de Pessoal (DAP) da Pró-Reitoria de Recursos Humanos (PRORH) mantém atualizada, em página dedicada às [normas de pessoal](#), uma compilação dos normativos legais que regem a atuação profissional dos servidores públicos docentes e técnicos-administrativos, além de estagiários e médicos residentes. Essas normas subsidiaram o trabalho dos setores responsáveis pelas rotinas de pessoal na Universidade, orientando-os para que sua atuação esteja de acordo com a legislação vigente.

Adicionalmente são observadas as recomendações e determinações dos

órgãos de controle, sob os aspectos da conformidade legal e da eficiência. Quanto à publicidade, a Instituição publica os atos de pessoal, conforme cada caso, no [Diário Oficial da União](#) ou no [Boletim de Pessoal](#) da Universidade.

Por sua vez, a gestão dos contratos terceirizados é realizada em sua maioria pelo [Departamento de Logística de Suprimentos e de Serviços Operacionais](#) (DLO) da Pró-Reitoria de Administração (PRA) e em parte pelo [Hospital das Clínicas](#) (HC) da UFMG, tendo como principal regulamentadora a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974 (alterada pela Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017), que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.

Em 2018, a UFMG contou com a atuação de 11.521 profissionais divididos entre servidores públicos docentes e técnicos-administrativos, além de estagiários¹, médicos residentes e terceirizados.

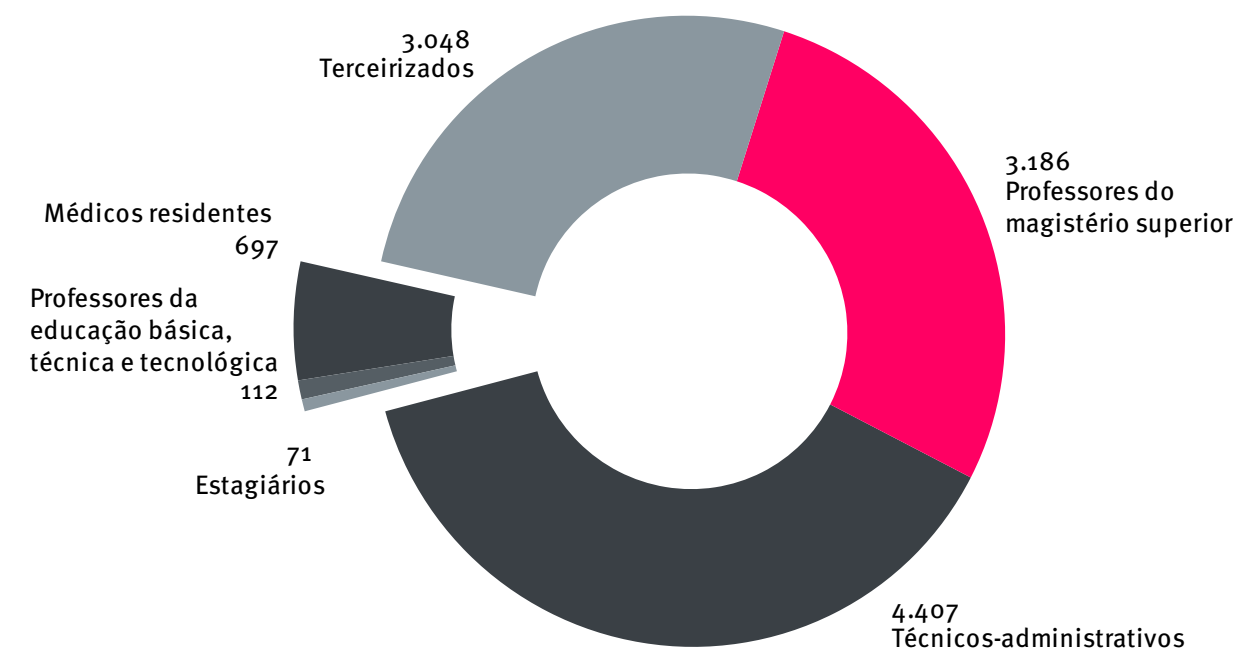


Gráfico 30 - Distribuição da força de trabalho por categoria

¹ Apenas os cadastrados no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE)

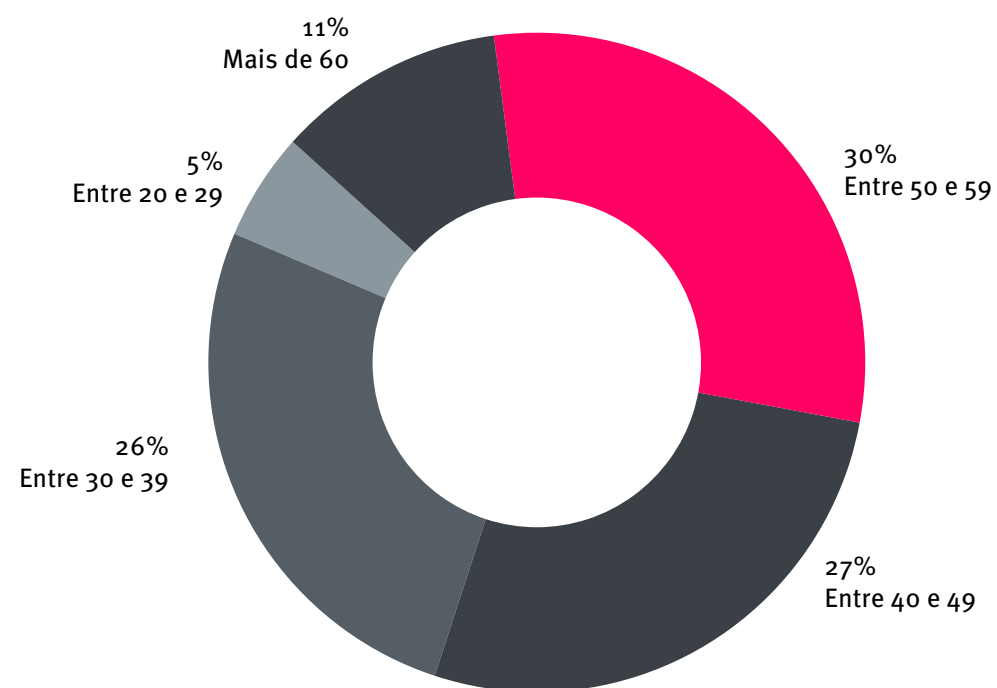


Gráfico 31 - Distribuição dos servidores públicos docentes e técnicos-administrativos por faixa etária

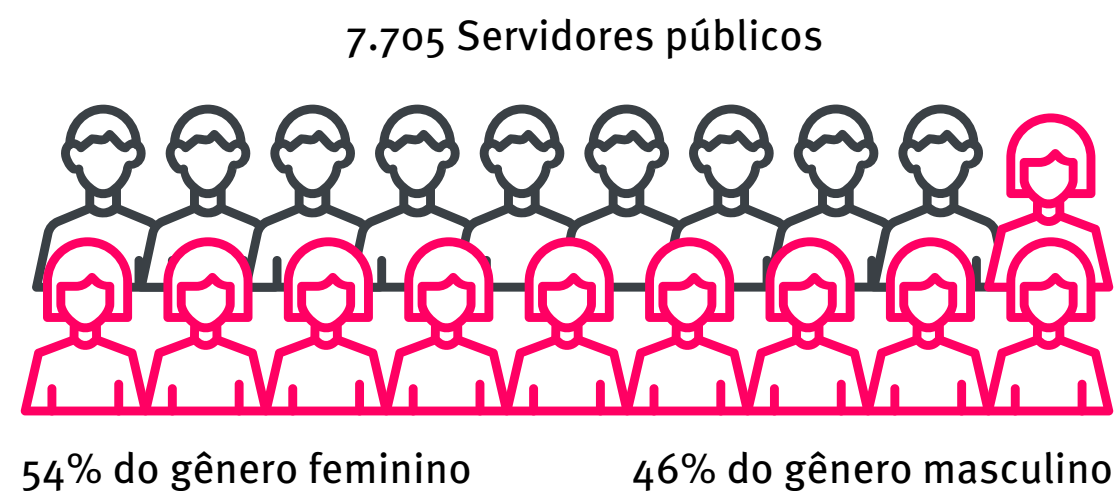


Figura 8 - Proporção dos servidores públicos docentes e técnicos-administrativos de acordo com o gênero

A reposição das vacâncias é feita por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos. Para alguns cargos técnicos da carreira dos técnico-administrativos podem ser adotadas provas teórico-práticas.

A Pró-Reitoria de Recursos Humanos tem realizado, junto ao Ministério da Educação, troca de cargos de mesmo nível de classificação com o objetivo primordial de recompor o quadro para melhor atender às suas demandas. No que se refere às carreiras docentes, é de competência da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) a análise de demandas e a distribuição das vagas por meio de matriz de distribuição, já de longa data adotada pela Universidade e em constante aprimoramento.

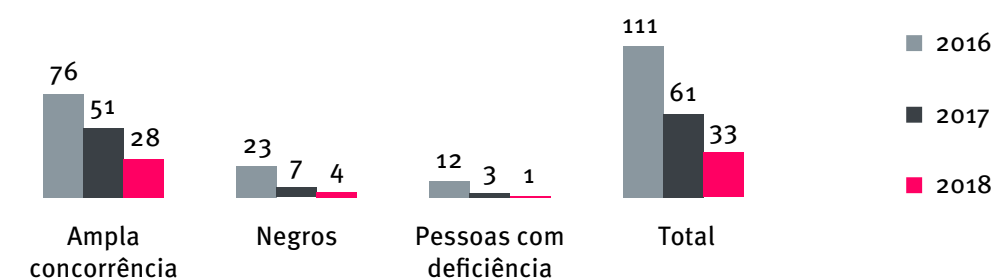


Gráfico 32 - Vagas em concursos realizados entre 2016 e 2018 para cargos da carreira técnico-administrativa

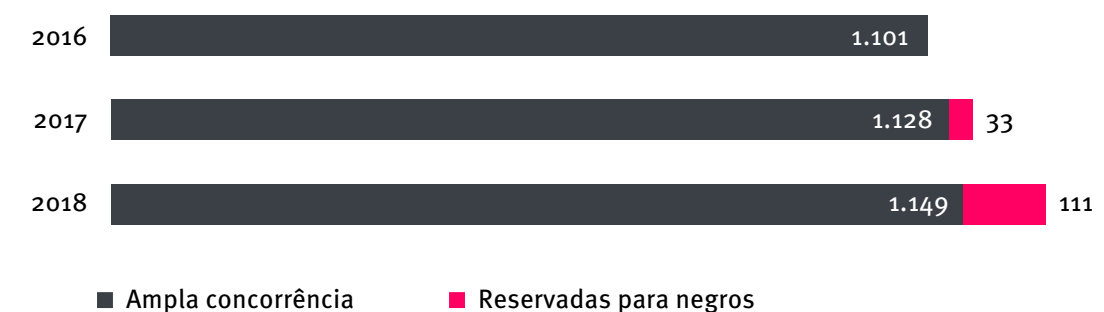


Gráfico 33 - Vagas em concursos realizados entre 2016 e 2018 para cargos da carreira docente

Nota: A ausência de vagas reservadas às pessoas com deficiência nos concursos de magistério superior deve-se ao reduzido número de vagas oferecido nos editais.

A Avaliação de Desempenho é um componente institucional que visa promover a melhoria da qualificação dos serviços públicos e subsidiar a política de gestão de pessoas, principalmente quanto à capacitação, desenvolvimento na carreira e harmonia nas relações de trabalho.

Um avanço no processo desde 2017, quando comparado a anos anteriores, é a avaliação de chefias docentes que, por possuírem regras diferenciadas para progressão na carreira, não se sentiam motivados a participarem do processo de avaliação do TAE, enquanto avaliados.

A Divisão de Acompanhamento Funcional (DAF) do DRH também é responsável por gerenciar, avaliar e acompanhar os processos de Estágio Probatório dos servidores técnico-administrativos em educação da UFMG. O Estágio Probatório tem por finalidade permitir à administração avaliar a aptidão e a capacidade do servidor para o desempenho das atribuições do cargo de provimento efetivo para o qual foi nomeado, bem como a sua adaptação às atribuições de seu cargo e à instituição.

Mensalmente ocorre o levantamento e o envio das avaliações aos servidores técnico-administrativos em Estágio Probatório. Após o recebimento dessas avaliações, as mesmas são analisadas e, mediante a identificação de alguma demanda, a equipe técnica da DAF realiza as devidas intervenções. Em fevereiro de 2019, 689 (16%) servidores técnico-administrativos em educação encontravam-se em estágio probatório.

A partir de novembro de 2018, foram incorporadas às atividades do DRH a participação nos processos de Estágio Probatório do servidor docente, com o fim de controlar os prazos para emissão de portaria de estabilidade, uma vez que a análise técnica e o parecer de estabilidade são de responsabilidade

das unidades e da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD). Em fevereiro de 2019, 612 (19%) servidores docentes encontravam-se em estágio probatório.

A UFMG mantém um corpo docente e técnico-administrativo com alta qualificação, contribuindo para a sua excelência acadêmica no ensino, pesquisa e extensão. Importa relatar que a maior parte dos editais de admissão de docentes contém como requisito de ingresso o título de Doutor.

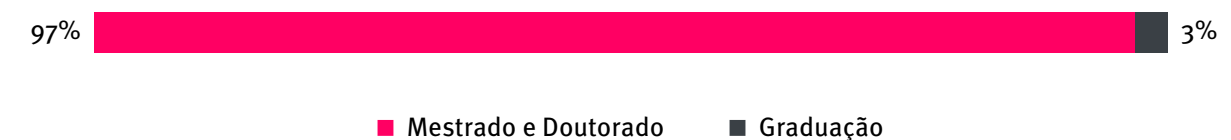


Gráfico 34 - Qualificação do corpo docente

Em 2018, mais de 70% dos servidores técnicos-administrativos da UFMG possuem títulos em nível de graduação e pós-graduação, o que evidencia o bom nível de qualificação dos servidores que, em grande quantidade, já apresentam formação acima daquela exigida pelo cargo.

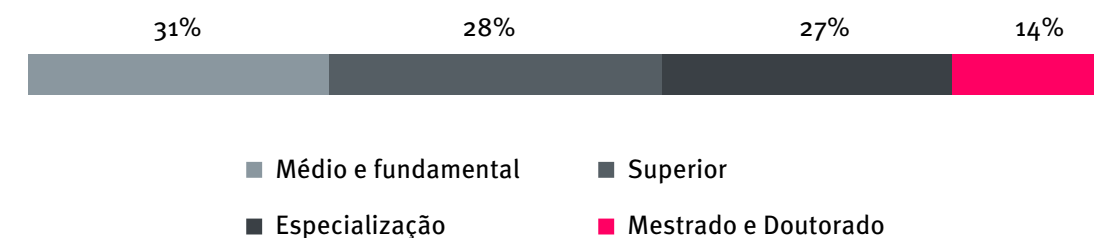


Gráfico 35 - Qualificação do corpo técnico-administrativo

Com relação aos investimentos financeiros em ações de capacitação promovidos pela PRORH, tem-se o total de R\$1.048.476,22, cuja aplicação encontra-se esclarecida no quadro abaixo.

Quadro 6 - Investimentos financeiros em ações de capacitação

Ação	Investimento (R\$)
1. Programa de Incentivo à Qualificação (Graduação e Pós-Graduação)	284.501,53
2. Curso de Especialização em Gestão de Instituições Federais de Educação Superior (GIFES) - parceria da PRORH com a Faculdade de Educação da UFMG *	337.420,34
3. Programa de Desenvolvimento Institucional para os Servidores da UFMG - PRODIS	
3.1 Inscrições em Evento/Congresso/Seminário/Colóquio	30.731,50
3.2 Diárias e Passagens para Eventos/Cursos de Capacitação	327.002,24
3.3 Inscrições em Cursos de Capacitação	18.550,00
4. Plano Anual de Capacitação DRH	50.270,61
Total (R\$)	1.048.476,22

Fonte: PRORH

GESTÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

3 Ao longo do ano de 2018, no âmbito do Departamento de Obras (DO) e do Departamento de Manutenção e Operação da Infraestrutura (DEMAI), ambos vinculados à Pró-Reitoria de Administração (PRA), foram realizadas licitações e celebrados contratos para atividades de manutenção predial e de execução das obras e projetos de desenvolvimento institucional da Universidade.

Citem-se como exemplo dessas contratações:

- manutenção preventiva e corretiva de sistemas de climatização, de elevadores; de autoclaves e osmose reversas, de poços artesianos, de extintores e sistemas de combate à incêndio;
- compra de materiais relacionados à pintura, marcenaria, serralheria, materiais de uso comum em manutenção predial, matérias elétricos, materiais hidráulicos, eletroeletrônicos;
- contratações para dar apoio a projetos de desenvolvimento institucional (PDI), tais como PDI do Lam-Ladire, PDI do Anexo 3 do Departamento de Química, Além disso, em 2018, encerrou-se a obra do CAD3/UFMG, cujo contrato esteve sob fiscalização e acompanhamento do Departamento de Obras – DO/PRA/UFMG.

Essas contratações se justificam pela necessidade desses serviços e materiais para o desenvolvimento das atividades de manutenção predial civil, elétrica, hidráulica, de máquinas e equipamentos, dentro da UFMG, visando ao objetivo mais amplo de se manter a infraestrutura e as instalações em condições adequadas para a realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade. Ademais, frisa-se que essas contratações estão

alinhadas ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFMG, uma vez que uma das metas do Projeto Pedagógico-Institucional trata de consolidar a expansão da graduação com a finalização do programa de construção de instalações físicas.

No contexto das contratações relacionadas à manutenção da infraestrutura da UFMG, pouquíssimas compras são realizadas por meio de contratações diretas. Geralmente, justificam-se por estarem abaixo do limite legal de valor, ao mesmo tempo em que não incorreram em fracionamento de despesas. Como exemplo desses processos, citam-se compra de pneus para carros e caminhões e compra de garrafas térmicas. Ademais, houve contratações de cursos de capacitação para servidores, as quais ocorreram por meio de inexigibilidade de licitação, justificadas com base no inciso II do artigo 25 da Lei de Licitações e Contratos, em conjunto com o inciso VI do art. 13 da mesma lei, caracterizando situações que enseja essa inexigibilidade de licitação.

A prerrogativa da dispensa de licitação é comumente utilizada para contratação de fundações registradas e credenciadas como fundação de apoio. Essa possibilidade está prevista no art. 1º da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, alterada pela Lei 12.349/2010, combinado com o inc. XIII do art. 24 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, e se realiza com vistas ao suporte a projetos de pesquisa, ensino, extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse UFMG e ao desenvolvimento da inovação e da pesquisa científica e tecnológica.

No contexto das contratações relacionadas a serviços de manutenção, tem-se como desafio planejar e padronizar o modelo de contratações integrais, ou seja, por meio das quais esteja prevista a prestação dos serviços de manutenção, incluindo o fornecimento de todos os materiais e insumos

necessários. A adoção de tal modelo é justificada pela necessidade de se celebrar contratos cujos critérios de medição sejam por critérios predominantemente técnicos, como metros quadrados, metros cúbicos, número de instalações, número de máquinas, número de acionamentos, etc, em detrimento à contratações cujo critério de medição seja por postos de serviço.

Embora haja alguns serviços que foram e estão sendo contratados integralmente, tais como manutenção dos elevadores, manutenção de hidrantes e sistemas de incêndio, manutenção dos geradores, instalação de paredes e forros de gesso, instalação de sistemas de ar condicionado e instalação de piso vinílico, muitas das atividades de manutenção ainda não se enquadram nesse modelo, cujo objetivo é diminuir o quantitativo de postos de trabalho terceirizados e otimizar os processos de compra/contratação, pois no serviço estão inclusos os materiais. Consequentemente, esse modelo de contratações pode diminuir o número de processos, ao mesmo tempo em que se atingiria o objetivo de realizar eficazmente as manutenções necessárias à infraestrutura da Universidade.

Especificamente no âmbito das contratações do Departamento de Obras, os principais desafios e ações futuras relacionam-se ao aspecto orçamentário e financeiro, uma vez que a escassez de recursos em função dos contingenciamentos orçamentários sofridos nos últimos anos se apresentam como fator limitador das tomadas de decisão acerca da execução de novas obras, bem como acerca da retomada de obras inacabadas.

Os contratos administrativos celebrados e os processos de compra em andamento administrados pelo [Departamento de Logística de Suprimentos e de Serviços Operacionais \(DLO\)](#) podem ser consultados em páginas específicas destinadas aos assuntos no portal do setor na internet.

GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

4

A execução de reformas e pequenas ampliações prediais têm sido frequentes nos edifícios da UFMG, onde se faz necessário promover a requalificação arquitetônica e/ou a readequação e reestruturação dos espaços físicos disponíveis, com a consequente alteração e modernização da infraestrutura predial, particularmente de instalações elétricas, de lógica, dos sistemas de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), hidrossanitárias, estruturais, climatização e tratamento do ar/controle de temperatura e umidade em laboratórios.

As intervenções físicas necessárias são de tipologia e complexidade variadas, exigindo mão-de-obra especializada na produção dos projetos e no acompanhamento ou execução dos serviços.

A UFMG possui demandas contínuas de adaptação das edificações para obtenção de alvarás sanitários, adequação às atuais normas do Corpo de Bombeiros, às normas de acessibilidade e demais normas vigentes. Além disso, há ações que visam à adequação dos sistemas prediais para o reaproveitamento/redução do consumo de água, redução do consumo de energia e o uso de fontes e práticas ambientalmente mais sustentáveis.

No ICA, em seu Campus em Montes Claros, por exemplo, algumas demandas possuem forte caráter emergencial, devido não somente às condições desfavoráveis em que se encontram os espaços físicos, mas também devido a demanda crescente por espaços adequados para o ensino, a pesquisa e a extensão. Apesar da infraestrutura física do Campus ter passado por melhorias significativas nos últimos anos, há ainda uma necessidade permanente de requalificação dos espaços e readequação da infraestrutura. a UFMG tem

atuado em Montes Claros de forma a modernizar a infraestrutura laboratorial e a adequação normativa das edificações existentes, visando uma operação segura das atividades.

A infraestrutura elétrica dos Campi da Universidade tem sido foco de atuação, com a modernização gradual das subestações de energia, que, têm sido adequadas ao aumento de demanda elétrica e às atualizações das normas vigentes de operação e segurança.

A acessibilidade tem sido foco de constante atuação, com a priorização de projetos para melhoria das condições de uso das edificações, bem como uma ação conjunta com o Núcleo e Acessibilidade e Inclusão (NAI), visando intervenções mais efetivas na infraestrutura, soluções mais rápidas e assertivas. Também foram desenvolvidos os projetos de travessias elevadas para o campus da Pampulha, com priorização de percursos visando atender as áreas de maior concentração de fluxo.

Assim como a acessibilidade, os aspectos de segurança contra incêndio e pânico tem sido foco de atenção. Tem sido priorizada a atualização gradativa dos projetos de sistemas de proteção contra incêndio e pânico (SPCIP) para as edificações, que possibilitam uma captação de investimentos, bem como a programação do atendimento às adequações mais importantes. Vale ressaltar que, em alguns casos, sempre as intervenções para SPCIP culminam em intervenções também na rede elétrica da edificação.

No Campus Pampulha, destaca-se a construção do Bloco 3 do Departamento de Química, com previsão de término para 2020, que visa atender às necessidades de ampliação e modernização da infraestrutura laboratorial desse departamento. Também está em fase de finalização o laboratório LamLadire, na EEFFTO, outro importante equipamento laboratorial do Campus Pampulha.

Outro aspecto que impacta nas questões de infraestrutura é o processo de licenciamento ambiental e urbanístico por que passam os Campi Pampulha e da Saúde, com a definição de condicionantes relacionadas ao controle e correta destinação dos efluentes e resíduos produzidos, bem como questões de fluxo de pedestres e veículos, uso e ocupação, estacionamentos, permeabilidade do solo, abastecimento de água e acessibilidade urbana, o que já demanda o planejamento das ações de readequação e implantação de infraestrutura condizente com os parâmetros urbanísticos e ambientais atuais. Foram executadas ações referentes a projetos e construção de abrigos de resíduos químicos e infectantes, representando importante ação ambiental no correto armazenamento e destinação final dos resíduos e efluentes.

A Universidade continua atuando no processo de Licenciamento Ambiental do Campus Pampulha para obtenção das licenças de implantação das obras não concluídas ou a iniciar, procedimento este complementar à licença ambiental de operação, obtida em 2016.

No Campus Saúde, a UFMG permanece realizando o monitoramento e acompanhamento do processo de Licenciamento Urbanístico para o cumprimento de todas as condicionantes e exigências legais.

Quanto ao Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural pertencente à UFMG, foram tomadas significativas ações para conservação e restauração de alguns bens imóveis, como por exemplo a Casa da Glória, em Diamantina-MG, e as edificações do Campus Cultural de Tiradentes.

Os imóveis da UFMG, no total de 19 e valor estimado em R\$1.132.510.227,60, estão distribuídos por cinco cidades do estado de Minas Gerais, com maior presença na cidade de Belo Horizonte, capital do Estado, como sugere o gráfico abaixo.

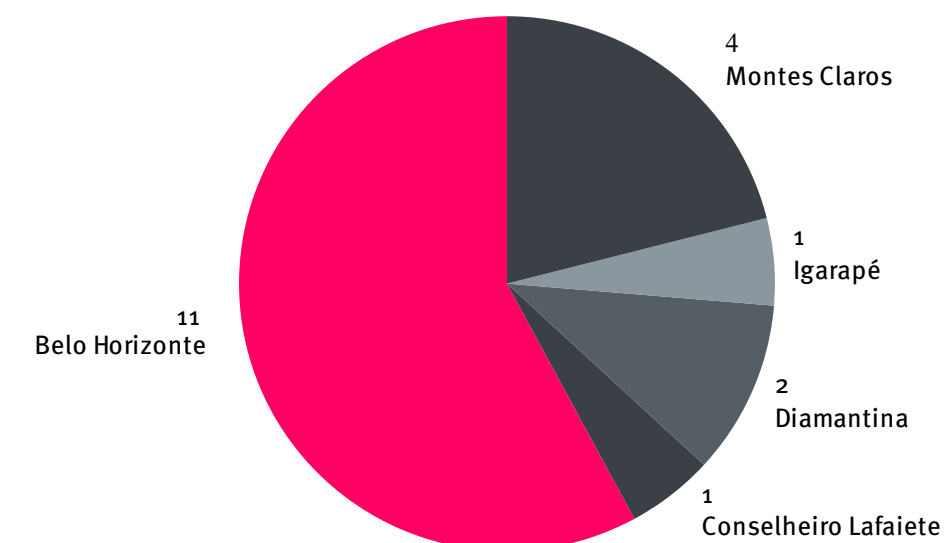


Gráfico 36 - Quantidade de imóveis pertencentes a UFMG



Figura 9 - Geolocalização dos imóveis da UFMG

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

5 As ações relacionadas à Tecnologia da Informação na UFMG são pautadas por seu Planejamento Estratégico da Tecnologia da Informação (PETI), em vigor desde junho de 2015, cujos projetos estão alinhados aos objetivos estratégicos do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFMG.

Como o PETI tem ciclo anual, indo de julho de um ano a junho do ano seguinte, a tabela abaixo, apurada com base em dezembro de 2018, apresenta apenas os projetos efetivamente conduzidos no ano. Nela não estão relacionados os projetos de cunho tático e operacional, cujos resultados encontram-se publicados aqui.

O planejamento das atividades de tecnologia da informação para os próximos anos pode ser impactado pelas seguintes razões:

- financeira: indisponibilidade de recursos para investimento e atualização tecnológica;
- recursos humanos: perda de conhecimento e experiência da equipe em função de aposentadorias e da quantidade de novos concursados incipientes;
- infraestrutura: impossibilidade de renovação de equipamentos e softwares necessários para sua evolução;
- tecnologia: impactos causados por mudanças de rumos e tendências em função da dinâmica da área.

A busca por evolução em sua Governança e na adoção de boas práticas

na gestão de TI tem norteado as ações da DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação. Na última avaliação do TCU, na qual ainda foi utilizado o índice iGovTI, a UFMG obteve a pontuação de 0,63 e a escala de nível Intermediário.

Para a condução de processos de contratação de bens e serviços de TI são observadas as Instruções Normativas pertinentes. Internamente, no sistema de Compras, são catalogados os bens de TI aprovados pela DTI e que podem ser demandados pelas unidades acadêmicas e órgãos administrativos.

Buscando maior transparência com relação às suas atividades, a UFMG publica por meio da DTI informações relativas ao seu Catálogo de Serviços, seu portfólio de projetos, os sistemas de informação disponibilizados à comunidade, os softwares livres utilizados, os pagamentos realizados nos contratos sob gestão da DTI e está preparando a publicação referente a contratos, termos e licitações.

Durante 2018 uma Comissão instituída pela Reitora tratou da avaliação da estrutura organizacional da TI na universidade e apresentou uma proposta de reestruturação, que foi aprovada pelo novo Comitê de Governança Digital (CGD), cuja primeira reunião se deu já em 2019, e foi enviada para aprovação final do Conselho Universitário. Encaminhado este processo, o CGD irá se dedicar à elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), que estará alinhado ao novo PDI. Em passo seguinte e de forma articulada com o PDTI uma Política de Segurança da Informação será elaborada.

Em seus processos internos de trabalho a DTI se baseia nas boas práticas preconizadas pelo Cobit 5, Itil, PMBOK e Scrum. Os controles de atividades de rotina e projetos são realizados nas plataformas de software Geplanes, Redmine e Request Tracker. Sendo que este último deve ser substituído ou complementado em 2019 pela ferramenta iTop.

Para garantir a conformidade de suas ações, a DTI tem sido bianualmente avaliada pela Auditoria Interna da universidade.

Adicionalmente podemos citar que a DTI está atenta às seguintes ações:

- organização e formalização de seus processos internos;
- capacitação da equipe e dos usuários em mapeamento de processos;
- realização de reuniões diárias de projeto nas equipes Scrum;
- realização semanal de reuniões administrativas;
- realização quinzenal ou mensal de reuniões de acompanhamento de projetos;
- definição de indicadores para metas e quantificação de resultados;
- suporte e orientação aos clientes quanto aos sistemas e serviços;
- avaliação e mitigação de riscos;

- utilização de canais de comunicação com a comunidade universitária e com a Reitoria;
- avaliação de investimento e recursos a curto, médio e longo prazos;
- gerenciamento e fiscalização de contratos.

Sem considerar os recursos aplicados de forma descentralizada por unidades acadêmicas e órgãos administrativos, a DTI contou com cerca de R\$5 milhões para suas atividades de manutenção, pagamento de contratos, itens diversos de custeio, serviços de telefonia e comunicação de dados, licenciamento de softwares etc.

Além disso, como investimento prioritário para 2018, foram investidos cerca de R\$2,6 milhões na atualização e modernização do sistema de telefonia interna. São cerca de 7 mil ramais espalhados nos campi em Belo Horizonte, Montes Claros e em prédios isolados, em situação de obsolescência e risco de paralização, sem condições de expansão e de troca de componentes defeituosos.

A DTI executa diversos procedimentos com o objetivo de conferir aspectos que garantam a Segurança da Informação. Entretanto, a Política de Segurança Institucional (PSI) será elaborada pelo CGD, conforme dito anteriormente.

Dentre os principais procedimentos e boas práticas de segurança conduzidas pela DTI podemos citar:

- obrigatoriedade de aceitação de “Termos de Uso” para acesso ao portal minhaUFMG e uso dos sistemas e serviços;
- obrigatoriedade de aceitação de “Termo de Confidencialidade” para toda a equipe da DTI;
- sistema de segurança próprio para gestão de acesso individual e de grupos a serviços, sistema e aplicativos;
- unificação das ações de autenticação e autorização nos ambientes com senhas individuais;
- logs de controle de transações executadas nos sistemas e bases de dados;
- acesso criptografado em todos os ambientes tecnológicos;
- fixação de tempos limites de sessões de acesso dos usuários aos sistemas;
- filtros de análise de tráfego de rede com bloqueio de IPs que façam ações irregulares;

- tratamento de incidentes de segurança, mantendo interface com órgãos de controle externos;
- controle de problemas causados por Spams, vírus, worms e assemelhados;
- firewalls em software livre para proteção da infraestrutura;
- registros de utilização de serviços de rede de dados e telefonia;
- separação de papéis da equipe de TI;
- controle de acesso físico com monitoramento por câmeras;
- acesso restrito ao Data Center somente após identificação visual, durante o expediente e, fora do horário de expediente, com uso de sistema de alarme controlado por senha;
- sistema de monitoramento dos sistemas, serviços, infraestrutura de servidores e de redes, nobreak, gerador, ar-condicionado e detecção de fumaça.
- serviço de backup, diário e semanal, com guarda em cofre remoto;

- redundância geográfica parcial dos sistemas e serviços.

As principais iniciativas em termos de projetos, sistemas e serviços estão descritas nos itens anteriores, bem como os principais desafios.

Com relação às ações futuras, podemos pontuar em destaque, para 2019, as seguintes:

- Implantação e instalação da atualização do sistema de telefonia.
- Melhoria dos recursos de infraestrutura avaliando e adotando soluções de Hiperconvergência e Nuvem.
- Avanço na implantação do SEI.
- Continuidade de desenvolvimento de sistemas estratégicos agregando mobilidade e acessibilidade.
- Continuidade das ações de Governança com a elaboração do PDTI, da PSI e a reestruturação da DTI.

GESTÃO DE CUSTOS



Na UFMG, a apuração de custos pelo modelo da Contabilidade Patrimonial pode ser descrita conforme consta na página do Tesouro Nacional que disponibiliza informações para o que se convencionou chamar de Tesouro Transparente. Nessa sistemática de custos, a Secretaria do Tesouro Nacional –STN definiu que o Custo Direto Institucional é todo o custo que é identificado ou associado diretamente ao órgão e é formada por 3 partes assim definidas:

(+) Movimento Líquido Patrimonial;

(+) Movimento Credor Patrimonial;

(-) c.

Como a descrição dessa metodologia é muito técnica na página do Tesouro Nacional, consideramos necessária uma descrição mais simples das partes do custo, conforme segue.

$$\text{Custo Direto Institucional} = \text{MLP} + \text{MCP} - \text{MDP}$$

MLP (Movimento Líquido Patrimonial) é a soma do movimento líquido das contas contábeis da execução orçamentária, incluindo Restos a Pagar, excluindo as despesas de categoria econômica 4

– Despesas de Capital, que não são despesas, mas investimento. Ou seja, no momento da aquisição, estas despesas não são consideradas custo. Além disso, exclui-se também as despesas cujo o elemento seja 92 – Despesas de Exercícios Anteriores, uma vez que essas despesas não se referem ao exercício atual. Dessa forma, o MLP pode ser assim descrito:

$$\text{MLP} = (\text{DP} - \text{DEA}) + (\text{DC} - \text{DEA})$$

DP = Despesas com Pessoal

DC = Despesas Correntes

DEA = Despesas de Exercícios Anteriores

MCP (Movimento Credor Patrimonial) é a soma do valor do crédito das contas contábeis referentes aos Estoques, Depreciação e Amortização. Ou seja, no momento da aquisição de uma Mercadoria, de um Bem ou de um Intangível, esses gastos não são considerados custos, mas investimentos. No momento do uso ou do consumo desses bens, estes se transformam em custos.

$$\text{MCP} = \text{Consumo dos Estoques} + \text{Depreciação} + \text{Amortização} + \text{Exaustão}$$

MDP (Movimento Devedor Patrimonial) representa a soma do valor do débito das contas contábeis que registram os adiantamentos das despesas com pessoal, que se referem a despesas do próximo exercício. Registram também a aquisição de estoques, que não representam custos no momento da compra.

$$\text{MDP} = \text{Adiantamentos de Pessoal} + \text{Aquisição de Estoques}$$

Esta dimensão de custos é apurada na UFMG por meio de Relatórios Gerenciais extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) Gerencial. No entanto, ainda estão em estudos formas de acumulação desses custos de modo a segregar em atividades finalísticas e atividades de suporte ou por área de atuação da UFMG, Ensino, Pesquisa e Extensão.

A apuração de custos pelo modelo da Contabilidade Orçamentária envolve a perspectiva de execução do orçamento sem levar em consideração a perspectiva patrimonial. Ou seja, na apuração desses custos, não se incluem a depreciação, exaustão, amortização, os adiantamentos de pessoal e o consumo dos estoques. Interessa o que foi efetivamente liquidado do ponto de vista orçamentário, as despesas que estão na fase liquidação ou pagamento.

Desse ponto de vista de apuração de custos, pode-se dizer que a própria sistemática da confecção do orçamento leva a segregar essas despesas em finalísticas e atividades de suporte.

Na UFMG, pode-se dizer que os gastos que envolvem pessoal, encargos sociais, auxílios a pessoal, a capacitação de pessoal e os gastos relacionados aos alunos como o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) podem ser considerados finalísticos, porque são aqueles que possuem relação com as áreas de atuação da UFMG. Esses gastos representaram em 2018 um valor aproximado de R\$ 2,061 bilhões. Os gastos relacionados às atividades de suporte se referem, em sua maior parte, ao funcionamento da instituição. Esses gastos giraram em torno de R\$ 195 milhões em 2018.

Todos os gastos em uma instituição de ensino pública estão relacionados à sua missão institucional. Ou seja, os valores que são empregados nas diversas ações empreendidas na UFMG são em função do Ensino, Pesquisa e Extensão, que em última análise, é sua missão institucional.

Ainda assim, há desafios que devem ser enfrentados para melhor apresentação dos custos da UFMG. É preciso desenvolver formas, ações, de modo que os custos estejam segregados com os produtos finais, o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. Para isso é necessário, entre outras providências, atualizar o Sistema de Organização e Inovação Institucional (SIORG) de forma a integrar e direcionar os custos para os produtos finais.

7 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A sustentabilidade ambiental da Universidade tem se primado pela eficiência e gerência ambientalmente adequada dos recursos utilizados pela universidade e a correta destinação final dos resíduos gerados. Diversas ações foram concretizadas nos últimos anos, em diferentes unidades, administrativas e acadêmicas, como a instalação de dispositivos hidráulicos economizadores de água, a padronização da substituição da iluminação por refletores e lâmpadas LED nos ambientes que permitam sua utilização visando a ecoeficiência ambiental, a implantação de sistema de coleta seletiva, o aproveitamento de água pluvial como auxílio ao sistema hidráulico na descarga dos sanitários, irrigação de áreas ajardinadas com água subterrânea oriunda de poços tubulares, adoção de medição

individualizada do consumo de água por unidade consumidora do campus, adoção de logística reversa nos processos de compras públicas sustentáveis, setorização adequada dos ambientes de climatização e efficientização de equipamentos de ar condicionado.

COLETA SELETIVA

A implantação da coleta seletiva nos *campi* Pampulha, Saúde, Instituto de Ciências Agrárias (ICA) e Museu de História Natural faz parte da política global de gerenciamento dos resíduos sólidos da UFMG quanto à destinação de resíduos recicláveis, em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006. Na UFMG, a coleta seletiva é feita pelas unidades administrativas e acadêmicas, através das gerências de resíduos e dos serviços gerais, que providenciam locais próprios onde a separação dos recicláveis pode ser feita, em contenedores ou bags. O transporte para coleta de recicláveis é de responsabilidade da UFMG desde agosto de 2014.

O Gráfico abaixo ilustra a evolução, entre 2014 a 2018, da geração de resíduos recicláveis, sobretudo papel, papelão e plástico no *Campus* Pampulha da UFMG.

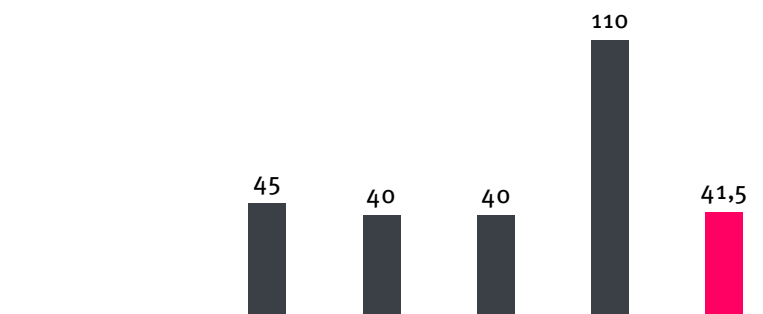


Gráfico 37 - Evolução da massa de resíduos recicláveis coletada no Campus Pampulha entre 2014 e 2018

Fontes: UFMG/PRA/DGA

O Departamento de Gestão Ambiental (DGA) da UFMG atua também no gerenciamento do processo de coleta, transporte e destinação adequada de: (i) pilhas e baterias e (ii) cartuchos e toners usados. Em cada caso, os resíduos são encaminhados para empresa especializada pela logística reversa do material residual. Além disso, também atua no reaproveitamento externo de resíduos de poliestireno expandido (isopor®) gerados no *campus* Pampulha. O poliestireno descartado é encaminhado, via doação, para uma empresa que efetua a trituração desse resíduo, para posterior reaproveitamento.

Os Gráficos a seguir mostram o quantitativo em bags de poliestireno expandido; em unidades, de cartuchos e toners; em kg, de pilhas e baterias e resíduos eletrônicos destinados corretamente pelo DGA entre os anos de 2014 e 2018.

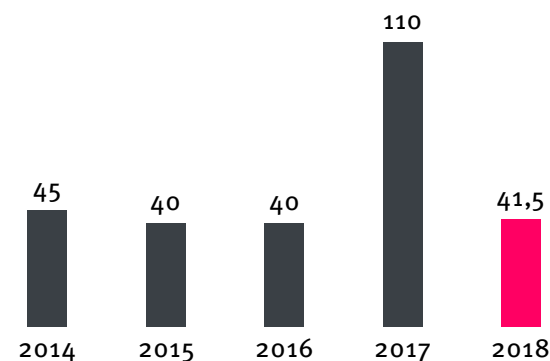


Gráfico 38 - Quantidade de poliestireno expandido destinados corretamente pelo DGA entre 2014 e 2018

Fontes: UFMG/PRA/DGA

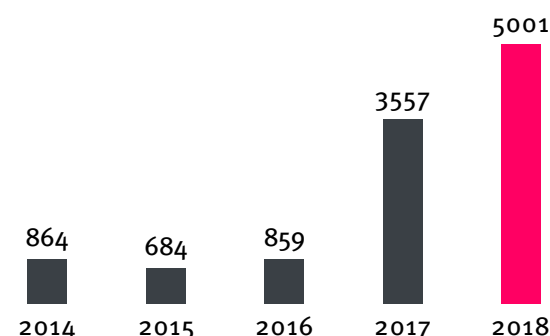


Gráfico 39 - Quantitativo de toners destinados adequadamente pelo DGA entre 2014 e 2018

Fontes: UFMG/PRA/DGA

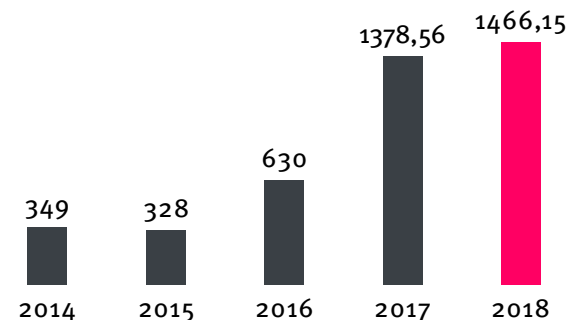


Gráfico 40 - Quantitativo de pilhas e baterias destinadas adequadamente pelo DGA entre 2014 e 2018

Fontes: UFMG/PRA/DGA

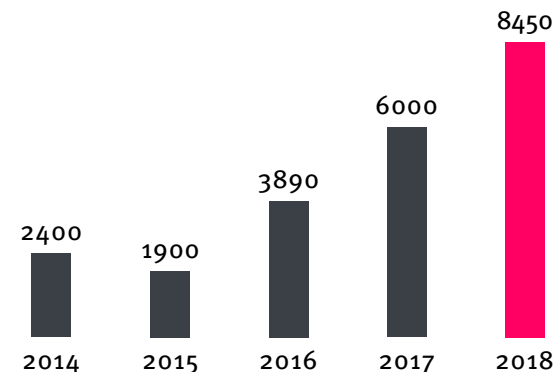


Gráfico 41 - Quantitativo de resíduos eletrônicos destinados adequadamente pelo DGA entre 2014 e 2018

Fontes: UFMG/PRA/DGA

As lâmpadas fluorescentes queimadas, provenientes das instalações físicas dos campi Pampulha, Saúde e ICA, também possuem seu descarte gerenciado pelo Departamento de Gestão Ambiental. Atualmente, são encaminhadas para descontaminação, realizada por empresa especializada, aproximadamente 30.000 lâmpadas fluorescentes por ano. O Gráfico abaixo mostra o quantitativo (em unidades) de lâmpadas fluorescentes destinadas adequadamente.

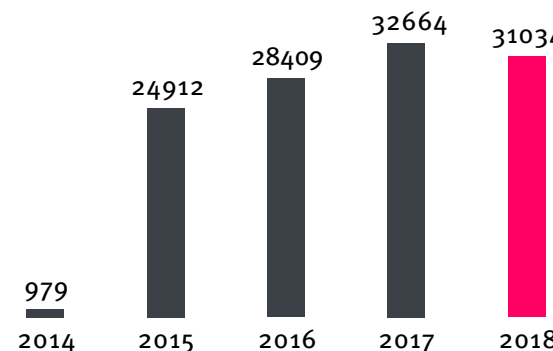


Gráfico 42 - Quantitativo de lâmpadas destinadas adequadamente pelo DGA entre 2014 e 2018

Fontes: UFMG/PRA/DGA

Com relação às recomendações do Decreto nº 7.746/2012 referentes à prática de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços, a UFMG apresenta as seguintes considerações.

- O contrato de reprografia prevê o recolhimento de carcaças de cartuchos e toners para impressoras adquiridos por meio de licitações públicas e a impressão centralizada de documentos acarretou a diminuição da aquisição de impressoras e seus suprimentos.
- Os produtos de limpeza, utilizados pela UFMG e fornecidos pela empresa responsável pelo contrato de limpeza e desinfecção nos prédios e áreas comuns da Universidade, atendem à exigência de que sejam biodegradáveis. A contratação de serviço de limpeza tem cláusula que trata especificamente de sustentabilidade ambiental, nos termos do Anexo V da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº2, de 30/04/2008, e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº1, de 19/01/2010, que prevê a coleta dos resíduos recicláveis descartados pela Administração; o acondicionamento adequado e de forma diferenciada dos resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis; a otimização da utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição; a orientação para se evitar o desperdício de água tratada e utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que

possível (águas de chuva, poços cuja água certificadamente não esteja contaminada por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros), entre outros.

A Divisão de Áreas Verdes do Departamento de Gestão Ambiental adota, desde 2004, o aproveitamento de podas de árvores e restos de grama, com a geração de adubos orgânicos por meio do processo de compostagem. A reutilização desse material nos gramados e jardins da própria Universidade diminuiu a aquisição e utilização de adubos químicos. Na especificação feita pelo DLO para a aquisição de veículos é exigido que sejam bicom bustíveis. Os veículos devem estar em conformidade com o Programa de Controle de Poluição de Ar por Veículos Automotores (PROCONVE) e as emissões de gases e poluentes dos veículos devem estar enquadradas nos padrões mínimos exigidos pelas legislações de proteção ambiental. Os registros de preços para aquisição de mobiliário para diversas Unidades Gestoras da UFMG são feitos respeitadas as especificações elaboradas pelo Departamento de Planejamento e Projetos em seu Caderno de Especificação de Mobiliário. O caderno foi elaborado levando em consideração as normas de ergonomia, durabilidade e qualidade dos produtos que devem ser fabricados de acordo com as normas técnicas aplicáveis a cada um dos itens. O Departamento de Gestão Ambiental da UFMG

atua ainda no controle do consumo e custo quinzenal e mensal de água, identificando as principais causas de ocorrência de anormalidades e/ou de valores de consumo elevados, e acionamento do Departamento de Manutenção e Operação da Infraestrutura da UFMG (DEMAI).

Com relação à gestão de resíduos, a UFMG tem expandido a implementação de uma política de gestão de resíduos realmente efetiva na Universidade, com a ampliação do envolvimento do corpo discente, docente e administrativo nas campanhas de coletas e destinação correta de materiais recicláveis. A UFMG vem fortalecendo a rede de gestores de resíduos nas unidades, composta de profissionais capacitados, com o objetivo de garantir a ampla articulação entre o Departamento de Gestão Ambiental, as unidades acadêmicas e administrativas da UFMG e os órgãos fiscalizadores. Os gestores de resíduos nas Unidades têm atuado junto aos pesquisadores e professores geradores de resíduos químicos e biológicos para a correta segregação visando o tratamento e a disposição final correta dos resíduos gerados nas atividades de ensino e pesquisa.

No tocante à drenagem pluvial, podem ser identificadas algumas ações, como a elaboração de um modelo hidrológico do *campus* Pampulha para subsidiar as definições necessárias às novas

construções e o conhecimento do seu impacto, bem como possibilitar o desenvolvimento de estudos relativos às adequações nos sistemas de macro e micro drenagem e a elaboração de um plano de alerta e contingenciamento de inundações e de um cadastro completo do sistema de microdrenagem e desenvolvimento de estudos indicativos das correções necessárias, principalmente nas regiões de reduzidas declividades.

Diversos são os desafios colocados e as metas a serem perseguidas, tanto em termos de objetivos físicos, operacionais, como em termos de melhoria dos procedimentos de gestão das áreas verdes, que envolvem o georeferenciamento das áreas gramadas, da arborização dos *campi*, dos jardins e jardineiras, com contratação e treinamento de equipe; plantio de mudas para adensamento e enriquecimento vegetal de fragmentos florestais; melhoria nas condições de abastecimento de água, aproveitamento das águas de chuva na irrigação desses jardins em cada Unidade, implantação de sistemas de irrigação automática nos jardins das unidades acadêmicas e administrativas e menor uso de agrotóxicos por maior utilização de produtos e práticas alternativas.

7 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 Declaração do contador	67
7.2 Demonstrações contábeis	68
7.3 Notas explicativas.....	74

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

1 O Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF atua como Setorial de Contabilidade, em conformidade com o inciso II do artigo 16 da Lei 10.180 de 06/02/2001 e com o §1º, inciso II do artigo 6º do Decreto 6.976 de 07/10/2009 e é responsável técnico pela execução orçamentária, financeira e patrimonial da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

Esta declaração leva em conta as demonstrações contábeis do órgão Universidade Federal de Minas Gerais da administração indireta, ligada ao Ministério da Educação, tendo como base as seguintes unidades acadêmicas e administrativas.

Administração Geral	Faculdade de Direito
Biblioteca Universitária	Faculdade de Educação
Centro Computação	Faculdade de Farmácia
Centro de Apoio à Educação à Distância	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Centro de Comunicação	Faculdade de Letras
Centro Esportivo Universitário	Faculdade de Medicina
Centro Pedagógico	Faculdade de Odontologia
Colégio Técnico	Hospital Clínicas
Departamento de Obras	Imprensa Universitária
Departamento Manutenção	Instituto de Ciências Agrárias
Operações Infraestrutura	Instituto de Ciências Biológicas
Diretoria de Ação Cultural	Instituto de Ciências Exatas
Editora	Instituto de Geociências
Escola de Arquitetura	Laboratório de Computação Científica
Escola de Belas Artes	
Escola de Ciência da Informação	Museu de História Natural
Escola de Enfermagem	Pro-Reitoria de Administração
Escola de Engenharia	Pro-Reitoria de Extensão
Escola de Música	Pro-Reitoria de Graduação
Escola de Veterinária	Pro-Reitoria de Pesquisa
Escola Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional	Pro-Reitoria de Planejamento
Faculdade de Ciências Econômicas	Pro-Reitoria de Pós-Graduação
	Universidade Federal de Minas Gerais

A conformidade contábil das demonstrações da UFMG é realizada pelo DCF após cada unidade acadêmica e administrativa, por meio de seu contador responsável, realizar a conformidade contábil no âmbito de cada unidade gestora, de acordo com procedimentos previstos no Manual SIAFI, com vistas a assegurar a integridade, a fidedignidade e a confiabilidade das informações contábeis produzidas no Sistema de Administração Financeira – SIAFI relativas à execução orçamentária, financeira e patrimonial.

As Demonstrações Contábeis da UFMG são as seguintes:

- Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos da instituição.
- Balanço Orçamentário – evidencia a execução orçamentária da instituição, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada.
- Balanço Financeiro e Demonstração do Fluxo de Caixa – evidenciam o fluxo financeiro da instituição no período, ou seja, as entradas em confronto com as saídas de recursos.
- Demonstração das Variações Patrimoniais – evidencia a apuração do resultado patrimonial do período, confrontando as variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a lei 4.320/64, a Lei complementar 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª edição – MCASP e o Manual SIAFI.

Avanços: Cabe ressaltar que, no exercício de 2018, houve alguns avanços na qualidade das informações contábeis da UFMG, dentre elas:

- Melhoria nos procedimentos relativos à observância do regime de competência e anualidade orçamentária na execução da despesa pública;
- Apuração e registro de créditos a receber de entes públicos em conformidade com o Manual SIAFI;
- Melhoria na evidenciação de ativos e passivos, principalmente os relacionados à folha de pessoal.
- Avaliação das funcionalidades do Sistema Integrado de Administração de Serviço – SIADS para propor a aquisição e implantação no âmbito desta Universidade.

Ressalvas: Os bens imóveis necessitam de reavaliação, em conformidade com as orientações da Subsecretaria de Contabilidade Pública/STN, de forma a atender ao processo de convergência às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP quanto a correta evidenciação de ativos da entidade.

Os bens móveis são controlados por sistema interno que necessita de adaptações para atendimento à NBCASP, bem como ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

A depreciação foi implantada no exercício de 2010 pelo método das quotas constantes, em conformidade com as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, porém os bens adquiridos até 2009 permanecem com valores históricos, não configurando uma base monetária confiável para a aplicação dos procedimentos de depreciação, necessitando de adequação pela reavaliação.

Considerando os avanços realizados, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstração dos Fluxos de Caixa, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2018, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial da UFMG, exceto no tocante as ressalvas apontadas.

Belo Horizonte, 30 de janeiro de 2019.

Elizio Marcos dos Reis
CRC-MG o89.679/O-4
Contador Responsável da UFMG

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2 As Demonstrações Contábeis da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Atendem também às Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica ao Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª edição e o Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional.

As demonstrações contábeis consolidam as informações de todas as unidades gestoras vinculadas à UFMG e são elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). As estruturas e a composição das demonstrações contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras com base no modelo PCASP. As notas explicativas são referentes às seguintes demonstrações contábeis:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

Moeda funcional: A moeda funcional utilizada é o Real. As Demonstrações Contábeis da UFMG não apresentam registros em moeda estrangeira.

Caixa e equivalentes de caixa: São os valores disponíveis em caixa da conta única do Tesouro Nacional. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Créditos a curto prazo: Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos concedidos; (ii) créditos por danos ao patrimônio; (iii) outros créditos a receber e valores a curto prazo; e (iv) ajuste para perda demais créditos e valores a curto prazo. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original e, quando aplicável, acrescido das atualizações monetárias e juros.

Estoques: Compreendem os materiais estocados em almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é

o custo médio ponderado. Há também a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante contas de ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

Ativo realizável a longo prazo: Compreendem os direitos a receber a longo prazo com depósitos compulsórios e créditos a receber. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e são acrescidos das atualizações e correções monetárias.

Investimento: Compreendem os valores de Participações em Empresas do Sistema de Telecomunicação e Energia Elétrica, avaliados e mensurados pelo valor de custo e atualizados a valor de mercado quando há mudança significativa dos valores registrados em comparação com as negociações no mercado.

Imobilizado: O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou

produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangível: Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*Impairment*).

Depreciação de bens móveis: A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável para os bens móveis o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes,

admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de bens imóveis: O valor depreciado dos bens imóveis é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação é iniciada no mesmo dia em que o bem é colocado em condições de uso. A vida útil é definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Passivo circulante: As obrigações de curto prazo da UFMG são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

O passivo circulante apresenta a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar; e (iv) demais obrigações.

Passivo não circulante: As obrigações de longo prazo da UFMG são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

O passivo não circulante é composto por obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais.

Apuração do resultado: No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados.

Resultado patrimonial: A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para UFMG e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios

econômicos para a UFMG, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado orçamentário: O regime orçamentário da UFMG, como o dos demais órgãos da União, segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964, em que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado financeiro: O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades de caixa da UFMG. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Quadro 7 - Balanço Patrimonial

		R\$	
ATIVO	NE	2018	2017
Ativo Circulante		209.170.342,68	99.818.840,85
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	179.919.098,89	70.063.099,96
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	02	16.811.383,39	9.836.727,42
Estoques	03	12.439.860,40	19.919.013,47
Ativo Não Circulante		1.500.476.595,25	1.480.209.123,30
Ativo Realizável a Longo Prazo	04	4.279.451,23	847.216,63
Clientes		3.431.484,60	
Demais Créditos		847.966,63	847.216,63
Investimentos	05	658.960,30	658.960,30
Imobilizado	06	1.494.548.376,96	1.477.379.077,68
Bens Móveis		404.235.463,49	380.402.255,45
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis		(93.853.096,95)	(76.340.391,79)
Bens Imóveis		1.186.981.686,08	1.175.037.943,82
(-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis		(2.815.675,66)	(1.720.729,80)
Intangível	07	989.806,76	1.323.868,69
TOTAL DO ATIVO		1.709.646.937,93	1.580.027.964,15
PASSIVO	NE	2018	2017
Passivo Circulante		170.990.564,15	29.805.132,63
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	08	129.946.237,19	16.521,78
Fornecedores e Contas a Pagar	09	20.407.059,35	27.386.365,86
Demais Obrigações a Curto Prazo	10	20.637.267,61	2.402.244,99
Passivo Não Circulante		2.679.630,65	
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	11	2.679.630,65	
TOTAL DO PASSIVO		173.670.194,80	29.805.132,63
Patrimônio Líquido	12	1.535.976.743,13	1.550.222.831,52
Resultados Acumulados		1.535.976.743,13	1.550.222.831,52
TOTAL PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.709.646.937,93	1.580.027.964,15

Fonte: SIAFI 2018

Quadro 8 - Demonstração das Variações Patrimoniais

R\$			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	2018	2017
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	12	27.673.491,95	24.259.488,25
Venda de Mercadorias		1.266.868,68	1.609.730,58
Vendas de Produtos		137.193,00	268.660,20
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		26.269.430,27	22.381.097,47
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		1.375.575,51	1.543.630,77
Juros e Encargos de Mora		4.072,32	4.980,86
Variações Monetárias e Cambiais		1.134,64	1.676,73
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		1.370.368,55	1.536.973,18
Transferências e Delegações Recebidas	13	3.064.279.460,08	3.091.540.650,09
Transferências Intragovernamentais		3.048.214.222,94	3.048.993.626,25
Transferências Intergovernamentais		1.373.521,16	11.009.780,63
Transferências das Instituições Privadas		2.000,00	69.876,68
Outras Transferências e Delegações Recebidas		14.689.715,98	31.467.366,53
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	14	78.639.914,93	9.061.685,68
Reavaliação de Ativos		75.574.268,80	775.737,50
Ganhos com Alienação		231.800,00	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		2.472.678,08	8.202.829,23
Ganhos com Desincorporação de Passivos		361.168,05	83.118,95
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	15	5.673.636,49	4.347.813,89
Resultado Positivo de Participações		6.902,55	13.975,04
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		5.666.733,94	4.333.838,85
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		3.177.642.078,96	3.130.753.268,68
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	2018	2017
Pessoal e Encargos		1.215.103.274,35	1.212.663.847,00
Remuneração a Pessoal		952.516.490,26	951.545.703,09
Encargos Patronais		189.735.286,03	187.108.823,48
Benefícios a Pessoal		72.821.219,53	73.976.745,71
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		30.278,53	32.574,72

Benefícios Previdenciários e Assistenciais	16	815.587.627,65	755.497.099,56
Aposentadorias e Reformas		689.198.585,66	635.410.366,41
Pensões		125.604.997,57	119.419.695,46
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		784.044,42	667.037,69
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		318.498.859,42	384.458.296,13
Uso de Material de Consumo		57.866.445,76	99.594.587,17
Serviços		241.400.753,87	266.500.789,46
Depreciação, Amortização e Exaustão		19.231.659,79	18.362.919,50
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	17	1.542.481,72	602.476,65
Juros e Encargos de Mora		1.540.477,71	600.714,40
Descontos Financeiros Concedidos		2.004,01	1.762,25
Transferências e Delegações Concedidas	18	714.843.168,26	618.148.887,47
Transferências Intragovernamentais		670.569.158,79	595.130.681,14
Transferências Intergovernamentais		39.014.763,74	10.588.547,87
Transferências a Instituições Privadas		48.316,47	30.361,27
Transferências ao Exterior		196.012,62	79.805,33
Outras Transferências e Delegações Concedidas		5.014.916,64	12.319.491,86
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	19	82.419.843,34	12.118.856,88
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		2.554,05	1.676,73
Perdas Involuntárias		3.763.622,56	2.027.646,41
Incorporação de Passivos		239.921,47	4.364.138,53
Desincorporação de Ativos		78.413.745,26	5.725.395,21
Tributárias		6.080.506,72	5.772.804,84
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		59.951,54	60.014,26
Contribuições		6.020.555,18	5.712.790,58
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		40.808.575,83	40.436.817,73
Premiações		1.537,50	2.841,40
Incentivos		40.376.485,38	39.678.856,02
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		430.552,95	755.120,31
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		3.194.884.337,29	3.029.699.086,26
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		(-17.242.258,33)	101.054.182,42

Fonte: SIAFI 2018

Quadro 9 - Balanço Orçamentário

					R\$
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Receitas Correntes	20	39.738.353,00	39.738.353,00	37.702.032,00	-2.036.321,00
Receita Patrimonial		6.942.782,00	6.942.782,00	11.642.293,53	4.699.511,53
Receita Agropecuária		20.600,00	20.600,00	14.034,00	-6.566,00
Receita Industrial		179.028,00	179.028,00	137.193,00	-41.835,00
Receitas de Serviços		22.012.930,00	22.012.930,00	18.919.497,49	-3.093.432,51
Transferências Correntes		10.373.723,00	10.373.723,00	1.375.521,16	-8.998.201,84
Outras Receitas Correntes		209.290,00	209.290,00	5.613.492,82	5.404.202,82
Receitas de Capital	21	140.000,00	140.000,00	231.800,00	91.800,00
Alienação de Bens		140.000,00	140.000,00	231.800,00	91.800,00
SUBTOTAL DE RECEITAS		39.878.353,00	39.878.353,00	37.933.832,00	-1.944.521,00
DEFICIT	23			2.378.010.683,56	2.378.010.683,56
TOTAL		39.878.353,00	39.878.353,00	2.415.944.515,56	2.376.066.162,56

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	22	2.186.717.126,00	2.300.405.497,00	2.383.306.180,44	2.332.567.725,74	2.180.693.378,99	-82.900.683,44
Pessoal e Encargos Sociais		1.872.592.775,00	1.984.447.346,00	1.953.923.280,40	1.953.606.391,22	1.825.279.351,11	30.524.065,60
Outras Despesas		314.124.351,00	315.958.151,00	429.382.900,04	378.961.334,52	355.414.027,88	-113.424.749,04
DESPESAS DE CAPITAL		21.831.262,00	13.371.973,00	32.638.335,12	11.660.101,54	11.595.439,26	-19.266.362,12
Investimentos		21.831.262,00	13.371.973,00	32.638.335,12	11.660.101,54	11.595.439,26	-19.266.362,12
SUBTOTAL DAS DESPESAS		2.208.548.388,00	2.313.777.470,00	2.415.944.515,56	2.344.227.827,28	2.192.288.818,25	-102.167.045,56
TOTAL		2.208.548.388,00	2.313.777.470,00	2.415.944.515,56	2.344.227.827,28	2.192.288.818,25	-102.167.045,56

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	24	3.235.654,82	11.423.534,80	11.075.144,72	1.704,83	3.582.340,07
Pessoal e Encargos Sociais		-	21.059,52	21.059,52	-	-
Outras Despesas Correntes		3.235.654,82	11.402.475,28	11.054.085,20	1.704,83	3.582.340,07
DESPESAS DE CAPITAL		4.585.900,00	451.279,16	241.963,46	-	4.795.215,70
Investimentos		4.585.900,00	451.279,16	241.963,46	-	4.795.215,70
TOTAL		7.821.554,82	11.874.813,96	11.317.108,18	1.704,83	8.377.555,77

Quadro 10 - Balanço Financeiro

R\$			
INGRESSOS	NE	2018	2017
Receitas Orçamentárias	25	37.933.832,00	38.966.749,44
Ordinárias		395,00	8.761,53
Vinculadas		47.006.618,72	46.953.231,64
Alienação de Bens e Direitos		235.515,99	
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		46.771.102,73	46.953.231,64
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-9.073.181,72	-7.995.243,73
Transferências Financeiras Recebidas		3.047.981.639,38	3.048.952.675,17
Resultantes da Execução Orçamentária		2.913.598.559,89	2.926.136.386,15
Independentes da Execução Orçamentária		134.383.079,49	122.816.289,02
Recebimentos Extraorçamentários		228.042.481,45	126.114.210,94
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		151.939.009,03	11.283.788,43
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		71.716.688,28	112.118.139,22
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		4.355.677,98	712.968,50
Outros Recebimentos Extraorçamentários		31.106,16	1.999.314,79
Saldo do Exercício Anterior		70.063.099,96	45.257.109,45
Caixa e Equivalentes de Caixa		70.063.099,96	45.257.109,45
TOTAL		3.384.021.052,79	3.259.290.745,00
DISPÊNDIOS	NE	2018	2017
Despesas Orçamentárias	26	2.415.944.515,56	2.493.369.364,61
Ordinárias		1.871.845.899,59	253.990.855,60
Vinculadas		544.098.615,97	2.239.378.509,01
Transferências Financeiras Concedidas		670.336.575,23	595.089.730,06
Resultantes da Execução Orçamentária		593.868.268,71	544.819.785,98
Independentes da Execução Orçamentária		76.468.306,52	50.269.944,08
Despesas Extraorçamentárias		117.820.863,11	100.768.550,37
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		11.317.108,18	22.633.844,80
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		102.092.958,02	77.465.493,31
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		4.410.796,91	669.212,26
Saldo para o Exercício Seguinte	27	179.919.098,89	70.063.099,96
Caixa e Equivalentes de Caixa		179.919.098,89	70.063.099,96
TOTAL		3.384.021.052,79	3.259.290.745,00

Fonte: SIAFI 2018

Quadro 11 - Demonstração de Fluxo de Caixa

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	NE	2018	2017
INGRESSOS		3.090.070.455,52	3.090.631.707,90
Receitas Derivadas e Originárias		36.326.510,84	27.887.092,13
Transferências Correntes Recebidas		1.375.521,16	11.079.657,31
Outros Ingressos das Operações		3.052.368.423,52	3.051.664.958,46
DESEMBOLSOS		-2.947.602.226,75	-3.031.785.272,50
Pessoal e Demais Despesas		-2.041.639.974,51	-2.194.752.532,05
Transferências Concedidas		-231.214.880,10	-241.273.798,13
Outros Desembolsos das Operações		-674.747.372,14	-595.758.942,32
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	28	142.468.228,77	58.846.435,40
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	NE	2018	2017
INGRESSOS		231.800,00	-
Alienação de Bens		231.800,00	-
DESEMBOLSOS		-32.844.029,84	-34.040.444,89
Aquisição de Ativo Não Circulante		-32.332.832,79	-33.677.949,43
Outros Desembolsos de Investimentos		-511.197,05	-362.495,46
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	29	-32.612.229,84	-34.040.444,89
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		109.855.998,93	24.805.990,51
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		70.063.099,96	45.257.109,45
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		179.919.098,89	70.063.099,96

Fonte: SIAFI 2018

NOTAS EXPLICATIVAS

3

BALANÇO PATRIMONIAL

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa: O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa da UFMG, em 31/12/2018, apresentou variação horizontal positiva de aproximadamente 156% em relação ao mesmo período de 2017. A adoção de um novo fluxo de emissão de ordens bancárias e de transferências financeiras, implementada pela STN, que ocorreu no dia 31/12/2018, influenciou essa variação. Com a mudança, o saldo para pagamento da folha de pessoal ficou disponível em Caixa durante o encerramento do exercício, sendo liberando apenas a partir de 02/01/2019. Nos pagamentos da folha de pessoal, anteriores à 31/12/2018, as ordens bancárias eram geradas na mesma data do pagamento no SIAFI, ocorrendo a transferência imediata de recursos financeiros aos bancos. Entretanto, com a adoção do novo fluxo, as ordens bancárias e o repasse do recurso financeiro passaram a ser geradas apenas no primeiro dia útil posterior ao pagamento.

Nota 02 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo: Em 31/12/2018 este grupo de contas sofreu um aumento de aproximadamente 71% em relação a 31/12/2017, conforme apresentado pela Tabela 2. A redução do saldo das contas “13º Salário Adiantamento” e o aumento de “Salários e Ordenados – Pagamento Antecipado” são justificados pela mudança estabelecida pelo acórdão 1322/2018 – TCU e pelo Ofício Circular nº 6/2018 encaminhado pela Coordenação de Contabilidade da STN, alterando a forma de registro das provisões para pagamento de 13º salário e adiantamento de férias de servidores e empregados públicos, conforme já havia sido relatado nas notas explicativas do terceiro trimestre de 2018. Com esta mudança os órgãos e entidades passaram a efetuar a apropriação mensal e por competência, das

parcelas duodecimais relativas aos pagamentos do abono constitucional (1/3) de férias e do 13º salário, conforme determinam as normas contábeis vigentes.

Tabela 2 - Demais Créditos e Valores de Curto Prazo (R\$)

Contas Contábeis	2018	2017	AH%	AV%
13º Salário – Adiantamento	6.995.221,56	7.274.256,37	-3,84	41,61
Adiantamento de Férias	6.813.062,94	-	-	40,53
Salários e Ordenados - Pgto. Antecipado	2.658.070,64	1.735.517,72	53,16	15,81
Crédito a Receber por Folha de Pagamentos	4.611,07	4.611,07	0,00	0,03
Crédito a Receber por Dano ao Patrimônio	18.620,13	17.485,49	6,49	0,11
Crédito a Receber por Dolo, Má-fé ou Fraude	1.475.165,60	1.475.165,60	0,00	8,77
Crédito a Receber por Cessão de Pessoal - Estado	178.239,25	703.195,96	-74,65	1,06
Crédito a Receber por Cessão de Pessoal - Município	162.177,93	119.146,30	36,12	0,96
(-) Ajuste para Perdas	(1.493.785,73)	(1.492.651,09)	0,08	-8,89
Total	16.811.383,39	9.836.727,42	70,90	100,00

Fonte: Siafi, 2017 e 2018

Nota 03 – Estoques: Nesta rubrica, que se refere aos materiais de consumo utilizados pela UFMG, em 31/12/2018 apresentou uma variação negativa, em relação ao ano de 2017, de 37,55%, o que representa nominalmente o valor R\$ 7.479.153,07, devido a movimentação usual dos estoques pelo consumo, principalmente no Hospital das Clínicas – HCL que não está repondo o estoque na UFMG e sim na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares EBSEH, em função do contrato de gestão plena do HCL da UFMG pela Empresa.

Nota 04 – Ativo Realizável de Longo Prazo: Nesse grupo possui registrado, em 2018 o valor de R\$ 3.431.484,60 que se refere a créditos que a UFMG possui com o Estado de Minas Gerais relacionado a atividades prestadas na Faculdade de Medicina em exercícios anteriores, mas que ainda não foram quitadas. Além desse, há ainda um valor referente a Depósitos Compulsórios de Veículos e Depósitos Compulsórios de Combustíveis que soma R\$ 847.966,63. Em 2018 foi encaminhado à Procuradoria Jurídica da UFMG consulta sobre a sustentação jurídica da permanência do registro, uma vez que vislumbra não gerar benefícios econômicos futuros, conforme preconiza a contabilidade. Portanto, esse item especificamente está em análise no âmbito da Universidade.

Nota 05 – Investimentos: O valor de R\$ 658.960,30 (seiscentos e cinquenta e oito mil, novecentos e sessenta reais e trinta centavos) registrado na rubrica Participações em Empresas pelo Método do Custo, refere-se às ações do Sistema de Telecomunicação e aos investimentos em ações da Companhia Energética de Minas Gerais. Os valores permanecem no patamar de 2017.

Nota 06 – Imobilizado: Conforme dados da Tabela 3, o Ativo Imobilizado da UFMG possuía um saldo de R\$ 1.477.379.077,68 em 31/12/2017 e, em 31/12/2018 registrou um saldo de R\$ 1.494.548.376,96, resultando assim em uma variação positiva de 1,16%.

O imobilizado da UFMG é composto pelos bens móveis e imóveis e, são reconhecidos tendo por base seu valor de aquisição ou construção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação. Os métodos de reavaliação e redução a valor recuperável (*Impairment*) ainda não foram adotados pela UFMG.

Na tabela a seguir é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os períodos de 31/12/2017 e 31/12/2018.

Tabela 3 - Passivo Imobilizado – Composição

Posição em:	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)
Bens Móveis			
(+) Valor Bruto Contábil	404.235.463,49	380.402.255,45	6,27
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(93.853.096,95)	(76.340.391,79)	22,94
Bens Imóveis			
(+) Valor Bruto Contábil	1.186.981.686,08	1.175.037.943,82	0,92
(-) Depr. /Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(2.815.675,66)	(1.720.729,80)	63,63
Total	1.494.548.376,96	1.477.379.077,68	1,16

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Bens Móveis: Os Bens Móveis da UFMG, em 31/12/2018 totalizaram R\$ 310.382.366,54 e encontram-se distribuídos em vários grupos de bens, conforme os dados da Tabela 4.

Tabela 4 - Bens Móveis – Composição

Posição em:	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)	AV (%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	171.820.231,42	161.331.030,60	6,50	55,36
Bens de Informática	79.552.179,50	76.455.297,76	4,05	25,63
Móveis e Utensílios	50.194.033,69	48.109.426,82	4,33	16,17
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	65.526.335,75	61.329.616,63	6,84	21,11
Veículos	17.591.556,66	17.591.182,67	0,00	5,67
Bens Móveis em Andamento	18.758.778,80	14.944.080,72	25,53	6,04
Bens Móveis em Almoxarifado	52.998,45	52.998,45	0,00	0,02
Armamentos	1.704,00	1.704,00	0,00	0,00
Demais Bens Móveis	737.645,22	586.917,80	25,68	0,24
Depreciação / Amortização Acumulada	(93.853.096,95)	(76.340.391,79)	22,94	-30,24
Total	310.382.366,54	304.061.863,66	2,08	100,00

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

A variação positiva de 25,53%, no grupo Bens Móveis em Andamento, apresentado pela Tabela 4, pode ser explicada pela ocorrência de incorporações de importações em andamento, com destaque para o processo de importação iniciado pela Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG em 20/12/2018, no valor de R\$ 3.526.310,76 para aquisição de piso sintético de padrão olímpico, modelo MONDOTRACK/WS, visando à substituição do piso deteriorado que se encontra instalado na pista de Atletismo do CTE da UFMG.

Dos Bens Móveis registrados na UFMG, 42,50% referem-se a Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, o qual é composto pelos bens detalhados na Tabela 5, com destaque para os Equipamentos/Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares no valor de R\$ 120.662.818,87, que representa 70,23% dos equipamentos registrados. Cabe ressaltar que este montante se justifica pelo fato da UFMG manter em sua estrutura o HCL.

Tabela 5 - Composição Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas

Posição em:	31/12/2018	AV (%)
Equipam/Utensílios Médicos, Odontológicos, Lab. e Hosp.	120.662.818,87	70,23
Aparelhos de Medição e Orientação	19.689.150,16	11,46
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	11.063.526,38	6,44
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	3.748.311,91	2,18
Equipamento de Proteção, Segurança	3.578.120,05	2,08
Máquinas, Ferramentas e Utensílios	3.499.163,01	2,04
Máquinas e Equipamentos Energéticos	2.704.749,63	1,57
Máquinas e Utensílios Agropecuário/Rodoviário	1.977.276,19	1,15
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	1.866.088,04	1,09
Demais Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	3.031.027,18	1,76
Total	171.820.231,42	100,00

Fonte: SIAFI, 2018.

Ainda em relação aos Bens Móveis, seu controle é feito no Sistema Interno denominado SICPAT, que necessita de adaptações para atendimento a NBCASP, bem como ao novo plano de contas da União. Em decorrência dessas necessidades, a Universidade retomou estudos para adoção de um novo sistema de controle de bens móveis para substituição do Sistema SICPAT, estão sendo avaliadas alternativas, como o Sistema SIADS desenvolvido pelo SERPRO. Diante disto, os bens móveis não refletem integralmente a realidade patrimonial deste órgão, pois os procedimentos patrimoniais de reavaliação e redução a valor recuperável, ainda não estão sendo adotados pela UFMG.

Bens Imóveis: Os Bens Imóveis da UFMG, em 31/12/2018, totalizam R\$ 1.184.166.010,42 e estão distribuídos em contas contábeis, conforme demonstrado na Tabela 6.

Tabela 6 - Bens Imóveis – Composição

Posição em:	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)	AV (%)
Bens de Uso Especial	1.132.510.227,60	1.056.937.378,21	7,15	95,64
Bens Imóveis em Andamento	50.729.953,34	116.913.403,71	-56,61	4,28
Instalações	3.741.505,14	1.187.161,90	215,16	0,32
Depreciação / Amortização Acumulada	(2.815.675,66)	(1.720.729,80)	63,63	-0,24
Total	1.184.166.010,42	1.173.317.314,02	0,92	100,00

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Os Bens de Uso Especial correspondem a aproximadamente 95% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial da Universidade Federal de Minas Gerais, perfazendo o montante de R\$ 1.132.510.227,60 em 31/12/2018 a valores brutos, ou seja, desconsiderando o valor da depreciação acumulada.

Os Bens de Uso Especial, compreendem os bens, tais como edifícios ou terrenos, destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal. Na UFMG são constituídos por Imóveis de Uso Educacional, fazendas, edifícios, dentre outros. Em 31/12/2018 houve um aumento de 7,15% no saldo de Bens de Uso Especial, comparado ao mesmo período de 2017. Esta variação refere-se ao grupo Imóveis de Uso Educacional, que teve um aumento de 8,22%, em decorrência do registro no SPIUnet de obras com aceitação definitiva, no valor de R\$ 75.572.849,39. Cabe destacar que os Imóveis de Uso Educacional totalizaram em 31/12/2018 o montante de R\$ 995.385.155,30, correspondendo a aproximadamente 88% dos Bens de Uso Especial da UFMG, conforme demonstrado a seguir na Tabela 7.

Tabela 7 - Bens de Uso Especial – Composição

Posição em:	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)	AV (%)
Fazendas, Parques e Reservas	12.949.948,23	12.949.948,23	0,00	1,14
Imóveis de Uso Educacional	995.385.155,30	919.812.305,91	8,22	87,89
Edifícios	11.492.084,01	11.492.084,01	0,00	1,01
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	112.683.040,06	112.683.040,06	0,00	9,95
Total	1.132.510.227,60	1.056.937.378,21	7,15	100,00

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

A conta contábil que apresenta os bens imóveis do subgrupo Instalações representa bens a serem incorporados nos Bens de Uso Especial após o término de sua construção, aumentando assim a vida útil de um bem imóvel existente ou novo. Esta conta contábil apresentou, em 31/12/2018, uma variação positiva de aproximadamente 215%, se comparado com 31/12/2017, e este fato se deve à apropriação das despesas referente à melhoria e adequação da infraestrutura dos laboratórios do Departamento de Química do ICEx no valor de R\$ 2.470.122,53.

O saldo da conta Bens Imóveis em Andamento corresponde às Obras em Andamento na UFMG, representando o total acumulado das apropriações das despesas com a realização dessas obras. Conforme a Tabela 6, houve uma redução de aproximadamente 57% da conta de Bens Imóveis em Andamento, em decorrência do encerramento e posterior inclusão no SPIUnet, relativo às seguintes obras.

- Ampliação de Unidade de Hematologia e Hemoterapia do Núcleo de Ações e Pesquisa e Apoio Diagnóstico – NUPAD: ampliação dos espaços laboratoriais da Faculdade de Medicina da UFMG/NUPAD, no valor de R\$ 4.741.497,84;
- Obra do Centro de Expansão do Instituto de Ciências Agrárias – ICA: construção do prédio para abrigar laboratórios e outras instalações relacionadas ao seu funcionamento, no ICA da UFMG, no valor de R\$ 2.353.939,69;
- Obra de Adaptação e Reforma da Portaria do Pavilhão Central de Aulas (PCA): reforma e adaptação da Nova Portaria para o PCA 1, da Escola de Engenharia, ligando o BLOCO 4 ao BLOCO 3, no valor de R\$ 60.230,13;
- Obra de Ampliação e Reestruturação dos Blocos G e H do Instituto de Ciências Biológicas – ICB: ampliação/reestruturação e melhorias dos Blocos “G” e “H” do ICB no valor de R\$ 7.996.034,24;
- Obra do Anexo U do Instituto de Ciências Exatas: serviços de Apoio à construção do intitulado “Anexo U do Instituto de Ciências Exatas”, e outras instalações do Departamento de Ciência da Computação, no valor de R\$ 14.559.690,95;

- Obra de Impermeabilização do Auditório do Instituto de Ciências Biológicas: impermeabilização de lajes e arrimos dos auditórios 01, 02, 03 e 04 do Instituto de Ciências Biológicas, no valor de R\$ 1.191.139,84;
- Construção do Prédio do Centro de Atividades Didáticas de Ciências Exatas (CAD 3): construção do Prédio do Centro de Atividades Didáticas das Ciências Exatas – CAD 3, no valor de R\$ 44.670.316,70.

Ainda em relação aos Bens Imóveis, de acordo com a Portaria conjunta da STN e da Secretária de Patrimônio da União – SPU de número 703, de 10 de dezembro 2014, foi definido que é atribuição da SPU adotar procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens Imóveis da União, Autarquias, e Fundações Públicas Federais. Neste sentido toda depreciação contabilizada foi realizada pela STN com base em relatório da SPU. Assim, entendemos também ser de responsabilidade da SPU, salvo disposições contrárias, realizar o teste de *Impairment* dos bens imóveis.

Nota 07 – Intangível: Todos os softwares registrados como intangíveis na UFMG até 31/12/2018 possuem vida útil definida e foram adquiridos através de compras, não havendo, portanto, até o momento, nenhum software obtido a título gratuito e ativos intangíveis com vida útil indefinida. Neste período a UFMG apresentou um saldo de R\$ 989.806,76 relacionados ao ativo intangível, o que representou redução de 25,23% comparado à 31/12/2017. Na Tabela 8 é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2018 e 2017.

Tabela 8 - Intangível – Composição

Posição em:	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)	AV (%)
Software com Vida Útil Definida	5.808.598,14	5.515.832,70	5,31	586,84
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	195.468,20	195.468,20	0,00	19,75
Amortização Acumulada	(5.014.259,58)	(4.387.432,21)	14,29	-506,59
Total Líquido	989.806,76	1.323.868,69	-25,23	100,00

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

No grupo dos ativos intangíveis, o subgrupo Software com Vida Útil Definida, sofreu um aumento de 5,31% comparando os saldos em 31/12/2018 com o de 31/12/2017. Este subgrupo representa 586,84% do grupo de ativos intangíveis, comparando valores líquidos (decrescidos da amortização acumulada).

O item Marcas, Direitos e Patentes - Vida Útil Definida, no valor de R\$ 195.468,20 representa o registro das patentes vigentes deferidas pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI.

Quanto ao registro da amortização acumulada dos ativos intangíveis, em virtude da ausência de um sistema informatizado adequado para o controle de bens, que atenda as regras de amortização mensais em conformidade com o MCASP 7ª edição, a UFMG realiza o controle dos saldos da amortização dos softwares em planilha do tipo Microsoft Excel e os registra no SIAFI apenas no encerramento do exercício, o que minimiza eventuais erros de lançamento.

Em virtude da ausência de um sistema de controle a UFMG ainda não realiza o teste de *Impairment* dos Ativos Intangíveis. Portanto, ainda não há uma metodologia definida para realização de tal teste. Importa ressaltar que os ativos intangíveis da UFMG são compostos por softwares adquiridos e marcas e patentes industriais registradas no INPI.

Nota 08 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo: Em 31/12/2018, essa rubrica apresenta um valor de R\$ 129.946.237,19 referente a despesas com pessoal que ficaram registrados para serem pagas no primeiro dia útil do ano de 2019, devido a mudanças implementadas pela STN na sistemática de pagamento da folha de pessoal em 2018. Assim, esse grupo representa, aproximadamente 75% do Passivo Circulante da UFMG em 2018.

Nota 09 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo: Em 31/12/2018 a UFMG apresentou um saldo de R\$ 20.407.059,35 relacionado a fornecedores e contas a pagar de curto prazo, conforme demonstrado na Tabela 9.

Tabela 9 - Fornecedores e Contas a Pagar – Composição

	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)
Circulante	20.407.059,35	27.386.365,86	-25,48
Nacionais	20.407.059,35	27.386.365,86	-
Total	20.407.059,35	27.386.365,86	-25,48

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017.

Como se pode observar também na Tabela 8, o total dos valores devidos de fornecedores e contas a pagar se refere somente a credores nacionais, os quais tiveram queda de pouco mais de 25% se comparados ao mesmo período de 2017. Esta redução está relacionada principalmente ao processo de transferência da execução orçamentária da unidade gestora HCL da UFMG, que possuía um volume maior de fornecedores a pagar em 2017, para a unidade gestora Ebserh HU/UFMG vinculada ao Órgão Ebserh.

Na Tabela 9 detalha-se, por unidades gestoras contratantes, aquelas com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de

31/12/2018. Estas unidades são responsáveis por 93,16% do total a pagar da UFMG.

Tabela 10 - Fornecedores e Contas a Pagar – Por Unidade Gestora Contratante

Posição em:	31/12/2018	AV (%)
UG 1 ESCOLA DE VETERINÁRIA/UFMG	7.733.801,77	37,90
UG 2 ADMINISTRAÇÃO GERAL/UFMG	3.417.448,57	16,75
UG 3 FACULDADE DE MEDICINA/UFMG	3.288.348,87	16,11
UG 4 HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UFMG	2.893.338,27	14,18
UG 5 ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA/UFMG	1.678.148,44	8,22
Demais UG’S	1.395.973,43	6,84
Total	20.407.059,35	100,00

Fonte: SIAFI, 2018.

Na Tabela 11, apresentada a seguir, relaciona-se os 4 fornecedores mais significativos e o saldo a pagar em 31/12/2018, sendo que o principal credor da UFMG é a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa, que representa quase 60% do total a ser pago.

Dentre as principais operações desses maiores fornecedores destaca-se que as fundações prestam serviços de apoio a projetos de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional, nos termos da Lei 8.958/94. Além disso, constam fornecedores de serviços terceirizados relacionados a limpeza, manutenção, conservação e vigilância.

Tabela 11 - Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor

		31/12/2018	AV (%)
A - 18.720.938/0001-41	FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	11.949.117,01	58,55
B - 17.027.806/0001-76	CONSERVO SERVIÇOS GERAIS LTDA	2.371.117,49	11,62
C - 16.629.388/0001-24	FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENS. PESQ. E EXT. - FEPE	1.681.821,44	8,24
D - 07.534.224/0001-22	TBI SEGURANÇA EIRELI	980.278,45	4,80
	DEMAIS FORNECEDORES	3.424.724,96	16,79
Total		20.407.059,35	100,00

Fonte: SIAFI, 2018.

Ainda em relação aos fornecedores constantes na Tabela 11, na Tabela 12 são detalhadas as transações de valores mais relevantes que compõem parte dos valores devidos aos mesmos em 31/12/2018.

Tabela 12 - Fornecedores – Principais Transações

Fornecedor	Objeto	Valor	Data de Referência
FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	a) Projeto Laboratório Nacional de Diagnóstico de Enfermidades de Animais Aquáticos.	7.733.801,77	31/12/2013
	b) TED 66/2018 - Escola de Enfermagem da UFMG	400.000,00	08/11/2018
	c) TED 136/2017 - Escola de Enfermagem da UFMG	300.000,00	24/09/2018
	d) TED'S diversos – Faculdade de Medicina da UFMG	3.198.503,81	Diversas
	e) TED 01/2018 – Faculdade de Educação da UFMG	259.838,05	21/12/2018
CONSERVO SERVIÇOS GERAIS LTDA	Prestação de Serviços de Limpeza e Portaria	2.371.117,49	Diversas
TBI SEGURANÇA EIRELI	Serviços de Vigilância	980.278,45	19/12/2018

Fontes: SIASG, 2018

Esclarecimentos sobre valores devidos à Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa: Conforme já explicitado, o principal valor do grupo “fornecedores e contas a pagar” se refere à Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa. Seguem maiores detalhamentos e as devidas justificativas pelas quais estes valores ainda se encontram pendentes de pagamento em 31/12/2018:

Projeto descrito na Tabela 12, referente ao Processo 23072.040178/2011-14, o qual está pendente de pagamento até a data de 31/12/2018 por se tratar de um Termo de Cooperação entre o Ministério da Pesca e Agricultura e a unidade gestora Escola de Veterinária da UFMG, TC 02/2012, vigente, cujo repasse financeiro ainda não foi totalizado pelo órgão concedente.

Termo de Execução Descentralizada 66/2018 firmado com o Fundo Nacional de Saúde: “Estudos e análises de inquéritos de vigilância de doenças e agravos não transmissíveis no Brasil e desenvolvimento de aplicativo para celular com objetivo de fortalecer a vigilância de acidentes e violências”. Encontra-se aguardando o envio de financeiro pelo órgão emitente.

Projeto “Qualificação das ações de promoção da alimentação adequada e saudável e de prevenção e controle da obesidade no Sistema Único de Saúde” através do Termo de Execução Descentralizada 136/2017 do Fundo Nacional de Saúde, cujo recurso financeiro ainda não foi disponibilizado pela concedente.

Valores referem-se aos Termos de Execução Descentralizada firmados entre o Fundo Nacional de Saúde e a Faculdade de Medicina da UFMG, os quais se encontram aguardando envio de recursos financeiros para pagamento:

Termo de Execução Descentralizada firmado entre a Fundação Joaquim Nabuco e a Faculdade de Educação da UFMG, referente ao Projeto “A Educação Básica Pública nos Estados do Nordeste”, também aguardando o envio de recurso financeiro para pagamento.

Nota 10 – Demais Obrigações a Curto Prazo: Esse grupo apresentou uma variação positiva de aproximadamente 760% em relação ao ano de 2017 em virtude de mudança na sistemática no pagamento da folha de pessoal, implementada pela STN, cujo resultado é que alguns passivos, como as retenções realizadas na folha, que eram quitados em 31/12/2018, passaram a ser quitados no primeiro dia útil do ano seguinte.

Nota 11 – Patrimônio Líquido: Ajustes de Exercícios Anteriores: Houve uma redução de 102,07% nos lançamentos nos Ajustes de Exercícios Anteriores, quando comparado com dezembro de 2017. Ressalta-se que em 2017 houve um lançamento para atender Acórdão do TCU 1320/2017, no valor de R\$ 140.354.381,08, fato que não ocorreu em 2018. Os ajustes ocorridos em 2018 estão apresentados na Tabela 13.

Tabela 13 - Ajuste de Exercícios Anteriores em 2018

Unidade Gestora	Descrição	Valor R\$
	Ajustes Devedores	
153062	Baixa de Adiantamento de Férias e 13º Salário	1.670.936,18
153282	Baixa de Adiantamentos para Inversões em Bens Moveis	571.992,00
153286	Lançamento de Amortizações referente a Exercício Anterior	4.645,54
153295	Reconhecimento de Passivo de Exercício Anterior	2.455,77
	Ajustes Credores	
153261	Saldo de ajuste decorrente de inventário de estoque	158.045,79
153265	Lançamento de Ajuste de Depreciação Acumulada	18.617,34
153289	Reconhecimento de Crédito a Receber referente ao contrato de receita 137/2012, processo 23072.038983.2012-51	5.069.536,30
	Total de Ajustes Devedores	2.250.029,49
	Total de Ajustes Credores	5.246.199,43
	Saldo de Ajuste Credores	2.996.169,94

Fonte: SIAFI 2018

Resultado do Exercício: Foi registrado no Balanço Patrimonial de 2018 um déficit patrimonial no valor de R\$ 17.242.258,33. O Quadro 12 demonstra o resultado, sendo a diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e as Variações Patrimoniais Diminutivas.

Quadro 12 - Resultado Patrimonial do Exercício de 2018	
COMPOSIÇÃO DO RESULTADO PATRIMONIAL	Valor R\$
(+) ATIVO CIRCULANTE	209.170.342,68
(-)PASSIVO CIRCULANTE	170.990.564,15
(=) CIRCULANTE LÍQUIDO (1)	38.179.778,53
(+) ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.500.476.595,25
(-)PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.679.630,65
(-) RESULTADO DE EXERCICIO ANTERIORES	1.550.222.831,52
(-) AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.996.169,94
(=) NÃO CIRCULANTE LÍQUIDO (2)	-55.422.036,86
RESULTADO DO EXERCÍCIO (1+2)	-17.242.258,33

Fonte: SIAFI 2018

Entre os fatores principais que influenciaram na consecução desse resultado no exercício de 2018 são os seguintes:

Alteração no procedimento de reconhecimento de passivos relativos a precatórios. Até o ano de 2017 os valores a pagar de precatórios eram registrados no passivo dos Tribunais Federais que efetivamente pagam àqueles que possuem algo a receber nessa modalidade. No intuito de atender as exigências do Acórdão TCU 2455/2017 e a correta mensuração de Ativos e Passivos dos órgãos públicos, a STN alterou a forma de contabilização de precatórios passando a registrar no passivo das entidades que originou a causa judicial,

ou seja, o Tribunal Regional Federal registrou no passivo da UFMG os valores devidos aos credores e que serão pagos em 2019. Esse registro reduziu o resultado patrimonial em R\$ 11.910.325,51.

Em 2018 a Secretaria de Orçamento Federal – SOF utilizou o Superávit Financeiro da UFMG para pagar despesas de pessoal inativo. A despesa patrimonial ocorreu efetivamente em 2018, mas não foi registrado a entrada do financeiro em 2018, uma vez que o financeiro havia sido registrado em anos anteriores. Essa despesa reduziu o resultado patrimonial em R\$ 4.366.502,92.

O restante são operações da entidade como consumo do estoque, depreciação, amortização, exaustão, dentre outras. O HCL da UFMG, por exemplo, em processo de transição plena para a EBSEH, está priorizando o consumo do estoque próprio e fazendo a reposição no estoque da EBSEH, com objetivo de mudar a administração patrimonial conforme contrato de transição.

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA's são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para a UFMG e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. As VPD's são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a UFMG, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração do resultado. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento

do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O Resultado Patrimonial apurado no em 31/12/2018 foi deficitário em R\$ 17.242.258,33 ao se confrontar as Variações Patrimoniais Aumentativas (R\$ 3.177.642.078,96) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (R\$ 3.194.884.337,29), ou seja, as variações patrimoniais diminutivas foram maiores do que as variações patrimoniais aumentativas.

Importante observar que, para os entes públicos, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, pois o objetivo do Estado não é auferir lucro, mas sim ofertar bens e serviços à população. Dessa forma, o resultado patrimonial serve como um medidor do quanto o serviço público ofertado exigiu de alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

Variações Patrimoniais Aumentativas: Nota 12 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos: Até 31/12/2018 a UFMG arrecadou com a exploração e venda de bens, serviços e direitos o montante de R\$ 27.673.491,95, o que representou um aumento de aproximadamente 15% comparado à 31/12/2017.

As Variações Patrimoniais Aumentativas referentes à “Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos”, compreendem a soma dos ingressos com Aluguéis, Serviços Administrativos e Comerciais, Inscrições em Concursos Públicos, Taxa de Registro de Diplomas.

Nota 13 – Transferências e Delegações Recebidas: As Transferências e Delegações Recebidas compreendem o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios e transferências do exterior.

As Transferências e Delegações Recebidas representam aproximadamente 96% do total das Variações Patrimoniais Aumentativas da UFMG, considerando os saldos acumulados até o final do exercício de 2018, perfazendo um total de R\$ 3.064.279.460,08, com redução de 0,88% comparado ao saldo do mesmo período do ano anterior. Este valor é composto, essencialmente, por transferências financeiras intragovernamentais, ou seja, transferidos no âmbito de um mesmo ente da Federação, que no caso da UFMG é o Ministério da Educação – MEC.

Dentre as variações patrimoniais ocorridas no 4º trimestre de 2018 no grupo das Transferências e Delegações Recebidas, destaca-se a redução de aproximadamente 53% em “Outras transferências e Delegações Recebidas”, em relação à 2017, em decorrência da mudança de rotina contábil de recebimentos de transferência voluntárias por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU) provenientes do Município de Belo Horizonte, que passou a ser por descentralização.

Nota 14 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos: Compreende a variação patrimonial com reavaliação e ganhos de ativos ou com a desincorporação de passivos. O grupo sofreu uma variação positiva extremamente significativa, de aproximadamente 768% em relação ao mesmo período de 2017. Esse aumento se deve, principalmente, em decorrência dos seguintes fatos:

Reavaliação de Ativos (aumento de 9.642,25%) decorrente do registro de bens imóveis de uso especial da União no sistema SPIUnet, no valor de R\$ 75.574.268,80, relativo à conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores, sendo elas: ampliação de laboratórios do NUPAD/Faculdade de Medicina, obra de expansão do Instituto de Ciências Agrárias, reforma do PCA/Escola de Engenharia, ampliação e reestruturação de blocos e impermeabilização

de lajes realizada no Instituto de Ciências Biológicas e construção do CAD3/Ciências Exatas.

Ganho com alienação de bens móveis, no valor de R\$ 231.800,00, relativo a alienação de veículos por meio de leilão.

Ganhos com incorporação de ativos (redução de 69,86%), no valor de R\$ 2.472.678,00, onde destaca-se o montante de R\$ 1.515.520,71 relativo a realização de acertos de registros contábeis realizados no almoxarifado Central do Hospital das Clínicas. Houveram também incorporação de bens móveis realizadas em 31/12/2018, no valor de R\$ 317.629,27, referente a registro contábil de equipamentos de processamento de dados, adquiridos pelo Laboratório de Computação Científica da UFMG, que ainda não haviam sido registrados no sistema de controle patrimonial da UFMG.

Nota 15 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas: Neste grupo destaca-se o aumento de aproximadamente 30% no grupo “Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas”, especificamente na conta Restituições. Dentre os valores que compõe o saldo desta conta destaca-se os saldos referentes à restituição de despesas de exercícios anteriores, no valor de R\$ 5.015.018,32 e restituições de convênios, no valor de R\$ 461.252,71.

Variações Patrimoniais Diminutivas: Nota 16 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais: Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas às aposentadorias, pensões, e outros benefícios previdenciários e assistenciais. Em 31/12/2018 foi observado um aumento de aproximadamente 8% do grupo Benefícios Previdenciários e Assistenciais, cujo saldo ao final do exercício de 2018 foi de R\$ 815.587.627,65. Dentre os motivos para o aumento do grupo pode-se destacar a alteração no procedimento de reconhecimento de passivos relativos a precatórios. Até o ano de 2017 os valores a pagar

de precatórios eram registrados no passivo dos Tribunais Federais que efetivamente pagam àqueles que possuem algo a receber nessa modalidade. No intuito de atender as exigências do Acórdão TCU 2455/2017 e a correta mensuração de Ativos e Passivos dos órgãos públicos, a STN – Secretaria de Tesouro Nacional alterou a forma de contabilização de precatórios passando a registrar no passivo das entidades que originou a causa judicial, ou seja, O Tribunal Regional Federal registrou no passivo da UFMG os valores devidos aos credores e que serão pagos em 2019 a quantia de R\$ 11.910.325,51.

Nota 17 – Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras: Em 31/12/2018 houve um aumento de 156,02% deste grupo de variações patrimoniais diminutivas em decorrência, principalmente, o reconhecimento de passivo sem suporte orçamentário relativo a Juros e Encargos de Mora de contratos com a FUNDEP, no valor de R\$ 1.499.991,99, lançado em 30/09/2018.

Nota 18 – Transferências e Delegações Concedidas: O item “Transferências Intergovernamentais” apresentou um aumento de aproximadamente 268%, sendo que no encerramento do exercício de 2018, de R\$ 39.014.763,74. Um dos motivos para o aumento foram os reflexos da nova rotina contábil, sem contrapartida no Ativo, para apropriação de despesas com transferências referentes a convênios e instrumentos congêneres cadastrados no SICONV.

Nota 19 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos: Este grupo apresentou no final do exercício de 2018 uma variação positiva de 580%, comparado ao mesmo período de 2017. O principal motivo para este aumento foram os seguintes fatores:

A desincorporação de ativos (aumento de 1.269,58%), com baixa no saldo da conta Obras em Andamento, pela conclusão das obras de ampliação de laboratórios do NUPAD/Faculdade de Medicina, obra de expansão do Instituto

de Ciências Agrárias, reforma do PCA/Escola de Engenharia, ampliação e reestruturação de blocos e impermeabilização de lajes realizada no Instituto de Ciências Biológicas e construção do CAD3/Ciências Exatas, no valor de R\$ 75.574.268,80.

Perdas involuntárias com estoques (aumento de 85,62%), no valor de R\$ 3.305.390,33 registradas pelo HCL, em decorrência de ajustes no saldo dos estoques do almoxarifado. Atualmente o HCL está em processo de migração do controle de estoques em almoxarifado para a EBSEH e ainda dispõe de bens no almoxarifado cujo controle é feito pelo HCL/UFMG.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário demonstra o confronto entre as receitas realizadas e as despesas executadas. Apresenta também a Previsão Inicial e Atualizada da Receita, bem como a Dotação Inicial e Atualizada da Despesa Pública, os valores empenhados, liquidados e pagos. A execução dos recursos recebidos por descentralização compõe as despesas empenhadas no balanço orçamentário.

Nota 20 – Receita Corrente: A Receita Corrente arrecadada pela UFMG, no exercício de 2018, representa 99,39%, das receitas arrecadadas, somando um montante no valor de R\$ 37.702.032,00. Em relação ao exercício de 2017 verificou-se uma queda de 3,25%.

Tabela 14 - Receitas Correntes/Capital – Composição (R\$)

Receitas	31/12/2018	31/12/2017	AH 2017 (%)
Receitas Correntes	37.702.032,00	38.966.749,44	-3,25
Receita Patrimonial	11.642.293,53	8.117.257,86	43,43
Receita Agropecuária	14.034,00	18.893,60	-25,72
Receita Industrial	137.193,00	268.660,20	-48,93
Receita de Serviços	18.919.497,49	17.143.939,22	10,36
Transferências Correntes	1.375.521,16	11.079.657,31	-87,59
Outras Receitas Correntes	5.613.492,82	2.338.341,25	140,06

Fonte: SIAFI 2018

Pode-se observar na Tabela 14 que a Receita de Serviços continua sendo a principal fonte de arrecadação da UFMG e quando comparado com o exercício anterior observa-se percentual de acréscimo de 10,36%. Nesse grupo de receitas encontram-se as Receitas de Serviços Tecnológicos, Serviços de Atendimento à Saúde e Taxa de Concursos Públicos. Outra fonte de receita importante são as receitas patrimonial com arrecadação de R\$ 11.642.293,53, e um aumento em relação a 2017 de aproximadamente 43%. Esses dois grupos representaram em 2018 cerca de 80,9% do total de recursos arrecadados em 2018. Além desses dois grupos, as Outras Receitas Correntes também apresentaram uma variação positiva de aproximadamente 140% em função de devoluções de saldos de recursos dos contratos executados com o apoio de fundações.

Nota 21 – Receita de Capital: A Receita de Capital representou apenas 0,61% dos valores arrecadados em 2018 e se refere a leilão de bens antieconômicos, irrecuperáveis, de propriedade da UFMG

Nota 22 – Despesas Orçamentárias: A movimentação de créditos da UFMG, decorre da dotação do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social consignada na Lei Orçamentária Anual (LOA) e de recursos provenientes de

descentralização externa de créditos. A dotação inicial para o exercício de 2018 foi de R\$ 2.208.548.388,00 com a aprovação de créditos adicionais no decorrer do exercício no montante de R\$ 105.229.082,00, a dotação atualizada da UFMG no exercício passou a ser de R\$ 2.313.777.470,00.

O Gráfico 43 apresenta a movimentação orçamentária no grupo de Pessoal e Encargos Sociais. Nesse grupo houve um cancelamento de orçamento de 7,2 milhões ao mesmo tempo houve uma suplementação orçamentária na ordem de 119,10 milhões. Ou seja, houve uma suplementação orçamentária líquida na ordem de 111,9 milhões. Isso ocorre normalmente em função das variações relacionadas a essas despesas ao longo do ano.

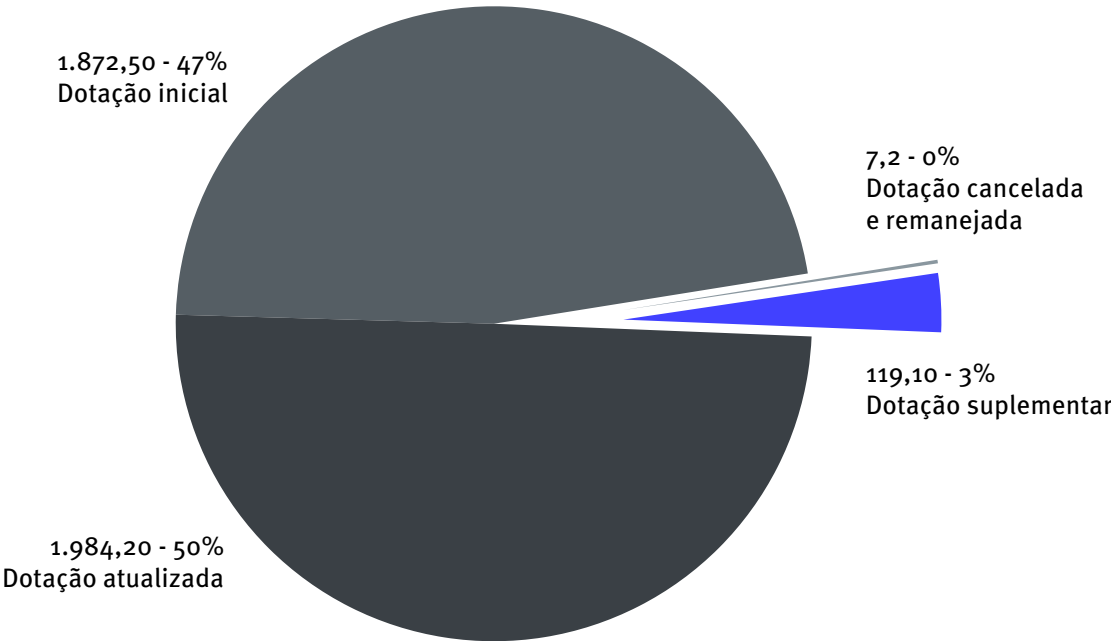


Gráfico 43 - Pessoal e Encargos Sociais (em milhões)

Fonte: SIAFI 2018

Em relação ao grupo de despesa Outras Despesas Correntes a diferença entre a suplementação e o cancelamento ficou na casa de 1,8 milhões. Ou seja, a Dotação Atualizada foi acrescida nesse valor em relação à Dotação Inicial. Essa situação está apresentada no Gráfico 44.

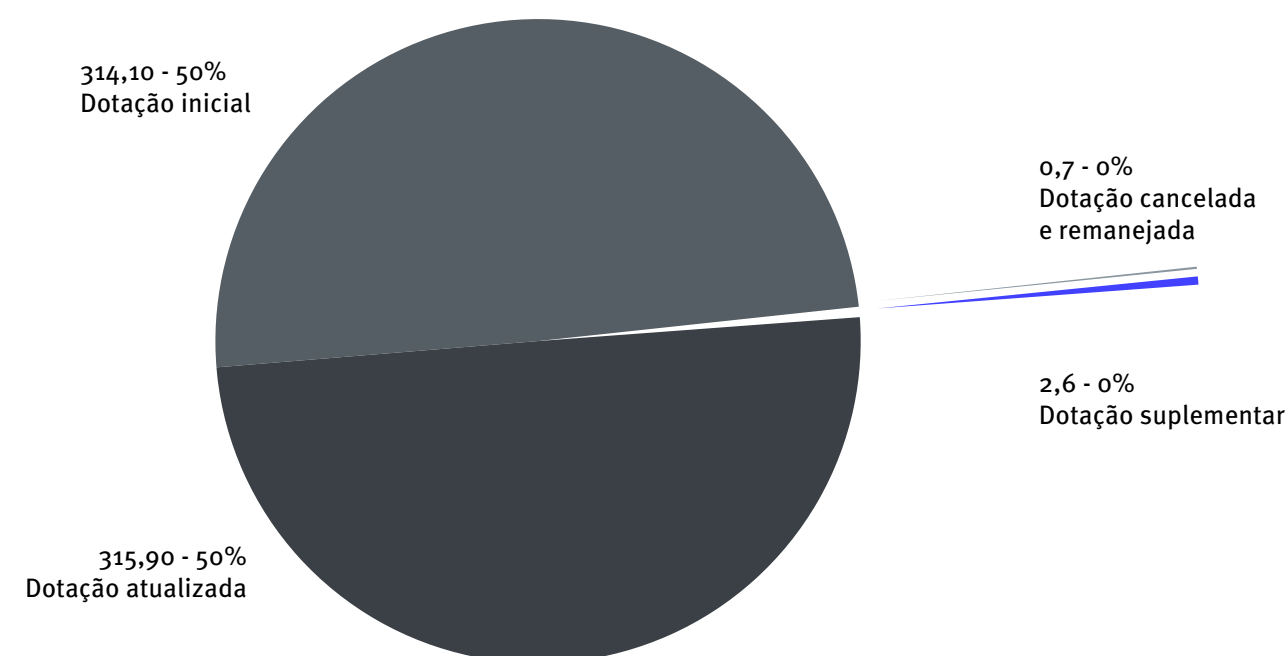


Gráfico 44 - Outras Despesas Correntes (em milhões)

Fonte: SIAFI 2018

Em relação às Despesas com Investimentos houve cancelamento de orçamento na casa de 8,7 milhões, sem correspondente suplementação. Em função disso, percebe-se no Gráfico 45 que a Dotação Atualizada ficou aquém da Dotação Inicial.

Vale mencionar a implantação orçamentária, em 2018, de superávit do exercício de 2017, remanejando créditos de recursos de capital para recursos de custeio para compensação correspondente. No entanto, esse valor remanejado para custeio ficou na casa de 0,45 milhões.

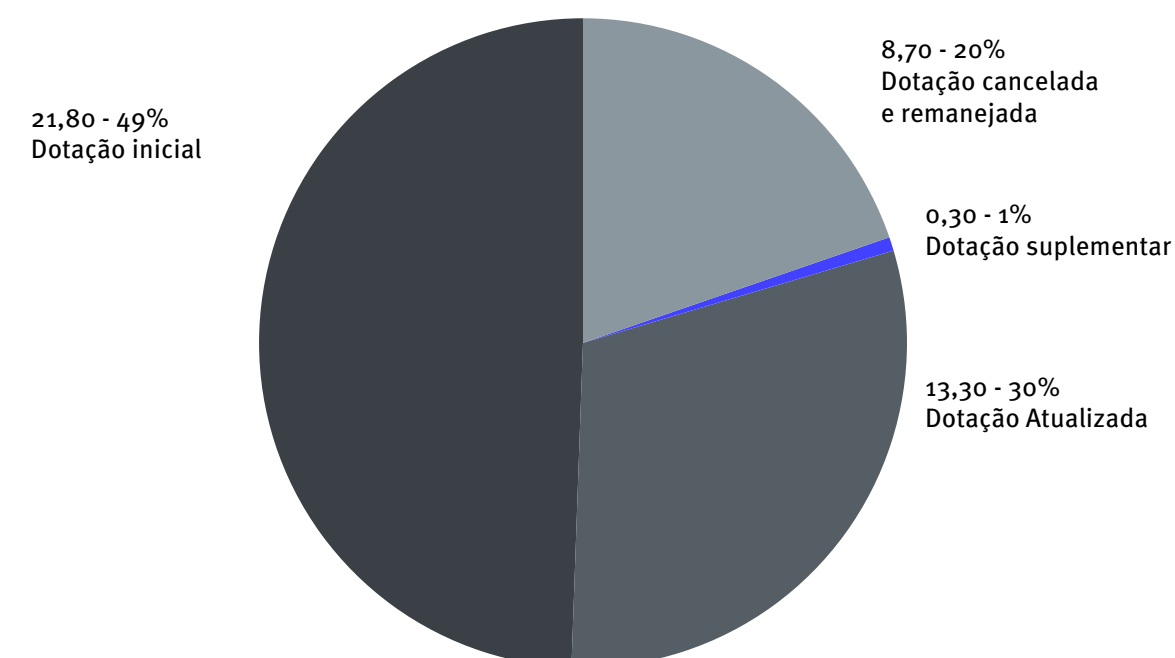


Gráfico 45 - Investimentos (em milhões)

Fonte: SIAFI 2018

A Tabela abaixo demonstra a dotação atualizada e as respectivas despesas empenhadas, por grupo de despesa no exercício de 2018. Do orçamento aprovado para a UFMG para o exercício de 2018 foi concedido aos Tribunais (T.R.F) recursos no valor de R\$ 8.761.556,00 no grupo Pessoal e Encargos Sociais e R\$1.422.414,00 no grupo outras despesas correntes para pagamento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) e R\$ 48.000,00 a Universidade Federal de São João Del Rei para concessão de bolsas de extensão. Sendo assim, a dotação orçamentária empenhada no exercício 2018 foi de R\$ 2.277.213.018,82 o que representa 98,42% do orçamento aprovado a UFMG.

Tabela 15 - Execução Orçamentária – Despesa Corrente/Capital – UFMG (R\$)

Grupo Despesa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Execução (%)	AV (%)
1 Pessoal e Encargos Sociais	1.872.592.775,00	1.984.447.346,00	1.953.923.280,40	98,46	85,80
3 Outras Despesas Correntes	314.124.351,00	315.958.151,00	309.970.317,40	98,10	13,61
4 Investimentos	21.831.262,00	13.371.973,00	13.319.421,02	99,61	0,58
Total	2.208.548.388,00	2.313.777.470,00	2.277.213.018,82	98,42	100,00

Fonte: SIAFI 2018

A Tabela 16 demonstra o detalhamento dos recursos recebidos por descentralização no exercício 2018 somando um montante de R\$ 243.340.311,97, sendo que 86,07% referem-se a recursos de custeio e 13,93% recursos de capital, sendo: Aproximadamente 4,0 milhões para pista de atletismo do Centro de Treinamento Olímpico da UFMG concedido pelo Ministério do Esporte, cerca de 10,2 milhões para finalização do Laboratório do Departamento de Química da UFMG, sendo 7,5 milhões concedidos pela SESU/MEC e 2,7 milhões de emenda parlamentar, investimento de 2,6 milhões de recursos do Fundo Nacional de Saúde – FNS para a Escola de Farmácia e 0,7 milhões para Aquisição e Instalação de Elevadores da Escola de Arquitetura e da FAFICH também provenientes da SESU/MEC. O restante são recursos aplicados em outros investimentos. Do montante de recursos recebidos por descentralização foi transferido recursos de custeio a EBSEH conforme Termo de Execução Descentralizada – TED firmado entre o HCL/UFMG e a EBSEH, no valor de R\$ 104.608.715,23 e executado diretamente pela UFMG o montante de R\$ 138.731.496,74.

Tabela 16 - Execução Orçamentária Despesa Corrente/Capital- Recursos

Descentralizados (R\$)

Grupo Despesa	Destaque Recebido	Destaque Transferido	Despesa Empenhada	Execução (%)	AV (%)
3 Outras Despesas Correntes	224.021.297,87	104.608.715,23	119.412.582,64	53,30	86,07
4 Investimentos	19.318.914,10	0,00	19.318.914,10	100,00	13,93
Total	243.340.211,97	104.608.715,23	138.731.496,74	57,01	100,00

Fonte: SIAFI 2018

O montante no valor de R\$ 429.382.900,04, apresentados no Balanço Orçamentário como Despesas Empenhadas referente a custeio se referem a gastos com pagamento de Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica como: serviços de vigilância, portaria, limpeza, manutenção de áreas verdes, serviços de manutenção e conservação, energia elétrica, água e esgoto, representando 51,84%. Em outros incluem auxílio financeiro a estudante, auxílio transporte, benefícios e assistência da folha de pessoal, passagem e diárias.

Tabela 17 - Detalhamento da Execução por Rubrica - Outras Despesas Correntes (R\$)

Rubrica	Despesas Empenhadas	AV (%)
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	222.596.915,19	51,84
Auxílio Alimentação	39.843.069,61	9,28
Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	38.921.263,85	9,06
Auxílios Financeiros a Pessoa Física	27.692.327,30	6,45
Material de Consumo	27.558.780,80	6,42
Outras Despesas	72.770.543,29	16,95
Total	429.382.900,04	100,00

Fonte: SIAFI 2018

Nota 23 – Resultado Orçamentário: O Resultado Orçamentário é o confronto entre a receita arrecadada e a despesa empenhada. Conforme demonstrado na tabela abaixo, as receitas arrecadadas em 2018 somaram aproximadamente R\$ 37,933 milhões enquanto que as despesas empenhadas somaram aproximadamente R\$ 2,415 bilhões resultando em um déficit orçamentário de aproximadamente de R\$ 2,378 milhões.

Segundo o MCASP de 2018, página 413, os Balanços Orçamentários de órgãos e entidades poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos. Esse fato não representa irregularidade, devendo ser evidenciado complementarmente por nota explicativa que demonstre o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionado à execução do orçamento do exercício. A Tabela abaixo apresenta a composição do Déficit Orçamentário, bem como outras informações necessárias ao entendimento da execução do orçamento do exercício de 2018.

Tabela 18 - Resultado da Execução Orçamentária da UFMG (R\$)

Descrição	Realização
Receita Corrente	37.702.032,00
Receita de Capital	231.800,00
Total Receitas (A)	37.933.832,00
Despesa Corrente	2.383.306.180,44
Despesa de Capital	32.638.335,12
Total Despesas (B)	2.415.944.515,56
Execução Orçamentária (Déficit) (C = A - B)	-2.378.010.683,56
Destaque Transferido (D)	104.608.715,23
Destaque Concedido (E)	10.231.970,00
Orçamento Total Na UFMG (G = B + D + E)	2.530.785.200,79
Repasse Recebido (H)	2.402.361.773,40
Financeiro Utilizado de Superávit (I)	4.821.058,92
Financeiro a Receber na UFMG (J = A + H + I - G)	-85.668.536,47

Fonte: SIAFI 2018

Nota 24 – Execução dos Restos a Pagar: Considera-se Restos a Pagar Não Processados - RPNP, conforme artigo 67 do Decreto nº 93.872/1986, as despesas que foram empenhadas, mas não foram liquidadas até 31 de dezembro; ao passo que os Restos a Pagar Processados – RPP, dizem respeito às despesas que foram empenhadas e liquidadas até 31 de dezembro, porém, pendentes de pagamento.

Tabela 19 - Restos a Pagar Não Processados Inscritos e Reinscritos (R\$)

RPNP Inscritos e Reinscritos	DEZ/2018	DEZ/2017	AH (%)
RPNP inscritos no exercício	112.118.139,22	80.808.035,44	38,74
RPNP inscritos em exercícios anteriores	20.180.444,60	30.012.282,10	-32,75
TOTAL	132.928.583,82	110.820.317,54	19,95

Fonte: SIAFI 2018

Para execução no exercício de 2018 foram inscritos e reinscritos em RPNP um valor em torno de R\$ 132 milhões, sendo pouco mais de R\$ 20 milhões de exercícios anteriores, conforme Tabela 19. Comparado ao inscrito para o exercício de 2017, houve um aumento de 38,74% dos RPNP inscritos no exercício e uma redução de 32,75 dos RPNP inscritos em exercícios anteriores.

Tabela 20 - Restos a Pagar Inscritos e Reinscritos - Ano de inscrição (R\$)

Ano de Inscrição	Restos a Pagar Não Processados Inscritos e Reinscritos	AV%	Restos a Pagar Não Processados Cancelados	Restos a Pagar Não Processados Pagos	Restos a Pagar Não Processados a Pagar	AV (%)
2017	112.118.139,22	84,34	5.562.947,23	96.266.159,85	10.289.032,14	50,74
2016	6.048.710,63	29,07	345.858,02	3.668.079,77	2.034.772,84	10,04
2015	991.300,00	4,76	8.282,44	196.299,20	786.718,36	3,88
2014	240.341,81	1,15	11.382,89	200.018,92	28.940,00	0,14
2013	4.974.624,68	23,30	4.213,80	725.543,56	4.244.867,32	20,93
2012	4.065.807,48	19,54	135.476,78	1.036.856,72	2.893.473,98	14,27
2011	1.500,00	0,01	1.500,00	-	-	-
2008	4.488.160,00	21,57	4.488.160,00	-	-	-
TOTAL	132.928.583,82	100,00	10.557.821,16	102.092.958,02	20.277.804,64	100,00

Fonte: SIAFI 2018

Dos valores de RPNP inscritos em exercícios anteriores ainda pendentes de pagamento em 31 de dezembro de 2018, apenas 14,27% são de valores inscritos há cinco anos ou mais, conforme Tabela 20, e refere-se a obras paralisadas que estão em processo judicial. Do total inscrito e reinscrito para execução em 2018, pouco mais de 77% foram pagos até 31 de dezembro de 2018, aproximadamente 14% estão pendentes de pagamento e cerca de 8% dos restos a pagar foram cancelados. Depreende-se ainda que a execução de Restos a Pagar referente a outras despesas correntes atingiu pouco mais de 85%, e a execução de investimentos, por ser predominantemente relacionada a obras, tem um percentual de execução em torno de 55%.

BALANÇO FINANCEIRO

Analisando os itens que compõem o Balanço Financeiro, apresenta-se as Tabelas 21 os ingressos financeiros nos dois últimos exercícios:

Nota 25 – Ingressos Financeiros: Conforme demonstrado na Tabela que segue, as receitas arrecadadas (Receitas Orçamentárias) tiveram queda de 2,65% em relação ao mesmo período do exercício anterior. As transferências financeiras recebidas, que em grande parte são de repasses financeiros feitos pelo MEC, também tiveram ligeira queda de 0,03%, mas, por comporem cerca de 90% dos ingressos, impactam no resultado positivo na geração líquida de caixa do período analisado. Os valores relativos a recebimentos extraorçamentários, que respondem por quase 7% dos ingressos, tiveram aumento de 80,82%.

Tabela 21 - Total de Ingressos

INGRESSOS	31/12/2018	AV (%)	31/12/2017	AH (%)
Receitas Orçamentárias	37.933.832,00	1,12	38.966.749,44	-2,65
Transferências Financeiras Recebidas	3.047.981.639,38	90,07	3.048.952.675,17	-0,03
Recebimentos Extraorçamentários	228.042.481,45	6,74	126.114.210,94	80,82
Saldo do Exercício Anterior: Caixa e Equivalentes de Caixa	70.063.099,96	2,07	45.257.109,45	54,81
TOTAL	3.384.021.052,79	100,00	3.259.290.745,00	3,83

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

Nota 26 – Dispêndios Financeiros: Em relação aos dispêndios financeiros, apresenta-se a Tabela 22 referente aos dois últimos exercícios.

Na Tabela 22 apresenta-se o detalhamento dos dispêndios. As despesas orçamentárias, que compõem 71,39% do total das saídas de recursos, tiveram queda de 3,11%, o que também contribuiu para o resultado positivo do período analisado. As transferências financeiras concedidas e as despesas extraorçamentárias tiveram aumento de 12,64% e 16% respectivamente, mas juntas representam pouco mais de 23% do total dos dispêndios.

Tabela 22 - Total de Dispendios

DISPENDIOS	31/12/2018	AV (%)	31/12/2017	AH (%)
Despesas Orçamentárias	2.415.944.515,56	71,39	2.493.369.364,61	-3,11
Transferências Financeiras Concedidas	670.336.575,23	19,81	595.089.730,06	12,64
Despesas Extraorçamentários	117.820.863,11	3,48	100.768.550,37	16,92
Saldo para o Exercício Seguinte: Caixa e Equivalentes de Caixa	179.919.098,89	5,32	70.063.099,96	156,80
TOTAL	3.384.021.052,79	100,00	3.259.290.745,00	3,83

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

Nota 27 – Resultado Financeiro: O resultado financeiro em 31/12/2018 da UFMG apresentou uma geração positiva de caixa de R\$ 109,85 milhões, tendo aumento 342,86% em relação aos valores do mesmo período de 2017. Essa variação positiva em relação ao saldo de caixa do ano anterior foi devida principalmente à mudança de procedimentos no pagamento da folha de pessoal, cujo financeiro saiu do caixa da UFMG no exercício de 2019 e não em dezembro de 2018, procedimento usual até então.

Tabela 23 - Resultado Financeiro – Metodologia 1

INFORMAÇÃO	2018	2017
Receita Orçamentária (1)	37.933.832,00	38.966.749,44
Despesa Orçamentária (2)	(2.415.944.515,56)	(2.493.369.364,61)
Transferências Financeiras Recebidas (3)	3.047.981.639,38	3.048.952.675,17
Transferências Financeiras Concedidas (4)	(670.336.575,23)	(595.089.730,06)
Recebimentos Extraorçamentários (5)	228.042.481,45	126.114.210,94
Despesas Extraorçamentárias (6)	(117.820.863,11)	(100.768.550,37)
Resultado Financeiro do Exercício =(1+2+3+4+5+6)	109.855.998,93	24.805.990,51

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração do Fluxo de Caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público, além de fornecer informações úteis para avaliar a capacidade da entidade de gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez.

A elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa foi feita pelo método direto e tem por finalidade evidenciar as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, nos fluxos operacionais, de investimento e de financiamento. Os fluxos de caixa operacionais estão relacionados com a atividade fim da organização, ou seja, são entradas e saídas de caixa que estão vinculadas à ação pública da UFMG e os demais fluxos que não se qualificam em investimento ou financiamento. Os fluxos de caixa de investimentos compreendem os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos e outras operações da mesma natureza. O fluxo de caixa dos financiamentos inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos.

Na Tabela 24 apresenta-se a composição da Geração Líquida de Caixa da UFMG também por atividades. Ao confrontar as entradas e as saídas de caixa por atividades no ano de 2018, as atividades operacionais tiveram como resultado um saldo positivo de R\$ 142,46 milhões, o que significa um aumento de 142,10% no comparativo com o mesmo período do exercício anterior. Quanto ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, esta apresentou uma diminuição na ordem de 4,65%.

Tabela 24 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa – Atividades

ATIVIDADES	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)
Fluxo de Caixa das Atividades das Operações	142.468.228,77	58.846.435,40	142,10
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	-32.612.229,84	-34.040.444,89	4,65
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	-	-	-
TOTAL	109.855.998,93	24.805.990,51	342,86

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

Nota 28 – Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais: Em relação aos ingressos das atividades operacionais destaca-se que a UFMG é uma Autarquia Federal que depende de recursos federais para cumprir a sua missão pública, sendo que sua arrecadação própria, que se origina de atividades como serviços prestados ao longo do exercício, é insuficiente para a sua manutenção. Subsidiando tal informação, conforme Tabela 25, do total de entradas de caixa no ano de 2018, oriundas de suas atividades operacionais, 98,78% são decorrentes de recursos recebidos de outros órgãos federais, principalmente do Ministério da Educação, o qual teve uma variação positiva mínima de 0,02% em relação ao mesmo período do ano anterior, refletindo no total geral dos ingressos que também se manteve no mesmo patamar de 2017.

Em relação aos demais ingressos, ainda na Tabela 25, pouco mais de 1% são decorrentes de arrecadação própria (receitas derivadas e originárias) ou de convênios com órgãos de outras esferas públicas ou instituições privadas (transferências correntes recebidas), cujas variações não impactam o resultado geral. Contudo, ressalta-se que a variação negativa de 87,59% nas transferências correntes recebidas em relação ao mesmo período de 2017, está relacionada ao fato de que a unidade gestora Hospital das Clínicas está em transição de sua execução orçamentária para a unidade gestora EBSEH HU/UFMG, transferindo a esta toda a arrecadação dos convênios com órgãos das esferas municipal e estadual. Além disso, há uma inadimplência do

Estado de Minas Gerais da ordem de R\$ 3,5 milhões. Esses fatos refletiram nos resultados da UFMG para este tipo de receita no ano de 2018.

Tabela 25 - Ingressos das Atividades Operacionais

INGRESSOS	2018	AV (%)	2017	AH (%)
Receitas Derivadas e Originárias	36.326.510,84	1,18	27.887.092,13	30,26
Transferências Correntes Recebidas	1.375.521,16	0,04	11.079.657,31	-87,59
Outros Ingressos das Operações	3.052.368.423,52	98,78	3.051.664.958,46	0,02
TOTAL	3.090.070.455,52	100,00	3.090.631.707,90	-0,02

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

Analisando o lado dos desembolsos, os pagamentos realizados são classificados por Função do Governo. Na Tabela 26 evidencia-se que a maior parte dos recursos empregados na UFMG são relacionados às funções Educação e Previdência Social, que juntas respondem por 65,64% do total de gastos. Os desembolsos relativos às despesas totalizaram mais de R\$2,94 bilhões, tendo um decréscimo de 2,78% em relação ao mesmo período de 2017, o que contribuiu para a geração líquida de caixa positiva no período, tendo em vista a pouca variação nos ingressos como demonstrado na Tabela 26. A função Educação apresentou o valor mais significativo no período analisado e, mesmo tendo variação negativa de 5,78% em relação ao ano anterior, abarcou 40,58% dos desembolsos, o que denota o cumprimento do principal objeto da UFMG enquanto instituição de ensino.

Tabela 26 - Desembolsos por Função do Governo – Atividades Operacionais Operacionais

DESEMBOLSOS POR FUNÇÃO DO GOVERNO	2018	AV (%)	2017	AH (%)
Pessoal e Demais Despesas	-2.041.639.974,51	69,26	-2.194.752.532,05	-6,98
Administração	-543.834,55	0,02	-255.930,80	112,49
Defesa Nacional	-7.433,04	0,00	-	-
Segurança Pública	-	-	-8.812,79	-100
Assistência Social	-63.750,00	0,00	-1.509.125,00	-95,78
Previdência Social	-738.707.701,18	25,06	-761.748.350,50	-3,02
Saúde	-96.528.947,46	3,27	-147.210.214,47	-34,43
Educação	-1.195.954.645,45	40,58	-1.269.286.172,89	-5,78
Direitos da Cidadania	-388.045,51	0,01	-1.067.584,22	-63,65
Gestão Ambiental	-244.390,92	0,01	-	-
Ciência e Tecnologia	-83.250,00	0,00	-35.850,00	132,22
Agricultura	-	-	-6.875,00	-100
Organização Agrária	-306.333,67	0,01	-325.948,00	-6,02
Indústria	-46.590,90	-0,00	-1.220.081,00	-96,18
Desporto e Lazer	-8.467.496,52	0,29	-11.967.564,77	-29,25
Encargos Especiais	-297.555,31	0,01	-110.022,61	170,45
Transferências Concedidas	-231.214.880,10	7,85	-241.273.798,13	-4,17
Intragovernamentais	-193.909.055,95	6,58	-192.238.279,95	0,87
Outras Transferências Concedidas	-37.305.824,15	1,27	-49.035.518,18	-23,92
Outros Desembolsos das Operações	-674.747.372,14	22,89	-595.758.942,32	13,26
Dispêndios Extraorçamentários	-4.410.796,91	0,15	-669.212,26	559,10
Transferências Financeiras Concedidas	-670.336.575,23	22,74	-595.089.730,06	12,64
TOTAL	-2.947.602.226,75	100,00	-3.031.785.272,50	-2,78

Fonte: Siafi, 2018 e 2017

Detalhando a função Educação em subfunções relacionadas ao Ensino e vinculadas às atividades operacionais, conforme Tabela 35, verifica-se que o maior volume de recursos se refere ao ensino superior, 82,98%, seguido da assistência hospitalar e ambulatorial relativa ao hospital universitário, com 10,88%.

Tabela 27 - Função Educação – Composição

SUBFUNÇÕES DE GOVERNO	31/12/2018	AV (%)
Administração Geral	50.000,00	0,00
Formação de Recursos Humanos	716.439,48	0,06
Atenção Básica	20.756.831,94	1,74
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	130.159.073,40	10,88
Alimentação e Nutrição	219.842,52	0,02
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	46.536.722,44	3,89
Ensino Profissional	2.108.000,21	0,18
Ensino Superior	992.414.903,14	82,98
Educação Básica	2.992.832,32	0,25
TOTAL	1.195.954.645,45	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2018

Nota 29 – Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento: As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão. As receitas de capital na UFMG compreendem principalmente a conversão em espécie de bens e direitos (alienação de bens), por meio de leilões. As despesas de capital, por sua vez, correspondem àquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos e material permanente.

Em relação ao fluxo de caixa das atividades de investimento verifica-se, conforme Tabela 28, que a UFMG apresentou déficit de R\$ 32,61 milhões. Foi realizada alienação de bens, mas com valor pouco significativo em relação ao total do déficit do período analisado, o qual, se comparado com 2017, teve uma diminuição de 4,20%, impactado principalmente pela queda na aquisição de ativos de longo prazo, o que também contribuiu para a geração líquida de caixa positiva em 2018.

Tabela 28 - Ingressos e Desembolsos das Atividades de Investimentos

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	2018	2017	AH (%)
Ingressos	231.800,00	-	-
Alienação de Bens	231.800,00	-	-
Desembolsos	-32.844.029,84	-34.040.444,89	-3,51
Aquisição de Ativo Não Circulante	-32.332.832,79	-33.677.949,43	-3,99
Outros Desembolsos de Investimento	-511.197,05	-362.495,46	41,02
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	-32.612.229,84	-34.040.444,89	-4,20

8 **TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE**

1

TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

O Sistema Monitor foi desenvolvido pela Controladoria-Geral da União (CGU) e permite o acompanhamento *online* das recomendações do Plano de Providências Permanente (PPP). A Auditoria-Geral da UFMG, após a avaliação do monitoramento, concluiu que a UFMG progrediu consideravelmente no atendimento das recomendações, reduzindo a cada ano a quantidade de recomendações pendentes de atendimento (Relatório Técnico nº 05/2019 – AG/UFMG). Das 70 (setenta) recomendações registradas, 16 (dezesseis) constam no Sistema Monitor como atendidas, 01 (uma) como cancelada e as demais 53 (cinquenta e três) estão em monitoramento. Em 2017, identificaram-se 83 (oitenta e três) recomendações pendentes de providências pela UFMG, enquanto em 2018 esse número baixou para 53 (cinquenta e três) recomendações monitoradas pela CGU, das quais somente 37 (trinta e sete) estavam pendentes de providência do gestor.

As áreas responsáveis estão empenhadas em atender às recomendações da CGU (das quais 54% foram relacionadas a recursos humanos), inclusive providências de alta complexidade e de impacto significativo na gestão, as quais dependem em

alguns casos do envolvimento de mais de um setor.

Em relação ao PPP o quantitativo de processos em tratamento em 2018 somava 731 dos quais 76% foram cumpridos.

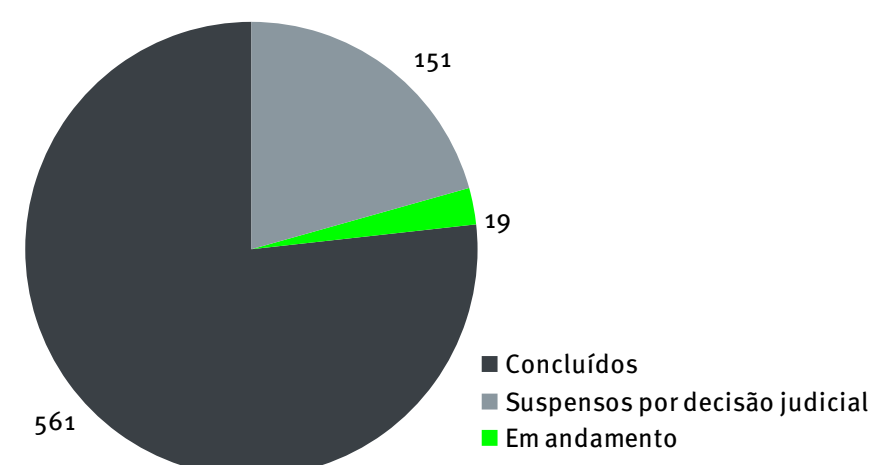


Gráfico 46 - Processos em tratativa no Plano de Providências Permanente

Fonte: PRORH

A UFMG atendeu todas as demandas apresentadas pelo TCU. Por meio da Portaria de Fiscalização - SECEX-MG nº 607, de 21 de junho de 2018, o TCU solicitou inspeção, no período de 21/06/2018 a 04/07/2018, com o objetivo de coletar informações e documentos pertinentes à execução orçamentária, financeira e física da execução de serviço de construção dos prédios anexo e do setor de gravura da Escola de Belas Artes. Por meio do Ofício 0473/2018-TCU/SECEX-SC, de 15/8/2018, o TCU solicitou informações para fiscalização autuada no

âmbito do processo TC 015.660/2018-4 (Fiscalis 188/2018), “realizada no Ministério da Educação e tem como objetivo de conhecer a organização e o funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior, de modo a identificar as áreas e eventos de risco que possam comprometer o alcance de seus objetivos e, consequentemente, subsidiar a escolha de possíveis objetos e instrumentos de fiscalização”. Finalmente, a UFMG atendeu à Auditoria de Natureza Operacional no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), no Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e em outros órgãos e entidades, “com o objetivo de identificar os entraves que contribuem para o baixo posicionamento do Brasil nos rankings de inovação internacionais” (Processo TC 017.220/2018-1).

Além disso, a UFMG atendeu as solicitações da SECEX-MG, de fiscalização do cumprimento do determinado nos processos TC 003.410.2017-0 (Ofício nº 0851/2018-TCU/SECEX-MG) e TC 019.876/2007-4 (Ofício nº 2265/2018-TCU/SECEX-MG).

Em referência aos processos relacionados especificamente à área de recursos humanos, entre os 136 acórdãos recebidos em 2018, oito possuíam providências a serem tomadas pela UFMG. Todas as recomendações foram cumpridas, exceto em dois

casos, Acórdãos 4481/2018 e 4483/2018, em que há decisão judicial que impossibilita o cumprimento.

Quadro 13 - Acórdãos recebidos pelo DAP/PRORH por tipo e objeto

Tipo	Assunto	Total
Ilegalidade com providências	Aposentadoria	6
	Pensão Civil	1
Legalidade	Aposentadoria	29
	Admissão	27
	Pensão Civil	9
Legalidade com providências	Admissão	1
Prejudicado	Aposentadoria	32
	Admissão	13
	Pensão Civil	18
Total geral		136

Fonte: DAP/PRORH

Quanto às recomendações feitas pelo TCU em Acórdãos de Prestação de Contas Anuais de exercícios anteriores, o gráfico abaixo apresenta visão sintética da situação de cumprimento desses acórdãos. As providências adotadas pelo Departamento de Administração de Pessoal em relação a esses acórdãos constam do Capítulo 9 – Anexos e Apêndices deste relatório.

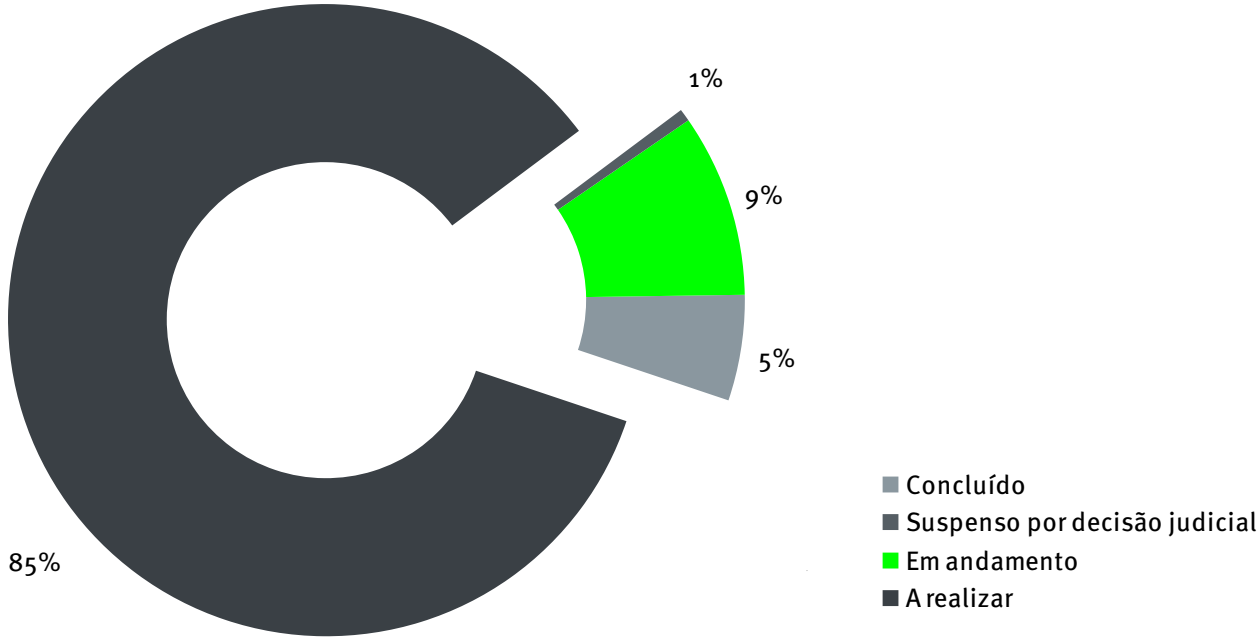


Gráfico 47 - Situação das determinações referentes a atos de pessoal em acórdãos de prestação e contas

9 ANEXOS E APÊNDICES

9.1 Quadros constantes do Programa de Integridade	98
9.2 Componentes de cálculo dos indicadores de gestão	100
9.3 Providências adotadas pelo Departamento de Administração de Pessoal em relação aos acórdãos de prestação de contas anuais de exercícios anteriores	101
9.4 Nota sobre a declaração de integridade do relato integrado	103

1

QUADROS CONSTANTES DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Gestão da Integridade – Estruturação		
Áreas – Atividade	Unidade UFMG	Responsável atual
Gestão da Integridade	Chefia de Gabinete – Unidade de Gestão da Integridade	Rui Rothe-Neves
Licitações e Compras Públicas	Pró-Reitoria de Administração	Ricardo Fakury Eliane Ferreira
Planejamento Estratégico	Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento	Maurício Freire Garcia Macilene Gonçalves Lima
Recursos Humanos	Pró-Reitoria de Recursos Humanos	Maria Márcia Magela Machado Leonor Gonçalves
Ouvidoria	Diretoria de Governança Informacional	Joana Ziller de Araújo Josephson
Correição	Unidade Seccional de Correição - USEC	Vera Alice Cardoso
Auditoria Interna	Auditoria Geral	Terezinha V. de Freitas Silva Alfredo de Campos Souto
Comissão de Ética	Comissão de Ética	Denise Vieira Travassos
Acesso à Informação	Diretoria de Tecnologia da Informação	Dorgival Olavo Guedes Neto
Comunicação UFMG - Integridade		
Demanda	Responsável	Canal-Sistema
Denúncia infração ao código de ética;	Ouvidoria UFMG;	- ouvidoria@ufmg.br
Consulta atinente a eventual violação da ética por servidor;	Comissão de Ética	- Sistema Informatizado de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-OUV) - etica@ufmg.br
Consulta sobre a existência de conflito de interesses entre as atribuições do cargo e outra atividade de natureza privada.	Comissão de Ética	- etica@ufmg.br Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses (SeCI) (em breve)
Requerimento de acesso a informações	Diretoria de Governança Informacional	Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC)

Conjunto de Ações – Integridade (de acordo com PDI 2018-2022)

Unidade Responsável	Ações de Integridade
Chefia de Gabinete – Unidade de Gestão da Integridade	- Coordenar ações para elaboração, revisão, implementação e execução do Programa de Integridade da UFMG.
Pró-Reitoria de Administração	- Implantar os processos de Governança e Controles Internos conforme a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016; - implantar sistemas eficientes e abrangentes de gestão pública, informatizando e integrando os processos administrativos nas áreas de materiais e almoxarifado, patrimônio, compras e licitações, gerenciamento de contratos, gerenciamento orçamentário e financeiro. - intensificar o planejamento plurianual de compras, não apenas aperfeiçoando os sistemas de submissão e acompanhamento, mas também realizando treinamento, qualificação e integração das equipes de compras existentes no DLO e nas unidades acadêmicas; - atuar para aprimorar os serviços prestados por empresas terceirizadas (serviços de portaria, vigilância, limpeza, manutenção, restaurantes, cantinas, transporte interno etc.).
Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento	- Implantar sistemas informatizados nas áreas de processo eletrônico, de pagamentos das despesas, gestão de convênios, receita orçamentária, distribuição interna de recursos orçamentários; - instituir mecanismos de aferição de eficiência de gasto de recursos pelas unidades acadêmicas de tal modo que os eventuais ganhos resultantes de práticas inovadoras; sustentáveis e academicamente qualificadas sejam revertidos para as unidades responsáveis por essas práticas.

Pró-Reitoria de Recursos Humanos	- Implantar um programa para formação de docentes gestores recém-empossados; - estabelecer um processo efetivo de acolhimento e integração dos servidores TAE recém-contratados, incluindo cursos modulares para tratar do papel e finalidade da universidade pública no país, seus ordenamentos, legislação e estrutura; - aprimorar as políticas de gestão, capacitação, dimensionamento e avaliação do desempenho dos servidores docentes e TAE da UFMG. - consolidar o Programa de Avaliação de Desempenho; - implementar um programa de formação de gestores universitários de servidores TAE na modalidade EAD; - fazer gestão no sentido de incorporar a experiência e a qualificação dos TAES na corresponsabilidade da administração da universidade.
Diretoria de Governança Informacional	- Assegurar aos cidadãos terem suas demandas apresentadas e adequadamente tratadas pela nossa instituição, assim como respondidas dentro do prazo estabelecido; - monitorar, receber, organizar, avaliar e responder as demandas por informação públicas mantidas e ou produzidas no âmbito das atividades dos diferentes órgãos da UFMG; - organizar e avaliar conjuntos de dados de interesse público produzidos pela UFMG e que possam ser disseminados como dados abertos em portal institucional; - receber, organizar, avaliar e responder a sugestões, reclamações, denúncias, elogios e pedidos de informação da comunidade acadêmica e da sociedade em geral em situações que envolvem a UFMG e entes a ela vinculados.
Diretoria de Tecnologia da Informação	- Implantar soluções alinhadas aos objetivos dos programas governamentais de dados abertos, estratégias digitais e informatização de serviços e processos; - investir em procedimentos e recursos de segurança que permitam a preservação do patrimônio de equipamentos, sistemas e dados da Universidade.

Instrumentos legais internos – área de integridade	
INSTRUMENTOS	ASSUNTO / FINALIDADE
Resolução nº 04/99, 4 de março de 1999.	Aprova o novo Estatuto da Universidade Federal de Minas Gerais
Resolução complementar nº 03/2018, de 17 de abril de 2018.	Aprova o Regimento Geral da UFMG, reeditando, com alterações, a Resolução Complementar nº 03/2012, de 27 de novembro de 2012.
Resolução nº 02/2006, de 08 de junho de 2006.	Aprova o regimento da Auditoria-Geral da UFMG.
Portaria nº 007/2009, de 04 de fevereiro de 2009.	Institui a Ouvidoria da UFMG.
Resolução complementar nº 04/2010, de 23 de novembro de 2010.	Dispõe sobre a realização de concursos públicos para a carreira de magistério do ensino básico, técnico e tecnológico, no âmbito da UFMG.
Resolução nº 13/2010, de 11 de novembro de 2010.	Estabelece normas e procedimentos a serem seguidos em processos de revisão de decisão acadêmica ou administrativa tomada por autoridade ou órgão da UFMG.
Resolução nº 16/2012, de 30 de outubro de 2012.	Estabelece diretrizes para celebração de acordos, convênios e ajustes pela UFMG.
Resolução complementar nº 05/2012, de 11 de dezembro de 2012.	Institui o programa de avaliação de desempenho dos servidores técnico-administrativos em educação da UFMG.
Resolução complementar nº 02/2013, de 07 de fevereiro de 2013.	Dispõe sobre a realização de concursos públicos para a carreira de magistério superior, no âmbito da UFMG.
Resolução nº 15/2013, de 02 de julho de 2013.	Aprova o código de conduta ética dos servidores da UFMG.
Portaria nº 95, 07 de agosto de 2013.	Cria a Unidade Seccional de Correição da UFMG, nos termos do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, e dá outras providências.
Resolução nº 04/2014, de 09 de setembro de 2014.	Dispõe sobre as progressões e promoções dos integrantes das carreiras de magistério da UFMG.
Portaria no 171, de 3 de outubro de 2014.	Constituir a Comissão Própria de Avaliação da UFMG.
Portaria no 188, de 17 de novembro de 2014.	Estabelece os procedimentos a serem adotados pelas fundações de apoio da UFMG, em função da promulgação do decreto no 8.241, de 21 de maio de 2014, que regulamentou o art. 3º da lei no 8.958, de 20 de dezembro de 1994.
Portaria no 014, de 25 de fevereiro de 2015.	Dispõe sobre as normas e os procedimentos relativos ao registro eletrônico de ponto, controle e aferição do cumprimento da jornada de trabalho dos servidores técnico-administrativos em educação em exercício na ufmg.
Portaria nº 060, de 12 de julho de 2016.	Institui grupo de trabalho para acompanhar a implantação do SEI e informar periodicamente o Reitor sobre as atividades realizadas, nos termos do documento “estratégia de governança digital da administração pública federal 2016-2019” do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).
Portaria no 121, de 24 de novembro de 2016.	Compõe comissão de estudo da lei nº 13.243/2016 (novo marco legal de ciência, tecnologia e inovação).

Portaria no 59, de 10 de maio de 2017.	Institui o Comitê de Governança, Riscos e Controle (CGRC) no âmbito da UFMG, de caráter deliberativo, em consonância com a legislação vigente, nos termos da instrução normativa conjunta CGU/MP nº 001, de 10 de maio de 2016.
Portaria no 60, de 16 de maio de 2017.	Constituir Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos (CPADS), considerando o art. 34 do decreto 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a lei nº 12.527/2011 que dispõe sobre o acesso a informações.
Portaria no 061, de 16 de maio de 2017.	Instituir grupo de trabalho responsável por elaborar o plano de dados abertos da UFMG, em consonância com a legislação vigente, em especial o decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016.
Portaria nº 31, de 21 de março de 2018.	Delega competência aos pró-reitores, diretores de unidades acadêmicas e especiais, diretores de órgãos suplementares e auxiliares e diretores de departamentos administrativos, para instituir comissões de sindicância e comissões de processo administrativo disciplinar.
Portaria nº 168, de 31 de julho de 2018.	Estabelece que as minutas de edital, termo de referência, projeto básico e contrato sejam elaboradas utilizando-se das minutas padronizadas da Advocacia-Geral da União (AGU).
Portaria no 160, de 4 de julho de 2018.	Atribui competências da Unidade de Gestão da Integridade da UFMG.

COMPONENTES DE CÁLCULO DOS INDICADORES DE GESTÃO

2

Descrição	Valor
Total de alunos efetivamente matriculados na graduação	29.152,00
Total de alunos efetivamente matriculados na pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado)	9.676,50
Total de alunos efetivamente matriculados na residência médica	529,00
Número de alunos da graduação em tempo integral	26.482,85
Aluno Equivalente de Graduação	48.280,20
Número de alunos Tempo Integral de pós-graduação	19.353,00
Número de alunos de residência médica	1.058,00
Custo corrente incluindo 35% das despesas do Hospital Universitário - HU	R\$ 1.347.547.619,12
Custo corrente excluindo as despesas do HU	R\$ 1.233.248.605,75
Número de alunos tempo integral	46.893,85
Número de alunos equivalentes	68.691,20
Número de professores equivalentes	3.041,00
Número de funcionários equivalentes incluindo aqueles a serviço no HU	8.661,23
Número de funcionários equivalentes excluindo aqueles a serviço no HU	5.235,90

3

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL EM RELAÇÃO AOS ACÓRDÃOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Acórdão e exercício da Prestação de Contas	Determinação ou Recomendação	Assunto da Determinação / Recomendação	Observação	Qtde concluído	Qtde em andamento	Qtde suspenso por decisão judicial	Qtde a realizar	Total de Processos
Acórdão TCU nº 2508/2014 - Plenário - Prestação de Contas do exercício de 2009	9.4.1	Hora extra ou plano econômico	Em 2009 a UFMG apresentou pedido de reconsideração junto ao TCU do Acórdão 516/2008. O TCU se manifestou em 2011, por meio do Acórdão 2491/2013 – Plenário pelo não deferimento da solicitação referente às parcelas de horas extras e planos econômicos. Desde então, a UFMG cumpre os termos desse Acórdão, exceto pela reposição ao erário dos servidores abrangidos pelo Acórdão à época. Em 2013 a UFMG apresentou recurso de revisão referente à aplicação da súmula 106 a essa matéria, por meio do Ofício GR nº 503/2013, de modo a dispensar a devolução dos valores percebidos de boa-fé decorrentes de horas extras e planos econômicos. A UFMG não recebeu resposta a essa segunda solicitação e em 2017 foi solicitado ao Gabinete do Reitor que enviasse nova correspondência ao TCU solicitando a apreciação do recurso de revisão elaborado pela UFMG em 2013.	-	-	-	-	-
	9.4.2	Gratificação de estímulo à docência - GED		1	6	0	-	7
	9.4.4	Descumprimento do regime de DE		13	0	6	-	19
	9.4.7	Vantagem pessoal - VPNI		116	30	36	-	182
	9.4.8	Adicional de periculosidade		12	1	10	-	23
	9.4.9	Adicional de tempo de serviço (ATS)		5	0	1	-	6
	9.4.11	Vantagem art. 3º do decreto-lei nº 1.971/1982		4	8	31	-	43
Acórdão TCU nº 602/2016 - 1ª Câmara - Prestação de Contas do exercício de 2013	1.8	Adicional de tempo de serviço (ATS)	Nesse caso, em algumas situações não se tratam de processos abertos, mas sim de revisões de anuênios, que envolvem várias etapas e não necessariamente geram um processo. Em resposta ao Ofício 0012/2019-TCU/Sec-MG, de 21/1/2019, a PRORH enviou em 28/02/2019 subsídios ao Gabinete da Reitora, por meio do Ofício PRORH nº 146/2019, contendo o andamento do trabalho de revisão de anuênios.	570	1127	0	11.296	12.993

Acórdão e exercício da Prestação de Contas	Determinação ou Recomendação	Assunto da Determinação / Recomendação	Observação	Qtde concluído	Qtde em andamento	Qtde suspenso por decisão judicial	Qtde a realizar	Total de Processos
Acórdão TCU nº 7870/2017 - 2ª Câmara - Prestação de Contas do exercício de 2015	1.8.3.2	Vantagem do artigo 192, ii da Lei nº 8.112/1990	Em outubro de 2017, por meio do Ofício GR 0829/2017, a UFMG apresentou Recurso de Reconsideração junto ao TCU solicitando a aplicação da súmula 106 para que seja dispensada a devolução dos valores percebidos de boa-fé. Além disso, foi solicitada a dilação do prazo contido no item 1.8 para 360 dias. Logo, a deliberação acerca da reposição ao erário depende da apreciação do referido recurso pelo TCU. Em fevereiro/2018 foi proferido o Despacho do TCU nº 029.002/2016-2, concedendo ao recurso o efeito suspensivo quanto ao item 1.8 do Acórdão 7870/2017 - 1ª Câmara.	0	77	0	0	77
	1.9.2	Inconsistências na folha de pagamento de 02 servidores	Conforme já informado no Sistema Monitor, quanto ao beneficiário de pensão de CPF nº ***.510.076-** houve a perda do direito de pensão tendo como base o processo de ampla defesa nº 23072.043630/2012-72. Entretanto em decisão proferida em 16/04/2018 foi concedida TUTELA DE EVIDÊNCIA CAUTELAR em favor do autor, nos seguintes termos: “para suspender a exigibilidade do crédito oriundo do processo administrativo de n. 23072.043630/2012-72, determinando à Ré que se abstenha de promover quaisquer atos atinentes a tal cobrança, até ulterior julgamento.” Em relação ao beneficiário de pensão de CPF nº ***.231.016-** foi instaurado o processo administrativo nº 23072.057.224/2014-59. Essa recomendação também foi avaliada pelo Auditor da CGU por meio do Sistema de Trilhas-CGU. Nesse sentido, a pensão foi mantida em observância ao parecer do referido auditor transcrito a seguir: “ Em nova análise de 01/08/2018 foi apresentado laudo médico atestando a deficiência mental do beneficiário, que possui termo de curatela, caracterizando , assim, sua incapacidade para reger os atos da vida civil. Restada e comprovada a incapacidade mental do beneficiário, seu direito à pensão deverá ser preservado, uma vez que dessa forma, ele não teria condições de responder pelos seus atos.”	1	0	1	0	2
TOTAL				722	1249	85	11.296	13.352

Fonte: DAP/PRORH

4

NOTA SOBRE A DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DO RELATO INTEGRADO

Para este relatório de gestão, o primeiro da Universidade no formato proposto pelo TCU de acordo com a estrutura internacional para relato integrado do International Integrated Reporting Council (IIRC), a UFMG lançará mão da possibilidade de não inclusão da declaração de integridade do relato integrado.

Os responsáveis pela governança da UFMG, representados pelos setores vinculados à Reitoria, contribuíram nas atividades de coleta e tratamento dos dados, além da análise gerencial constantes deste Relatório.

Por se tratar de experiência principiante, a integração do texto final ficou a cargo da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento, que encontrou dificuldades na elaboração do documento sobretudo em função do não entendimento dos gestores sobre a mudança proposta para o relatório de gestão.

Para os próximos anos, a UFMG se compromete em realizar reuniões no sentido de promover a sensibilização sobre o tema e a integração de toda a equipe de gestão da Universidade no ato de prestar contas à sociedade em forma de relato integrado, assumindo o compromisso de incluir nos próximos relatórios a declaração de integridade requerida neste tópico.

